



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CÉLIA DE JESUS SILVA MAGALHÃES

ESCOLAS MUNICIPAIS DE MISSÃO VELHA – CE:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO NO MEIO
RURAL (1963-1989)

João Pessoa - PB
2011

CÉLIA DE JESUS SILVA MAGALHÃES

**ESCOLAS MUNICIPAIS DE MISSÃO VELHA-CE:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO NO MEIO
RURAL (1963-1989)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza

João Pessoa – PB
2011

Magalhães, Célia de Jesus Silva.

M188e Escolas Municipais de Missão Velha-Ce: práticas pedagógicas do ensino no meio rural (1963-1989)/ Célia de Jesus Silva Magalhães. - João Pessoa – PB, 2011.
180p.; Il.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza

1. Educação, Escolas Rurais Municipais; 2. Práticas pedagógicas;
3. Multisseriada; história oral; 4. Missão Velha, ensino; I. Título.

CDD: 370

CÉLIA DE JESUS SILVA MAGALHÃES

**ESCOLAS MUNICIPAIS DE MISSÃO VELHA-CE:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO NO MEIO
RURAL (1963-1989)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Aprovado em 26/08/2011

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza – Orientador – UFPB

Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso – UFPB

Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior – Examinador externo – UFC

Profa. Dra. Maria Adailza Martins de Albuquerque – Suplente - UFPB

Dedico este trabalho ao meu netinho amado, Heitor, que trouxe à minha vida momentos de felicidades, amor e doação maternal.

A minha querida mãezinha, Francisca (Mocinha), a quem amo muito e que tanto rezou para mim, encorajou-me e, sobretudo, ensinou-me a vencer muitos desafios na vida pessoal e profissional.

Ao meu pai (Doca Semeão) e ao meu sogro Jacob Barbosa – in-memória, porque sei que se vivos fossem estariam orgulhosos de me ver cursando um Mestrado e partilhariam comigo dessa realização.

Aos meus filhos Arethucya, Stéfany e Ariston Filho pelo amor incondicional.

Ao sobrinho Luiz Fabiano pelo amor e consideração que tem por mim.

Ao sobrinho Lucas pela felicidade que externa, apesar de suas limitações físicas e psíquicas.

Aos professores rurais de Missão Velha, pelos desafios enfrentados na educação rural e as conquistas conseguidas até hoje.

A minha primeira professora Ana Cleide Silva Dantas, pelos ensinamentos que me proporcionou e a dedicação que teve por mim no Grupo Escolar Francisco Arrais Maia, de onde guardo boas recordações.

A professora Maria Nelse Silva, por tudo que fez pela educação de Missão Velha, ícone de nossa educação.

Aos meus ex-professores do Grupo Escolar Francisco Arrais Maia, do Ginásio Paroquial e Escola Normal Paroquial de Missão Velha e da Universidade Regional do Cariri – URCA, por tudo que aprendi e por tudo que me ensinaram.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus, Pai todo poderoso, força maior do Universo e a Nossa Senhora, Maria mãe de Jesus e nossa, que se fizeram presentes quando faltavam palavras e quando chegava inspiração.

Ao professor Doutor Wojciech Andrzej Kulesza, pela maestria nas orientações, pelos diálogos pessoalmente e por e-mail, nas horas de dúvidas. Suas sugestões e correções foram decisivas para concluir mais conscientemente este importante trabalho.

Aos professores doutores: Carlos Augusto de Amorim Cardoso, Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior que participaram da banca examinadora, dando contribuições valiosas.

À professora Adailza Martins de Albuquerque (Dadá), por ter participado da banca como suplente.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação, em nome do seu coordenador Professor Dr. Charlinton Machado e da Secretária Rosilene Mariano Farias, pela atenção que sempre tiveram comigo.

Aos professores Wilson Aragão, Salete, Antonio Carlos pessoas que também me fizeram entender como a pesquisa é importante para o entendimento da construção da educação na região Nordeste do Brasil.

Ao governo do Estado do Ceará, na pessoa do Governador do Ceará, Dr. Cid Ferreira Gomes, por ter me afastado da sala de aula por dois anos, proporcionando condições necessárias de cursar esse Mestrado em educação.

Às equipes do setor de arquivos e informação da Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Missão Velha, pela localização de documentos e informações importantes para complementar a pesquisa.

À professora doutora Paula Cristiane Lira Santos, grande amiga, que leu meus textos, sugeriu, incentivou, corrigiu, foi sem dúvida muito importante em todos os momentos do meu Mestrado.

À professora Mestra Maria Socorro M. Martins pela valiosa contribuição na correção final dos textos.

Ao meu querido esposo Ariston Magalhães, pelas minhas ausências superadas, pelo amor compreendido, pelo incentivo, pelo apoio irrestrito nas horas de leitura e impressão dos textos, formatação de fotos, gravação das entrevistas. Por tudo.

Aos meus sobrinhos Thiago Sobral e Franklin Magalhães, que por diversas vezes, foram comigo à zona rural, à casa das professoras ou às escolas concluir alguma etapa da pesquisa.

As minhas irmãs: Zélia, Mariza, Elza, Ângela, Cecília, Silvana e Francisco que me incentivaram e torceram por mim.

Às professoras rurais que gentilmente aceitaram ser entrevistadas e fotografadas.

As minhas amigas-irmãs: Amélia (Branca), Cláudia Abreu e Vilma Maciel pela amizade, pela força, pelo incentivo.

À grande amiga Aline Moraes, que abriu as portas do seu apartamento e me acolheu com muito carinho, em João Pessoa na Paraíba.

Aos colegas do Mestrado: Enoque Bernardo, Paula Carvalho, Alessandra, Simone Vieira, Verônica, Vanessa, Philipe e Rejane; pelo que juntos discutimos, estudamos e aprendemos na Universidade Federal da Paraíba.

Agradeço também àqueles que não deram importância ao meu sonho, pensando que era só sonho. Isso me impulsionou a lutar ainda mais e vencer com muita coragem, perseverança e humildade.

Obrigada e que possamos brindar essa vitória em festa e oração.

RESUMO

Esta pesquisa, dissertação de Mestrado em História da Educação, trata sobre as escolas rurais municipais de Missão Velha, no Ceará, partindo da gênese dessas escolas às práticas pedagógicas das professoras rurais, tendo como temporalidade os anos de 1963 a 1989. O estudo procura entender como aconteceu a gênese das escolas rurais municipais, no seu processo de formação diferenciada do sistema educacional municipal, saber como se organizaram nessas escolas o tempo e o espaço, conhecer na voz das professoras o cotidiano da sala de aula, tendo como eixo central as práticas pedagógicas da escola como um todo, bem como o percurso profissional dessas profissionais. Esta pesquisa visa a contribuir para uma melhor compreensão da história das escolas municipais rurais de Missão Velha e do Ceará. Enfoca-se a importância da formação dos professores, a fim de conhecer como foram as suas trajetórias de formação, quais as suas práticas nessas escolas e em que medida essa formação influencia o fortalecimento da educação e do ensino, destacando o papel das mulheres professoras e a concepção das mesmas a respeito do ambiente educacional rural. Como metodologia, utilizamos a História oral e a pesquisa documental, tendo como fonte principal os depoimentos orais das professoras através das entrevistas gravadas e depois ouvidas e transcritas para análise. As fontes documentais (documentos oficiais, particulares e fotografias) complementam o estudo em tela. Percebe-se a relevância do estudo a partir dos depoimentos das professoras cujas narrativas serviram de embasamento às respostas dessa pesquisa, tendo como fio condutor as práticas pedagógicas, e a principal característica as salas multisseriadas e alfabetização, se sobressaindo também a formação religiosa, através do catecismo. Dessa forma, pretende-se despertar o interesse de outros pesquisadores nesta área de pesquisa educacional na qual destacam-se inovações tanto na parte de formação de professores quanto nas novas concepções de educação em escolas rurais.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas rurais municipais; práticas pedagógicas; multisseriada; história oral; Missão Velha.

RESUMEN

Esta pesquisa, dissertação de mestría em História da Educação, fala acerca de as escolas rurais do município de Missão Velha, em Ceará, desde a gênese de estas escolas a as práticas pedagógicas de los profesores rurais, abrangendo o prazo temporal desde 1963 hasta 1989. O estudo trata de compreender cómo fue la gênese de las escuelas rurales, en su proceso de formación diferenciado del sistema educacional urbano, conocer cómo el tiempo y el espacio fueron organizados en estas escuelas, conocer la voz de los maestros en el salón de clases en el cotidiano, con el eje central de las prácticas pedagógicas de la escuela en su conjunto, así como las carreras de estos profesionales. Esta investigación tiene como objetivo contribuir a una mejor comprensión de la historia de las escuelas públicas rurales de Missão Velha y del Ceará. Se centra en la importancia de la formación de profesores para conocer su trayectoria profesional, cuales sus prácticas en estas escuelas, y en qué medida la formación contribuye en el fortalecimiento de la educación y de la enseñanza, subrayando el papel de las mujeres docentes y su concepción acerca del ambiente educativo rural. La metodología se basa en la historia oral y la investigación documental, que tiene como fuente principal testimonio oral de los profesores a través de las entrevistas grabadas y escuchadas y transcritas para su análisis. Las fuentes documentales (documentos oficiales, privados y fotografías) completaron el presente estudio. Se constata la importancia del estudio de los testimonios de los profesores cuya historia sirvió de base para las respuestas a esta pesquisa, con las prácticas de orientación pedagógica como norte, y la principal característica de los salones de clases multigrados y de la alfabetización, subrayándose también la formación religiosa, través del catecismo. De este modo, se pretende interesar a otros investigadores en esta área de investigación educativa donde las innovaciones se destacan tanto en la formación de profesores cuanto en los nuevos conceptos de la educación en las escuelas rurales.

PALABRAS-CLAVE: escuelas municipales rurales, prácticas pedagógicas, multigrados, historia oral, Missão Velha

SUMÁRIO

Capítulo I: Introdução:	10
1.1 Da definição do objeto, a definição dos temas	10
1.2 Definição das fontes	11
1.3 Contexto da pesquisa	15
1.4 Definição dos capítulos	20
 Capítulo II: Contextualizando, Referencial Teórico e percurso metodológico	22
2.1 Perfil educacional do município	31
2.2 Da escolha das fontes	36
2.3 História Oral e Memória	38
2.4 Elaboração das entrevistas	44
2.4.1 Realização das entrevistas	46
2.4.2 Análise das entrevistas	48
2.5 Pesquisa documental e documentos produzidos pelos sujeitos da pesquisa	49
2.5.1 Atos de criação das escolas municipais rurais	51
2.5.2 Nomeação das professoras municipais rurais	53
 Capítulo III: História e Memória, partindo da gênese das escolas rurais de Missão Velha, às práticas pedagógicas (1963 – 1989)	56
3.1 Construção Histórica da educação rural	56
3.1.1 Perfil da educação do Ceará	60
3.2 Os sujeitos da pesquisa	67
3.3 Identificação das escolas citadas pelas ex-professoras rurais	73
3.4 O papel da mulher professora nas escolas rurais	77
3.5 A formação profissional e as práticas pedagógicas	83
3.5.1 A Carta de ABC e as cartilhas nas práticas pedagógicas	91
3.5.2 O espaço, organização e práticas nas salas Multisseriadas	94
3.6 O Cotidiano Escolar: As aulas e a doutrina cristã nas práticas pedagógicas	99
3.6.1 Os eventos escolares ou datas comemorativas	101

3.7	As escolas rurais sob a nossa percepção e das professoras	104
3.7.1	Percepção das escolas rurais na voz das professoras.....	107
3.7.2	O que é ser professor na percepção das professoras.....	111
IV Considerações finais.....		114
Referências Bibliográficas.....		122
Anexos.....		132
Apêndice.....		162

Capítulo 1. Introdução

1.1 Da definição do objeto à definição dos temas

A educação do campo deve compreender que os sujeitos possuem história, participam de lutas sociais, sonham, tem nomes e rostos, lembranças, gêneros, raças e etnias diferenciadas. Cada sujeito individual e coletivamente se forma na relação de pertença à terra e nas formas de organização solidária. [...] Política de educação como formação humana pauta-se pela necessidade de estimular os sujeitos da educação em sua capacidade de criar com outros um espaço humano de convivência social desejável. (BRASIL, 2004, p. 37).

Neste trabalho propomo-nos a conhecer e analisar o processo de constituição e formação das escolas rurais do município de Missão Velha, no Estado do Ceará, em uma perspectiva histórica, levantando a memória sobre as mesmas, a partir do resgate de seu cotidiano, especificamente no que se refere às práticas pedagógicas, à organização do tempo e do espaço nas escolas, especificamente das salas multisseriadas, bem como o papel da mulher que trabalhava nestas instituições.

Objetivamos compreendermos ainda como o poder público se relacionou com estas instituições e como as professoras trabalharam com o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, reavaliaremos as suas práticas pedagógicas e as tantas carências que iam desde a infra-estrutura, até mesmo a uma inadequada formação profissional das professoras, inclusive tendo esta situação se arrastado até a década de 80 do século XX, quando ocorreram os primeiros cursos de capacitação para os professores leigos da zona rural, quando o município fez adesão ao projeto do Governo do Estado do Ceará, para habilitar parte das professoras leigas. Assim, pretendemos também, deixar a nossa contribuição aos estudos históricos das escolas rurais, tendo em vista a importância do tema, para o delineamento da historiografia da educação e ensino rural no Ceará e no município campo do estudo.

Dessa forma, vamos ao encontro dos objetivos a serem atingidos: estudar como aconteceu a gênese das escolas rurais no seu processo de construção diferenciada no sistema educacional municipal, conhecer os problemas enfrentados no âmbito político-educacional por essas professoras nas escolas rurais, saber qual o papel da mulher professora na educação rural, conhecer a organização das escolas (tempo e espaço) nas salas multisseriadas que funcionavam nesses espaços, conhecer pela voz das professoras a história do cotidiano das salas de aula, levando em conta as aulas, a alfabetização dos

alunos, os planejamentos e a doutrina cristã ensinada por elas aos seus alunos. Levantar a memória das escolas no que se refere às práticas pedagógicas das professoras, a partir de seus próprios depoimentos

Adentrando na formação inicial e continuada dos professores até os anos 80, investigaremos como era a formação e em que medida as mesmas foram se adequando às novas mudanças, no que se refere à formação profissional para o exercício da profissão. E quanto às representações sobre a escola rural, vamos procurar conhecer qual a concepção dessas professoras e o que estas pensam da qualidade de ensino no meio rural.

Num primeiro momento muitas dúvidas pararam nas nossas cabeças e vinham os questionamentos: Por onde começar? Quais fontes utilizar? Quais fontes vão se adequar à nossa pesquisa? Como buscar essas fontes? Onde encontrar? Como vou me relacionar com essas fontes?

As respostas a essas perguntas encontram-se no percurso e os questionamentos pertinentes à pesquisa também abrem o caminho para a construção da história das escolas rurais municipais aqui referendadas, que só foi possível graças aos relatos e depoimentos orais das ex-professoras rurais e alguns documentos escritos, que levantamos pertencentes às ex-professoras, à Secretaria Municipal de Educação e aos arquivos da Prefeitura Municipal, bem como algumas fotografias, de arquivos pessoais, do meu arquivo e o de uma professora que trabalhou no Departamento e Assessoria Municipal de Missão Velha como técnica educacional.

1.2 Definição das fontes

Dessa forma, ficaram definidas as minhas fontes para a construção dessa pesquisa. E é justamente a História Oral, fundamentada em Thompson (1998), Alberti (2005), Meihy (1996), entre outros, que será a espinha dorsal desse estudo, no tocante à metodologia, já que por meio da entrevista semi-estruturada, buscar-se-ão as informações relevantes para a futura análise dos dados.

Para a seleção das ex-professoras rurais informantes foram utilizados alguns critérios, a saber: terem sido ex-professoras rurais que tiveram suas experiências nessas escolas, durante o recorte temporal dessa pesquisa, ou seja, de 1963 a 1989; estarem em plena posse de suas faculdades mentais; terem disponibilidade e boa vontade de contribuir com a pesquisa por meio de seus relatos e memórias e estar de comum acordo

com as normas para divulgação de seus relatos e depoimentos nos resultados e relatórios da pesquisa.

Como cheguei até aos sujeitos da pesquisa? Fui identificando aos poucos: por meio de diálogos com pessoas ligadas à educação rural; entrando em contato com as professoras rurais aposentadas e em atividade; conversando com um ex-secretário de administração e ex-vereador (José Francisco Ribeiro) ¹entre outras pessoas das comunidades rurais. A partir daí fui anotando os nomes daquelas professoras que poderiam ter o perfil adequado à pesquisa, por se encaixarem nos critérios pré-definidos. Em sequência fiz uma sondagem, (tipo questionário) que descrevo mais detalhadamente quando vou identificar os sujeitos da pesquisa. Assim, fui preparando tudo de que precisava com a finalidade de realizar as entrevistas, desde fazer leituras necessárias para o conhecimento do procedimento de entrevista correto, até preparar as perguntas e equipamento (câmera fotográfica, gravador, projeto de mídia para gravação) e entrar em contato com os sujeitos, explicando tudo que dizia respeito ao projeto de pesquisa, desde seus objetivos até a importância dos depoimentos e informações de cada ex-professora rural para a construção e os resultados deste trabalho.

O uso da entrevista em pesquisa requer cuidados e os critérios e de acordo com o tipo de entrevista, que vai sendo conduzida, com vistas aos melhores resultados:

Ser bem sucedido ao entrevistar exige habilidade. Porém há muitos estilos diferentes de entrevista, que vão desde a que se faz sob a forma de conversa amigável e informal até o estilo mais formal e controlado de perguntar, e o bom entrevistador acaba por desenvolver uma variedade do método que, para ele, produz os melhores resultados e se harmoniza com sua personalidade. Há algumas qualidades essenciais que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas [...] e acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar (THOMPSON, 1998, p.254).

Quando trabalhamos com entrevista em pesquisa de educação rural, é mister muito mais cuidado ainda, por esse grupo ser constituído de pessoas que não tem o costume de participar desse tipo de trabalho no seu dia-a-dia, sendo algo novo para eles, pelo menos é o que tenho percebido dentre os sujeitos que foram entrevistados nessa pesquisa. Porém, aos poucos, esclarecemos os sujeitos da pesquisa, e o relacionamento

¹ José Francisco Ribeiro, conhecido por Valmir Ribeiro foi Secretário de Administração (década de 70), Presidente da Câmara Municipal por duas legislaturas (1975-1976 e 1985-1986), foi também supervisor de ensino muito atuante nas escolas, rurais. Ele em conversa comigo deu-me muitas informações acerca das escolas rurais de Missão Velha, devido ao seu conhecimento. Infelizmente veio a falecer em dezembro de 2010.

com os mesmos melhora, e vamos criamos laços de amizade, de modo que não prejudiquem o bom andamento da pesquisa.

Isso também suscita novos saberes construídos, partindo do princípio de que, fatos guardados na memória nunca relatados passam a ser página nos livros da história, experiência de docência em condições precárias e em lugares distantes da cidade, passam a ser conhecidas, e com os relatos dessas pessoas, podemos escrever uma história da educação rural de Missão Velha.

O fato é que há muitas opiniões errôneas por parte da elite do nosso país e do nosso município, de que ninguém quer saber da história da educação rural, que os relatos das professoras rurais não tem valor para impactar projetos na área educacional. Por isso, muitos professores tem afirmado que o seu sucesso ou fracasso na educação, não tem importância para as pesquisas ou planejamentos, por não entenderem que a educação rural é também parte integrante do sistema educacional desse país.

Muitas pessoas questionaram quanto à escolha do meu objeto de estudo, porque não viam importância nos estudos sobre a educação rural e muito menos em relatos de professoras rurais. Isso demonstra a falta de preparo e conhecimento da comunidade local acerca de um estudo científico como esse, que demanda justificativa, objetivos e demonstração da importância da pesquisa, não só no âmbito local, mas regional e até nacional, já consagrada pelos pesquisadores.

Assim, entendendo que a educação é um meio de transformação social e um tema que tem feito parte de minha vida cotidiana, tendo em vista a minha formação acadêmica de normalista e historiadora, bem como a minha vocação e a missão de educador de fazer algo que fosse uma efetiva contribuição para a educação do Ceará e mais especificamente de Missão Velha, minha cidade natal. Defendo a concepção de que a educação é um dos caminhos, senão o único caminho, para melhorar o Brasil e melhorar de forma efetiva a qualidade de vida das pessoas, e as escolas rurais tem contribuído nessa dimensão. Porém, tem feito parte por muitos anos do descaso dos dirigentes do nosso país, pela forma arbitrária de implantação de um projeto de desenvolvimento excludente direcionado ao sistema de educação rural. Apesar de tantas contradições de alguns segmentos da sociedade, consideramos esse estudo relevante, tendo em vista a lacuna que existia até então a respeito da história da educação e ensino nas escolas rurais de Missão Velha.

Esclareço esse ponto porque esta pesquisa identifica-se comigo. Levando em conta toda a minha trajetória profissional: sou professora da Rede Estadual do Ceará desde 1982, tenho experiência em sala de aula de alfabetização até curso de graduação. Minha experiência na educação foi voltada para o ensino fundamental e médio. No entanto, tive oportunidade de ser professora de muitos alunos da zona rural que estudavam na cidade. E de alguma forma, desde a década de 90, costumava proferir palestras em encontros de professores da zona rural. Isso foi de certa maneira me aproximando da realidade temática, a qual, mais tarde veio a se transformar em uma inquietação que culminou nesta pesquisa.

Desenvolvi vários projetos nas escolas onde eu trabalhava, voltados para pesquisa histórica da cidade e dos distritos (área rural). Esses projetos desenvolvidos coletivamente com os alunos do ensino fundamental e médio, em Escolas da Rede Estadual do Ceará, na cidade de Missão Velha², ajudaram-me a conhecer a história local e regional, bem como divulgá-la nas comunidades, tendo como principal foco para divulgação as escolas. Depois, no ano de 2005, convidada para trabalhar na Secretaria Municipal de Educação, como subsecretária de educação, conheci de perto como funcionava a educação municipal, principalmente as escolas rurais, para as quais passei a ter um olhar mais detido e cuidadoso e isto foi possível quando:

Conhecendo o chão dos quatorze núcleos, formados por trinta e duas escolas rurais, vendo de perto todas as dificuldades e anseios, conhecendo os professores e alunos e observando a didática nas salas de aula, realizando reuniões com diretores das escolas e com os professores, organizando encontros e oficinas pedagógicas, participando de planejamentos, acompanhando o desempenho dos alunos por meio dos relatórios sobre avaliação, incentivando àqueles professores que ainda não tinham a formação mínima (Magistério) ou nível superior,³ tornaram-se minhas práticas durante quatro anos, quando estava na Secretaria Municipal de Educação.

² Projeto desenvolvido no Ginásio Paroquial de Missão Velha, em 1992 e que culminou com uma exposição sobre o município e consequentemente a idéia de escrever um livro sobre a história de Missão Velha (Atualmente o Ensino Fundamental do Ginásio, passou para o município e no prédio funciona a E.E.F.M. Monsenhor Antonio Feitosa – da Rede Estadual, onde também desenvolvi alguns projetos, ligados a história local e regional.

³ No ano de 2005, por ocasião da elaboração do Plano Municipal de Educação, uma das metas era desenvolver programas de capacitação para 25% (ao ano) dos professores e profissionais da educação infantil, onde havia os maiores números de monitores apenas com Ensino Médio (sem habilitação). Pensando em melhorar a qualificação dos mesmos, a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Educação, (na gestão do prefeito Francisco Gidalberto R. Pinheiro e Sec. de Educação – Tardiny P. Roberto), aderiram em 2007 ao Programa PROINFANTIL (Curso em nível médio, à distância, na modalidade normal que se

Dessa nova realidade na minha vida profissional, veio-me à idéia de fazer o meu projeto de Mestrado sobre as escolas rurais; somando-se a isso outros motivos, relatados no decorrer dessa pesquisa, deram-me motivação suficiente rumo aos primeiros passos neste universo de pesquisa da educação local, especificamente a rural.

1.3 Contexto da Pesquisa

Caracterizar o contexto da pesquisa não é difícil pra mim, até por que, nasci, estudei da educação infantil até o curso normal (Magistério)⁴ em Missão Velha e só o nível superior, licenciatura em História, cursei na cidade de Crato-CE, na Universidade Regional do Cariri - URCA.

Participo de muitos eventos sociais ligados à cultura popular e à educação local, tanto na cidade como na zona rural. Gosto de pesquisar e escrever sobre a história regional e a educação; assim, todos esses fatores me ajudam a transitar nesse campo de pesquisa para que possa me situar e sem muita dificuldade dar um diagnóstico do lugar⁵, facilitando aos leitores, como Missão Velha desenvolveu a educação municipal rural, especificamente as escolas rurais partindo dos anos 60 aos anos 80.

Essa temporalidade tem suas explicações na premissa de que o surgimento das primeiras escolas rurais no município, (que eram as escolas isoladas e os grupos escolares), datam da década de 60 do século XX. Há escolas citadas por algumas professoras nos anos 50, mas o período quando muitos grupos escolares foram construídos na zona rural de Missão Velha foi exatamente a partir dos anos 60. Tem se observado que, desde esse período as escolas rurais sofriam de certa discriminação, descasos gritantes e tratamento diferenciado, principalmente inferiorizado por parte de quem morava na cidade: pais, alunos, professores e gestores, tanto a nível estadual quanto

destinou aos professores da educação infantil em exercício nas creches e pré-escolas das redes públicas) para habilitar quase 100% dos professores da educação infantil, que correspondia na época a 75 professores a maioria da área rural. Ainda em 2007, conseguimos trazer dois cursos de Licenciatura em Biologia e Letras da Universidade Regional do Cariri, atualmente com 4 turmas: duas concluindo e duas em andamento, com a finalidade de qualificar os professores.

⁴ O Curso Normal fiz na Escola Normal Paroquial de Missão Velha, fundada por Monsenhor Antonio Feitosa. (a Escola tinha como Entidade Mantenedora a Paróquia de São José).

⁵ No artigo “O espaço geográfico nas pesquisas educacionais”, Vasconcelos Júnior (2008), traz algumas considerações sobre “lugar”, na perspectiva de Milton Santos (1988), Yu-Fu Tuan (1983), entre outros, dos quais destaco o que diz (TUAN, 1983 p. 16) “no lugar encontraremos o desejo da estabilidade, a manifestação das identidades, as tangências da territorialidade, o possibilitar das percepções, a vivência das emoções”, este conceito do autor me coloca como protagonista desse lugar.

municipal. Procuraremos, neste trabalho, entender, porque a escola rural era vista com certo grau de inferioridade e porque os gestores municipais não priorizavam essas escolas.

Os anos 80 trazem uma explicação coerente para a delimitação da outra ponta do tempo dessa pesquisa, porque foi nesse período que as escolas rurais de Missão Velha, foram oficializadas, ou seja, passaram a existir de fato e de direito. Vamos chamar dos anos 60 aos 80, “período de formação das escolas rurais” no município estudado, já que pretendemos conhecer da gênese até a oficialização dessas escolas pelo poder público local, bem como os primeiros cursos de formação para as professoras leigas.

Gostaria de reforçar a participação e influência das mulheres professoras em todo processo de construção e manutenção dessas escolas, pois elas tiveram papel relevante, isso porque, quando adentramos nos quadros funcionais dessas instituições, a maioria era formada por mulheres, mesmo sem a formação profissional adequada para o ofício. Por serem leigas não se intimidavam e se consideravam autônomas na escola onde atuavam, realizando, às vezes, todas as funções: professora, merendeira, e diretora. Isso bem retrata o quanto o cuidar do aluno e da escola, eram função da mulher.

Como já tenho feito pesquisas com o objetivo de contribuir para a memória histórica do município e da região do Cariri, venho de forma mais apurada e científica aprofundar meus estudos nesse tema relacionado à educação e ao ensino rural, explorando também o papel da mulher, na educação rural do município.

Vale, porém, por outro lado ressaltar, que a própria mulher ex-professora rural, e a comunidade em que as mesmas estão inseridas, não valorizam as suas memórias como experiência social relevante. Não foi rara a surpresa de pessoas ligadas a estas mulheres, quando as mesmas foram procuradas para participar da pesquisa. Aos poucos, porém, se percebe que o próprio processo de trabalho começa a gerar uma visão diferenciada do valor social das mesmas.

Podemos dizer que a pesquisa evidenciou-se decorrente de um aprofundamento maior nos teóricos utilizados, nas incansáveis leituras e estudos sobre o assunto, no entendimento e conhecimento que já possuía das práticas dessas escolas e das professoras.

Vale ressaltar que nesta pesquisa, com abordagem qualitativa, utilizaremos também a pesquisa bibliográfica com a opinião de autores como Burke, (1992, 2005), Pesavento (2008), Arroyo (2008), Alves (2009), Stephanou e Bastos (2005), Werle

(2007, 2010), Chartier (2002), Certeau (2008), Ricouer (2008), entre outros para melhor fundamentar o nosso estudo. Essa abordagem se explica por se adequar ao estudo proposto, uma vez que nos faz compreender as peculiaridades de uma população ou fenômeno social, pois lida com sujeitos ou grupos historicamente diferenciados (Minayo, 1994).

Utilizaremos ainda revistas com artigos científicos, acessados na internet, bem como dissertações e teses abordando temas relacionados a esta pesquisa. Foram acessados bancos de teses e dissertações da Universidade Federal do Ceará – UFC, Universidade Federal da Paraíba - UFPB e da Universidade de Campinas, onde estão disponibilizados os trabalhos de pesquisa produzidos pelos cursos de pós-graduação das Universidades citadas. Destaco os trabalhos: **Políticas de formação docente para o campo:** um olhar sobre as propostas oficiais e os contextos reais de formação, de Marijane Alves de Andrade Pimentel, UFPB, 2008, (Dissertação de Mestrado); **Católicos no Cariri:** embates em torno da formação cristã (1860-1965), de Paula Cristiane de Lyra Santos, UFC, 2010, 494 p. (Tese de Doutorado); **“Que saudades da professorinha”...** Histórias e Memórias da Educação de São José da Lagoa Tapada-Pb (1968-1980), de Rosilene Lopes de Sousa, UFPB, 2009, 100 p. (Dissertação de Mestrado); **Nos atalhos do pedir:** favores, paternalismo e planejamento educacional no Ceará (1963-1982), de Mardônio e Silva Guedes, UFC, 2010, 214 p. (Tese de Doutorado).

Confesso que, apesar de já ter realizado alguns trabalhos de pesquisa não acadêmica desde 1988, não só na área específica de Educação, mas na área de História, senti insegurança no começo dessa pesquisa, mas como isso faz parte desse processo de construção, sei o quanto cresci nesse aspecto. Porém, essa insegurança e minhas dúvidas, serviram para me impulsionar a continuar essa tarefa de deixar registrada a história e memória das escolas rurais desse município que tem a educação como uma marca importante, pois veremos que em alguns aspectos esse município esteve em posição privilegiada e estratégica, mesmo sabendo que, o reconhecimento desse mérito, não seja tão propalado pelos estudiosos.

Nesse percurso da pesquisa, constatei a ausência de memória histórica, daí a carência de informações para reconstituição do passado do lugar. Ao ver alguns pesquisadores de outros municípios ou regiões do Brasil, buscar em Missão Velha informações para suas pesquisas, dissertações e teses de doutorados, vejo-me no dever de contribuir com as informações, tendo em vista minha intimidade com a história local.

Neste estudo, fica evidente que conhecer a história e memória da educação rural e resgatar o processo de construção diferenciada do sistema educacional municipal rural de Missão Velha, levantando a memória histórica das escolas rurais, compreenderemos as nossas concepções de educação rural e/ou do campo e a trajetória histórica das escolas rurais e o que influenciou o seu processo de formação histórico-pedagógica. Partindo desses pontos, o estudo poderá trazer contribuições para a educação local e regional, ultrapassando os limites acadêmicos.

Sabendo que as políticas públicas não tinham projetos definidos para as escolas rurais na época em que fizemos esse estudo, o município desenvolvia seus projetos educacionais nas escolas rurais, similares aos das escolas urbanas. Investigaremos até que ponto as professoras rurais trabalhavam suas propostas pedagógicas nas escolas isoladas ou nos Grupos Escolares de forma que, mesmo sem objetivos definidos, pudessem atender às peculiaridades históricas e culturais da população que habitava a zona rural.

Esta pesquisa apresenta-se revestida de relevância educacional e social, do ponto de vista histórico para Missão Velha, principalmente por ser inédita, pois não se tem atualmente nenhum trabalho de pesquisa nessa temática de ensino e educação rural. No entanto, o município estudado está investindo em inovações pedagógicas e formação de professores nos últimos anos e tem melhorado o desempenho dos alunos das escolas urbanas e rurais, conforme os índices observados pelo IDEB (Índice de Desempenho da Educação Básica)⁶, porém ainda tem muito que melhorar em outros aspectos. Para tanto, podemos citar o IDEB dos últimos anos (2007 e 2009) para complementar as nossas afirmações, e assim podermos fazer uma breve análise acerca desses resultados do 4º/5º ano e 8º/9º ano respectivamente. O ano 2011, só será avaliado no mês de novembro, por isso não trazemos os dados, e só são consolidados e divulgados do final de 2011 para o início de 2012.

Os resultados do IDEB (4ª série/5º ano) do município estudado mostram que para o ano de 2007 (Tabela 1) o resultado observado foi de 3.0, enquanto que a projeção foi de 2.6. Para o ano 2009, a meta projetada era 2.9 e o observado foi 3.3. Novamente avançamos e já alcançamos a meta do IDEB projetada para 2011. Atribuímos essa melhora às iniciativas de formação de professores, acompanhamento pedagógico e projetos voltados para a aprendizagem do aluno.

⁶ O IDEB foi criado com a finalidade de medir a qualidade das escolas e das redes de ensino (pública, estadual, municipal e privada), esse índice é medido a cada dois anos e apresenta-se numa escala de zero a 10(dez). Maiores informações acessar: <http://portal.mec.gov.br/index.php?>

Tabela 1⁷ - Resultado do IDEB 2007-2009 4º/5º ano – Missão Velha - CE

4ª série / 5º ano

Município ↕	Ideb Observado			Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
MISSAO VELHA	2.5	3.0	3.3	2.6	2.9	3.3	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8

O IDEB 8ª série/9º ano (Tabela 2) apresenta um resultado diferente do anterior, vejamos:

Para o ano 2007 o observado foi 2.8 e o projetado foi 2.9. Não atingimos a meta. Para o ano de 2009, o observado foi 3.6 e o projetado foi 3.0. Atingimos no ano de 2009 além da meta prevista. Isso é positivo para o município, apesar de muitos projetos na educação ainda não saírem do papel. O município apresenta nos dados quantitativos, sinais de melhora.

Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 2⁸ - Resultado do IDEB 2007-2009 8º/9º ano – Missão Velha - CE

8ª série / 9º ano

Município ↕	Ideb Observado			Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
MISSAO VELHA	2.8	2.8	3.6	2.9	3.0	3.3	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9

Mesmo sabendo que a educação rural ainda está aquém daquilo que se almeja, percebem-se alguns avanços. E, no tocante ao desempenho dos alunos, que intrinsecamente, liga-se à qualidade, constatamos percepção das professoras sobre a

⁷ Os resultados do IDEB da tabela 1 – Fonte: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado> - acessado no dia 07/07/2011

⁸IDEM

qualidade do ensino rural. Tomando como parâmetro suas experiências nessas escolas, a partir dos anos 60, sabemos que a questão de desempenho está no planejamento da política educacional atual, não cogitada na época estudada. A discussão do processo de construção e formação dessas escolas que são permeadas pelas práticas, tempo e espaço, cotidiano e formação dos professores, arquiteta o corpo principal da pesquisa.

1.4 Definição dos Capítulos

Dessa maneira, disposta e consciente a pôr em prática este estudo, na perspectiva de que aos poucos vou desvelar fatos e elucidar questões que traçarão o perfil historiográfico da educação rural de Missão Velha e, dessa forma, trilhar um caminho para o estudo de outros temas da educação desse município, começo a definir os capítulos, que terão a estrutura organizacional descrita a seguir:

Na introdução, que é o primeiro capítulo, definimos o nosso tema, justificamos a nossa pesquisa, apresentando a importância do estudo para a educação do lugar campo deste estudo, bem como os objetivos, fontes que serão utilizadas e o aporte teórico metodológico, de forma que essa idéia inicial possa contemplar nos quatro capítulos o tema proposto, uma vez que essa organização foi planejada conforme os estudos iam avançando e a necessidade de que fossem respondidas as indagações da pesquisa.

No segundo capítulo, caracterizaremos o local de estudo, o universo pesquisado, quais os instrumentos de coleta de dados e traçaremos um perfil educacional do município estudado. Explicitaremos o referencial teórico e o percurso metodológico, colocaremos em pauta os nossos fundamentos, desde a base conceitual das fontes até a escolha das mesmas. Fazemos menção a autores que explicam porque as vozes das professoras, pessoas simples, são importantes nessa pesquisa, tendo a História Oral, como principal metodologia para o levantamento das informações desse trabalho, levando em consideração o pensamento dos autores como: Burke (1992), Thompson (1998), Le Goff (1990), Ricouer (2008), Lakatos (2006), Meihy (1996), Fazenda (1980), Bardin (2010). Trazemos a pesquisa documental para complementar o estudo, fazendo a análise de alguns documentos oficiais da educação local e das professoras entrevistadas.

No terceiro capítulo, enfocamos uma visão geral da educação rural no Brasil e no Ceará, numa construção histórica, em sequência, caracterizaremos os sujeitos da pesquisa e a identificação das escolas citadas pelas professoras entrevistadas. Entraremos na

história e memória das escolas rurais de Missão Velha, abordando o papel da mulher-professora, a formação profissional e as práticas pedagógicas, tempo e espaço (salas multisseriadas), uso da carta de ABC e da cartilha na alfabetização das crianças e jovens, levando em conta as narrativas no contexto da historiografia local. Quanto ao cotidiano escolar, destacaremos as aulas e planejamentos, alguns eventos e a doutrina cristã ensinada pelas professoras. Dialogarei com alguns autores como: Almeida (1998), Del Priore (2006), Machado (2006), Certeau (2008), e com as fontes. Para finalizar o capítulo, faremos uma discussão sobre as representações sociais, levando em conta o pensamento de Chartier (2002) e as representações das professoras rurais a respeito da escola rural, discutindo parcialmente a visão negativa que parte da sociedade tem sobre a escola rural, e de acordo com as suas concepções para que possamos entender esse conjunto heterogêneo das escolas rurais, fruto de um sistema que de alguma forma não priorizou essa gente, negligenciando, por muito tempo, soluções viáveis para a melhoria da educação e do ensino das crianças, jovens e adultos que habitam a zona rural ou o campo.

Nas considerações finais, colocaremos o que concluímos até agora dessa pesquisa, colocando a nossa contribuição para esse estudo sobre a história e memória das escolas rurais neste município, desde a construção das primeiras escolas rurais, que foi um período áureo de construção de grupos escolares. Evidenciaremos alguns pontos interessantes que foram surgindo no decorrer da pesquisa, como por exemplo, o uso da cartilha, como principal livro didático, principalmente na década de 1960 e 1970, a importância das professoras rurais para a permanência do ensino com essa aproximação de suas trajetórias de vida.

A voz das professoras até então silenciadas, foi de extrema importância para esta pesquisa, porque além do registro histórico da formação e oficialização das escolas rurais, chegamos a ter acesso a alguns documentos e fotos complementares de nosso trabalho, e poderão servir de fonte para futuros trabalhos na área educacional.

Capítulo II

2. Contextualização, Referencial teórico e Percurso Metodológico.

Missão Velha, Missão Velha!
Envergas teu valor.
Tu és bela és, Missão Velha!
Presente que o Cariri ganhou.

Missão antiga dos índios Cariris,
Teu nobre povo se orgulha em te servir,
No teu solo cearense coleando
Rio Salgado gentil fertilizando.
Portão imenso do grande Cariri,
Berço de glórias e antigas tradições,
Tu serás uma terra bendita,
Torrão querido do meu Brasil.
(Gilvan Duarte, 1976)

Inicialmente, colocarei de forma concisa o contexto histórico, geográfico e cultural do município campo desse estudo, por entender que dessa forma, ficará mais clara, a compreensão da pesquisa a respeito das escolas rurais, aproximando-nos assim do nosso objeto de estudo. Com essas duas estrofes do hino do município⁹, trago um pouco desse contexto.

Missão Velha nasceu sob a égide da evangelização missionária, segundo Magalhães (1994), sendo considerada a mãe da evangelização do Cariri, no Ceará. Como já afirmava Pinheiro, (1963, p.29): “A primeira freguesia foi a de Missão Velha grande como uma Diocese, desmembrada da Icó, e a segunda a do Crato no século XVIII”.

Considerando importante o conhecimento do lugar, sobre a origem histórica e o povoamento, encontramos que:

Os primeiros historiadores dizem que o município de Missão Velha, originou-se das missões dos Índios Cariris novos, fundadas pelos Capuchinhos italianos, do Convento de Nossa Senhora da Penha de Pernambuco, visto que o Ceará, tinha íntimas ligações com o Pernambuco. O povoamento começou no sítio Cachoeira e nas proximidades da Cachoeira, onde tinha condições favoráveis à sobrevivência dos nativos. Depois, estendeu-se esse povoamento para o sítio Santo Antônio, hoje Missão Nova (MAGALHÃES, 1994, p.12).

⁹ Hino oficializado pela Lei 25/1976, de 03 de julho de 1976, com letra e música de autoria de Raimundo Gilvan Duarte.

Assim originou-se Missão Velha sob a proteção da cruz, quando essa missão foi transferida para o sítio Santo Antonio, hoje Missão Nova (Idem, 1994). Na localidade citada é erguido o primeiro templo católico do Cariri, que seria o marco da evangelização na região, e não estaria desvinculado da educação, sendo a evangelização dos silvícolas, construção da primeira Casa de Caridade do Cariri¹⁰ e do Colégio Marista¹¹ fortes indícios de que teríamos potencial a ter a educação como aspecto relevante no planejamento futuro.

Localizada na microrregião do Cariri - Ceará, Missão Velha tem uma área de 651,108 Km², e uma população de 34.274 habitantes; a população rural 18.855 e a urbana 15.419, sendo a densidade demográfica é de 52,69, conforme censo do IBGE (2010)¹².

O principal acesso ao município se dá pela BR-116 e CE 292/293. Os seus limites são: ao norte- Aurora e Cariraçu, ao sul – Jardim, Porteiras e Brejo Santo, ao leste - Milagres e Abaiara e a oeste - Barbalha e Juazeiro do Norte. É um município eminentemente agrícola com suas terras férteis, destacando-se como grande produtor de: feijão, milho, cana-de-açúcar, banana e caju. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é 0,631 (2000). O PIB per capita (Produto Interno Bruto) é de 3.316,23 reais (2008); o PIB (valor em mil reais) é de 115, 823 reais (2008)¹³.

Porém no setor industrial temos uma grande fragilidade, pois sem representatividade, participa com pouco na economia, porém o setor de serviços, contando principalmente com o comércio de gêneros alimentícios, confecções e material de construção, está em franca expansão.

Tem se destacado no setor econômico, uma atividade de comércio, que tem melhorado muito a empregabilidade tanto na zona urbana, quanto na rural. Estamos falando do Crediário. Os empresários estão investindo nesse setor, comprando grandes quantidades de certos produtos e formando equipes de trabalhadores (crediaristas), para o venderem de porta em porta em vários estados do Brasil. Essas vendas são a prazo e com

¹⁰ As Casas de Caridade foram obras do Padre Mestre Ibiapina e no ano de 1865, se construiu em Missão Velha, a Primeira Casa de Caridade do Cariri, que teria características também de Casa de educação. Sobre esse assunto consultar a obra de MADEIRA (2003).

¹¹ Juvenato São José começou o seu funcionamento em 1940, e a partir de 1942 foi para sua sede própria. Administrado pela Congregação Marista deu uma importante contribuição à nossa educação e permaneceu até o ano de 1960.

¹² Pesquisa feita no site www.ibge.gov.br/cidades no dia 25/07/2011

¹³ Os dados referentes ao PIB e IDH, foram fornecidos pelo IBGE – Agência de Juazeiro do Norte-CE, no dia 25/07/2011.

parcelas bem acessíveis, principalmente para a classe popular. Esse novo tipo de atividade vem movimentando o comércio de Missão Velha.

O município tem uma extensa área rural, uma boa parte já tem eletrificação e abastecimento de água. A maioria desse abastecimento de água é feito através de poço profundo, fontes de água natural e cacimbas. Cerca de 85,79% da população urbana, consome água fornecida pela CAGECE (Companhia de Água e Esgoto do Ceará).

A distribuição das escolas na zona rural segue uma nucleação, no total de quatorze núcleos, conforme a proximidade geográfica da escola anexa à escola pólo ou escola-mãe como é chamada. Vale salientar que essa nucleação não é oficializada por lei, até agora é apenas para facilitar a gestão escolar e pedagógica. O processo de Nucleação está apenas como planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação (SME).

O Sítio Cachoeira foi o primeiro núcleo populacional do município, tem na sua área geográfica o mais importante ponto turístico do lugar, a Cachoeira de Missão Velha¹⁴. Apresenta-se como um lugar de interesse desse trabalho, em virtude de lá estar localizada uma das escolas, que se inseriu nesta pesquisa, por ser fundada na década de 1960 e termos conseguido entrevistar as duas professoras que na época da criação da escola, foram às primeiras professoras de lá.

Conhecer a história da educação de Missão Velha é vislumbrar uma página da educação brasileira, desde os padres Capuchinhos italianos, passando por Padre Mestre Ibiapina, conhecido pelas Casas de Caridade até as Escolas Normais, isso passando pela cidade; mas ao ter um olhar mais atento, veremos as escolas rurais com sua contribuição para a educação do município, mesmo de forma tímida, porque não era prioridade na plataforma dos governos cuidar da educação da zona rural ou do campo, e neste trabalho o foco principal é justamente as escolas rurais, nas vozes das professoras e à luz de alguns documentos da época.

Na verdade, buscaremos informações e pesquisas nesse estudo, muito além dos muros das escolas, porque a importância maior da busca das informações está nos sujeitos que protagonizaram a história dessas escolas isoladas, grupos escolares ou escolas rurais: as ex-professoras, que serão nossas principais fontes e vozes. Na verdade digo professoras, porque até agora não encontrei nenhum homem-professor, nesse

¹⁴ A Universidade Regional do Cariri – URCA, atualmente coordena um Projeto do GEOPARK Araripe, onde A Cachoeira de Missão Velha é um dos geotopes (Geotopo Devoniano) desse projeto, devido à sua importância nos estudos paleontológicos do Brasil. Para maiores informações sobre o projeto consultar o site: www.geoparkararipe.org.br

período inicial das escolas rurais que pesquisei (anos 1960) só após os anos 60, localizamos alguns professores-homens nos arquivos da Prefeitura Municipal. Sem as professoras, o ensino e a própria educação da zona rural estudada seria quase impossível, até mesmo, nos poucos e poucos arquivos, a maioria das referências são de professoras nas escolas isoladas ou nos Grupos Escolares.

Vamos nos valer de Burke (1992, p.51), quando relata sobre a Nova História Cultural, que vai buscar fundamentos na Escola francesa dos Annales, partindo da premissa de que a partir de 1929, quando a Revista dos Annales tem o registro do seu primeiro número, tendo como principais responsáveis Lucien Febvre e Marc Bloch, trazendo a perspectiva da ampliação de novas fontes, sendo esse aspecto da ampliação de novas fontes, parte que mais levamos em consideração:

Sem dúvida, muitos dos vários trabalhos produzidos por escritores, que operam dentro da tradição dos Annales, não apenas aprofundaram nosso conhecimento do passado, mas também proporcionaram incríveis reflexões metodológicas demonstrando o uso inovador que pode ser feito das formas familiares de documentação e o modo como novas questões sobre o passado podem ser reformuladas.

Nessa direção, Burke no pensamento da Nova História Cultural (NHC), vem trazer à tona o estudo da vida das pessoas comuns, dos relatos dessas pessoas e a aproximação com outras fontes, e de maneira bem contundente, o autor coloca a História Cultural, que se utiliza da história oral, no patamar do interesse dos historiadores:

A História oral tem sido muito usada pelos historiadores que tentam estudar a experiência das pessoas comuns, embora, é claro, não haja razão por si só evidente do motivo pelo qual o historiador oral não deva gravar as memórias das duquesas, dos plutocratas e dos bispos, da mesma forma que dos mineiros e dos operários fabris (BURKE, 1992, p.48)

Nessa mesma linha de raciocínio, Montenegro (1994, p.19), diz que: “a história enquanto representação do real se refaz, reformula-se, a partir de novas perguntas realizadas pelo historiador ou mesmo da descoberta de outros documentos ou fontes”. É com essas novas indagações de que fala o autor que podemos ir nos aproximando dos objetivos da pesquisa e do nosso objeto de estudo. Nós historiadores, vamos apresentando a nossa versão inicial e formando um mosaico com as partes daquilo que registramos, ouvimos, vemos, escrevemos, afirmamos e nesse ínterim,

a história opera sempre com o já dito, com o que é colocado para e pela sociedade, em algum momento, em algum lugar. Desses elementos, o historiador constrói sua narrativa, sua versão, seu mosaico. Este fato evidente se apresenta bastante distinto do que foi vivido; no entanto, ele se ancora nos elementos resgatados da realidade, em outras histórias já produzidas (MONTENEGRO, 1994, p.19, grifo meu).

Aos poucos, fomos firmando a nossa fundamentação teórica, a partir do momento em que aprofundamos nossos estudos, dando sentido ao que pretendemos entender nessa pesquisa: a história cotidiana, o dia-a-dia de pessoas simples como as professoras rurais, que vão construindo a história da educação do município de Missão Velha, e do pressuposto de que, a voz das professoras se constituirá a principal fonte do trabalho, pois levaremos em conta o que elas falam nos seus relatos. E nessa perspectiva que colocamos o cotidiano no corpo desta pesquisa, ligada ao dia-a-dia dessas professoras, Certeau, (1996, p.31), assevera que “o cotidiano é aquilo que nos é dado a cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente”.

Outros autores consideram o estudo sobre o cotidiano um viés muito alentador para a educação, devido abrir muitas possibilidades e novos enfoques metodológicos, bem como tornar conhecidas as práticas pedagógicas de professoras que utilizando projetos simples, conseguiram bons resultados nas escolas de diferentes lugares do país:

O cotidiano escolar é tão amplo e complexo que nem sempre encontramos a melhor solução para o estudo e enfrentamento de sua problemática nos padrões convencionais de análise comumente utilizados. A questão do cotidiano escolar tem suscitado em nós, pesquisadores indagações de diferentes ordens. [...] Um aspecto que venho considerando refere-se ao fato de que as questões do cotidiano de uma sala de aula, de uma escola, de um organismo administrativo ou técnico da educação vem sendo vivenciados por seus atores, sem merecer o devido registro ou análise – nesse sentido milhares de experiências bem sucedidas perdem-se no tempo. Essa ausência de registro gera o total desconhecimento por parte dos que estão exercendo a prática pedagógica, e com isso a necessidade de sempre precisarem partir da estaca zero em seus projetos de trabalho e ensino (FAZENDA, 1992, p. 79,80).

Ao falar de cotidiano escolar a autora dá ênfase às experiências exitosas de muitos profissionais da educação, que muitas vezes por falta de registro, gera o que ela chama de “desconhecimento”. Nesse caso, acreditamos que com as escolas rurais essa ausência de registros acontece com maior incidência, pois muitas práticas pedagógicas deixam de ser relatadas e conhecidas pela comunidade escolar.

Estudar a escola no seu cotidiano, levando em conta o seu significado de instituição, que está inserida na sociedade e por isso mesmo não foge do controle social, e estando condicionada à estrutura social e ao Estado, precisando se adequar ao novo modelo de desenvolvimento, como pondera essa pesquisadora:

Nesse sentido, o que parecia ser apenas um problema de atingir uma coerência entre teoria e método, revelou-se acima de tudo, uma questão de procura de uma teoria que superasse não só as versões funcionalistas sobre a relação escola-sociedade, mas também as concepções críticas da escola que a vêem apenas como instituição homogeneizante e totalmente determinada pela estrutura social e pela vontade estatal. [...] estudar a escola como “instituição articulada organicamente com a estrutura de determinada formação social”, articulação esta não mecânica, mas dialética, na qual a escola como qualquer instituição, pudesse ser apreendida como lugar de controle estatal e de apropriações desse controle pelos seus destinatários, como lugar de dominação e de rebeldia de reflexo e de criação, levados a efeito, por sujeitos individuais que tecem ativamente a vida na escola (PATTO, 1993, p.120, grifos meus).

Para Saviani (2007, p. 4), o conceito de Instituição vem explicado partindo da origem etimológica da palavra¹⁵, sua relação com a educação e sua opinião sobre o termo imbuído da relação instituição e necessidade, vem reforçar como essa “estrutura material” (idem, 2007, p.4) passa a existir na sociedade com caráter duradouro e não efêmero, é o que fica explícito:

De qualquer modo, à base dessa aparente diversidade de significados, a palavra “instituição” guarda a idéia comum de algo que não estava dado e que é criado, posto, organizado, constituído pelo homem. Mas essa é ainda uma idéia muito geral, pois as coisas que o homem cria são muitas e dos mais diferentes tipos e nem todas podem ser consideradas como instituição. Assim, além, de ser criada pelo homem, a instituição apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso a instituição é criada para permanecer. Se observarmos mais atentamente o processo de produção de instituições, notaremos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória, como uma coisa passageira que, satisfeita a necessidade que as justificou é desfeita. Para necessidades transitórias não se faz mister criar instituições. Essas necessidades são resolvidas na conjuntura não deixando marcas dignas de nota na estrutura (SAVIANI, 2007, p.4).

¹⁵ Instituição do latim *institutio*, *onis* com vários significados.: 1- disposição; plano; arranjo. 2. Instrução; ensino; educação. 3. Criação; formação. 4. Método; sistema; escola; seita; doutrina. No francês a palavra *Instituteur* (institutrice no feminino) é aquele que ensina, o mestre (...) Ver obra *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org), 2007. Do dicionário Aurélio o significado de instituição: 1. Ato de instituir, criação, estabelecimento. 2. A coisa instuída ou estabelecida, instituto. 3. Associação ou organização de caráter social, educacional, religioso.

Ao colocar o conceito de instituição e sua ligação com a necessidade humana, destacam-se seus sujeitos que perseguem suas necessidades sociais num movimento constante de relações, pois sem os sujeitos sociais, a instituição por si só, não tem sentido. Dessas relações informais e assistemáticas, surgem as instituições, que passam a ter além da necessidade permanente de sua criação institucional, a exercer funções de educação, mesmo sem ter sido escola, no sentido de ensino e educação, porém só depois de vários processos sociais chegamos à origem das instituições educativas que:

Quando consideramos a instituição educativa, isto é, quando tomamos a educação na sua especificidade, como ação propriamente pedagógica, cuja forma mais conspícua se expressa na escola aos demais tipos de atividade não implica necessariamente que as instituições propriamente educativas passem a deter o monopólio do exercício do trabalho pedagógico secundário. Na verdade o que constatamos é uma imbricação de instituições de diferentes tipos, não especificamente educativas que, nem por isso deixam de cuidar, de algum modo, da educação. Assim, para além da instituição familiar consagrada, pelas suas próprias características, ao exercício da educação espontânea, vale dizer, do trabalho pedagógico primário, encontramos instituições como sindicatos, igrejas, partidos, associações de diferentes tipos, legais e confessionais que além de desenvolver atividade educativa informal, podem, também, desenvolver trabalho pedagógico secundário, seja organizando e promovendo modalidades específicas de educação formal, seja mantendo escolas em caráter permanente (IDEM, 2007, p 6-7).

Quando o autor fala da instituição educativa e da ação pedagógica que vai se efetivar na escola, mas não só na escola, isso reforça o que na prática observamos. Como neste trabalho percebemos a presença do vocábulo “instituição” em algumas falas dos sujeitos entrevistados, no sentido de que não só a escola é tida como uma das mais importantes instituições ligadas à educação e ao ensino, como também os sindicatos, associações e igrejas tem partilhado com as escolas da educação e formação dos cidadãos da cidade e do campo, consideramos relevante essa parte sobre instituição ser levada em consideração nesses estudos iniciais sobre o que estamos contextualizando na pesquisa.

Quando falamos da instituição escolar, não podemos deixar de lado o cotidiano dessas instituições, e buscamos nos sujeitos sociais (ex-professoras rurais) que estavam diretamente ligados à vida da escola rural e da comunidade, o conhecimento de como essas instituições (escola isolada, grupo escolar ou escola rural) funcionavam, como eram as práticas educativas (cultura escolar) e o cotidiano; categoria que se identifica com as escolas isoladas e grupos escolares já que podemos afirmar que essas professoras faziam da sua vida cotidiana nas escolas, suas próprias vidas. E para usar essa categoria

“cotidiano”, recorreremos a alguns autores, dentre eles Heller que considera o cotidiano como parte da vida social das pessoas.

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade de sua personalidade. Nela colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias (HELLER, 1992, p.17).

O cotidiano está sendo usado nesta pesquisa, não pela metodologia de observação, mas, ouvindo atentamente as professoras e ex-professoras rurais, os seus relatos de como acontecia o dia-a-dia e suas práticas na sala de aula e nas escolas. Necessário se fez o uso da entrevista semi-estruturada, que deixa explícito “o interesse do pesquisador que é conhecer o significado que o entrevistado dá aos fenômenos e eventos de sua vida cotidiana, utilizando seus próprios termos” (MARCONI E LAKATOS, 2006, p.278).

Certo de que a entrevista semi-estruturada vem se adequar ao estudo em foco, dada a liberdade do entrevistador em explorar a questão, identifiquei as minhas fontes, e de forma criteriosa elaborei e refiz questões para chegar mais próxima daquilo que nortearia este estudo. Cumpre-me dizer, não foi fácil, transpus muitas dificuldades, até me firmar neste caminho do ato de pesquisar:

Partimos da constatação de que a entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos, interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado. [...] A intencionalidade do pesquisador vai além da mera busca de informações; pretende criar situação de confiabilidade para que o entrevistado se abra. Deseja instaurar credibilidade e quer que o interlocutor colabore, trazendo dados relevantes para o seu trabalho (SZYMANSKI, 2010, p.12).

Dessa forma, interagindo com o entrevistado damos ao trabalho uma forma dialógica, porém sabendo que a situação de confiabilidade entre ambos aconteceu de forma natural, porque durante o processo podem acontecer “estratégias de ocultamento”, quando a pessoa entrevistada escamoteia algumas informações ou se omite em informar, por considerar prejudiciais a ela ou a alguém de seu interesse (Idem, 2010, p.13).

O que significa fazer essas professoras falarem, trazendo à tona suas vitórias, decepções, práticas, uma boa parte de sua vida que estava latente? Tudo guardado, mas tão bem guardado, que muitas delas ao trazer à superfície as suas lembranças chegavam a

se emocionar. Através da história oral, articulada pela palavra, incluindo os silêncios, o tom de voz, o olhar, o parar de falar, o dizer: “isso não... ah! lembrei...” fizeram a gente conhecer um passado vivido por elas e hoje reconstruído por elas mesmas.

Os questionamentos em torno da pesquisa geraram uma sinergia que, ao responder às perguntas, parece estarmos cumprindo uma tarefa da educação que faltava. O que procuramos responder: qual foi o papel da mulher-professora nas escolas rurais? Como funcionava o tempo e o espaço nessas escolas? Como essas professoras rurais viviam no seu cotidiano de sala de aula e como eram as suas práticas pedagógicas? Como comemoravam os eventos nas escolas? Que tipo de formação tinha essas professoras? Como alfabetizaram os alunos e quais livros utilizaram? Como a doutrina cristã fez parte do projeto de educação escolar? Qual a percepção dessas professoras acerca da visão negativa do ensino nas escolas rurais? Na verdade, todos os questionamentos chegam a um tronco comum, que passa a ser as práticas pedagógicas, pois das perguntas a respeito dessas práticas vão emergindo todas as outras respostas. E é a nesse ponto que queremos chegar.

Essa parte metodológica será mais bem explicada adiante, quando faremos a descrição de todo percurso metodológico, levando em conta todas as idas e vindas nos momentos da busca de informações, depoimentos e dúvidas nas vozes das ex-professoras rurais.

Em Gatti (1999), vamos encontrar considerações que podem justificar as adaptações necessárias aos procedimentos metodológicos, partindo da premissa de que o método não pode ser algo pronto, fixo, “engessado”, ele vai sendo construído na prática.

Nessa multiplicidade de lugares institucionais ou não, o que acontece com os sujeitos sociais é lido, interpretado, construído sob diferentes olhares. Nessa visão, vamos ter um sujeito com um papel central, sendo que não são mais as estruturas que fornecem e o homem apenas recebe, mas, o próprio homem elabora, cria, inventa, apropria-se. Não basta a escuta de quem ouve, mas a voz de quem fala, de onde fala, para quem fala, para que fala; são os olhares: de quem fala, de quem escuta que vão lidar com o real e o imaginário.

Vamos atentar também para as dimensões da fala dos sujeitos e dos momentos silenciados, das indagações externas às respostas que foram dadas e porque muitas respostas foram dadas em conta-gotas. Importante, outrossim, ter consciência de que as respostas vão consolidar o que foi perguntado, porém essa etapa, apesar de representar o

ápice da pesquisa, não é o seu fim, porque nesse paradoxo, o final da pesquisa não significa a finalização de um tema pesquisado por completo.

2.1 Perfil educacional do município

Ao apresentar o atual perfil da educação de Missão Velha, queremos trazer informações que dizem de que forma este município melhorou em alguns aspectos da educação, porém, em outros aspectos, precisa-se de ações que deem respostas mais urgentes e necessárias, para problemas que se repetem por várias gestões municipal.

Atualmente o município conta com quarenta (40) escolas municipais, (sendo trinta e duas rurais e oito urbanas), que ofertam o ensino do 1º ao 9º ano¹⁶. Faz parte também do ensino municipal o atendimento ao ensino infantil, que se estruturou a partir do ano de 2005, quando a educação infantil passou a fazer parte da pasta da educação municipal, porque até a data mencionada, a Secretaria de Ação Social era a responsável pela educação infantil, e esta funcionava precariamente. Da rede estadual existem duas (02) escolas, ofertando o ensino fundamental II e o Ensino Médio. Uma na sede – E.E.F.M Monsenhor Antonio Feitosa e outra no Distrito de Jamararu – E.E.F.M Padre Amorim. Da rede particular temos quatro (04) escolas, três funcionam com Ensino Infantil e Fundamental (Escola Abelzinho, Centro de Estudos Criativos Infantil Patinho Dourado e UNISI – Universidade Infantil Santo Inácio) e uma funciona do Ensino Infantil até o Ensino Médio (Colégio Jean Piaget).

Apenas uma instituição oferta a educação especial, o Instituto Pestalozzi – Lar Escola Maria Alice, a qual é incluída na rede comunitária e filantrópica, dentre outras como: União Popular pela Vida (UPPV), Sociedade de Apoio a Família (SOPRAFA) e Associação Comunitária (ACOAFA), que prestam relevantes serviços à comunidade local.

O número de alunos das escolas municipais, (incluindo creche e educação infantil, ensino fundamental I e II e EJA – educação de jovens e adultos) de acordo com o

¹⁶ A relação nominal de todas as escolas municipais, (rurais e urbanas), com seus respectivos endereços, está nos anexos M e N deste trabalho, com os resultados do Censo 2010, como uma informação complementar, sendo também importante para outras pesquisas da área.

censo de 2010: é o seguinte: 7.934 alunos, distribuídos assim: zona rural – 4.361 alunos, zona urbana – 3.573 alunos.¹⁷

Quanto à formação dos professores que atuam nas escolas estaduais, todos já possuem a formação exigida pela Lei 9.394/96. Nas escolas do município, não há nenhum professor leigo em atividade, a maioria já tem nível superior, cursam, ou tem a formação mínima exigida (Magistério). No quadro funcional das escolas particulares, há alguns professores sem a formação adequada ou com o ensino superior incompleto.

No ano de 2005, a equipe da Secretaria Municipal de Educação, elaborou o Plano Municipal de Educação¹⁸, intitulado “Educação é prioridade”, com vigência de 2005 a 2009, o objetivo principal deste documento foi nortear todo planejamento, metas e ações da educação do município, aprovado pela Lei Municipal nº 023 de 29 de agosto de 2005. O Plano era avaliado anualmente e vigorou até dezembro de 2010, de acordo com informações obtidas na Secretaria Municipal de Educação; o novo Plano Municipal de Educação ainda não foi elaborado, o Plano em vigor é o anterior. Vemos a importância desse plano e comungando dessas idéias:

O Plano Municipal de Educação deve ser uma das alavancas do processo e do projeto de desenvolvimento de todos os cidadãos do município. Isto é bem mais complexo que simplesmente abrir escolas e colocar nelas todas as crianças [...] O Plano Municipal de Educação não é somente um plano de atividades da rede municipal de educação das escolas sob a responsabilidade do município (MONLEVADE, 2002, p.55).

O autor coloca o quanto é importante esse Plano Municipal de Educação, já que inclui um planejamento da educação como projeto de desenvolvimento municipal com a participação de todos os segmentos sociais. Resultado de muitas discussões, estudos com toda comunidade escolar e sociedade civil organizada, secretários municipais e o poder executivo e legislativo e representante dos conselhos, foi elaborado e votado o referido plano. Com o “Documento Final do CONAE 2010”¹⁹ (Conferência Nacional de

¹⁷ Informações do censo de 2010, pesquisadas no Setor de informação da Secretaria Municipal de Educação no dia 26/10/2010. O resultado completo do Censo 2010, está no anexo N desta pesquisa.

¹⁸ O Plano Municipal de Educação buscou orientações técnicas na SEDUC – Secretaria de Educação Básica do Estado Ceará, na CREDE 20 – Centro Regional de Desenvolvimento da Educação e no PNE – Plano Nacional de Educação criado pela Lei nº10.172/2001. Fiz parte na época da equipe técnica de elaboração desse Plano.

¹⁹ A Conferência Nacional de Educação (CONAE) aconteceu no período de 28/03 a 01/04 de abril de 2010, com o tema central: Construindo o Sistema Nacional Articulado: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Com participação de trabalhadores, pais, estudantes, dirigentes, professores,

Educação), que servirá de base para a elaboração do novo Plano Nacional de Educação 2011-2020, a partir daí o novo Plano Municipal será discutido e elaborado.

A nucleação²⁰ das escolas rurais municipais funciona apenas em nível administrativo, não tem documento oficial e nem Lei Municipal que ampare legalmente esta divisão administrativa, no entanto é intenção dos gestores municipais fazer essa nucleação. As trinta e duas escolas rurais, organizadas nos quatorze núcleos, a maioria com diretores administrativos e respectivos adjuntos, são os principais agentes na organização da escola. As escolas contam ainda com os agentes pedagógicos que realizam um trabalho de acompanhamento pedagógico, principalmente, junto às escolas rurais, porém esse trabalho dos agentes pedagógicos precisa de resolutividade, isto é, muitas vezes se constata problemas em determinadas escolas, e colocam-se nos relatórios mas a solução do problema ou demora em chegar à escola ou não é resolvido.

Com o objetivo de democratizar e tornar mais transparentes as ações da Secretaria de Educação, o município conta com cinco Conselhos, a saber: Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Conselho da Bolsa Escola e o Conselho do Transporte Escolar. Esses conselhos funcionam, mas a sua atuação ainda é restrita, na verdade cumprem apenas alguns requisitos para não haver prejuízo nos projetos defendidos pela educação municipal. Necessário se faz um estudo mais aprofundado a respeito da atuação desses conselhos no âmbito da educação do município, que não é o objetivo desta pesquisa.

As escolas municipais implantaram os conselhos escolares e os governos estudantis, com a criação dos grêmios, isto tanto nas escolas urbanas quanto nas rurais, oportunizando a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar a tomar parte nos planejamentos e ações desenvolvidas pelas escolas, mesmo ciente de que em alguns momentos essa participação tanto dos conselhos como dos grêmios, não atende às expectativas: ou os conselheiros não participam, só assinam papel, quando são convocados ou a escola simula a participação e não valoriza essa participação dos segmentos de conselhos e grêmios. “Na realidade são raras as escolas públicas que

sociedade civil, autoridades, Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação. (Maiores informações – Documento Final - CONAE, 2010).

²⁰ A Resolução Nº 387/2004 do Conselho de Educação do Ceará, dispõe sobre a nucleação das escolas públicas.

possuem conselhos atuantes, que influem decisivamente nas questões pedagógicas e gerenciais, Por quê?” (MONLEVADE, 2002, p.98).

A partir da criação da Lei do FUNDEF (Lei nº 9.424/96 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), quando o Governo Federal propõe o financiamento da educação do ensino fundamental, todos os municípios brasileiros, passaram a ter a autonomia financeira na educação, e para Missão Velha, podemos considerar essa Lei, um divisor de águas na educação municipal, porque até a data da criação dessa Lei, a educação municipal passava por sérios problemas, tanto a falta de um planejamento estratégico para educação municipal e o ensino, como outros problemas de ordem institucional e de infra-estrutura das escolas. A partir da conquista dessa emancipação financeira, a educação começa a dar sinais de melhoras. Em 2007, o FUNDEF, foi substituído pelo FUNDEB (Lei nº 11.494/2007 de 20/06/2007– Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), com o FUNDEB, passam a ser beneficiados a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. E a partir do FUNDEB, os repasses de recursos para os alunos que estudavam em escolas rurais, passam a ser diferenciados, como forma de incentivar o ensino rural. Essa Lei terá vigência de 2007 a 2020.

A autonomia financeira trazida pelo FUNDEB tem sido reforçada pelos programas como: PDE/FUNDESCOLA²¹ (Plano de Desenvolvimento da Escola), que atende cinco escolas urbanas com verba federal para tentar resolver problemas detectados na escola através de um diagnóstico feito pela comunidade e conselho escolar e um plano de ação. O PAPE – Projeto de Adequação de Prédios Escolares, que já tem beneficiado mais de 20 escolas da zona rural e urbana; A Escola Ativa que até 2009, atendia oito escolas rurais; o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar que atende todos os alunos matriculados; PDLN - Programa Nacional do Livro Didático; PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, tem trinta e três escolas e dez creches atendidas; PNATE – Programa Nacional do Transporte Escolar, entre outros como de formação continuada, reforma e ampliação das escolas da área rural e urbana.

²¹ FUNDESCOLA – Fundo de Fortalecimento da Escola – é um programa do Ministério da Educação financiado com recursos do FNDE/MEC e com recursos tomados de empréstimos pelo Governo Federal, junto ao Banco Mundial – BIRD. Tem como objetivos: fortalecer as escolas públicas de ensino fundamental e as instituições que por elas se responsabilizam (FUNDESCOLA,2003).

O PROINFO²² - Programa Nacional de Tecnologia educacional é destinado a promover o uso da informática na educação básica, tanto na área urbana como na rural. É, portanto, um projeto importante, porque vem proporcionar essa aproximação dos estudantes e professores às inovações tecnológicas. Temos seis escolas da Sede e cinco da zona rural que receberam investimentos desse projeto, das escolas pesquisadas, está a Escola de Ensino Fundamental Dr. Leão Sampaio.

Outro programa desenvolvido no município é a “Correção do fluxo – distorção idade/série”, com quatorze turmas nas escolas rurais e urbanas, em parceria com o Instituto Airton Senna. Começou em 2010 e está previsto para dois anos, o mesmo tem material didático, metodologia e a formação continuada do professor.

Sobre a formação continuada do professor, desde a década de 1980, que o município inclui em sua agenda de planejamento um projeto definitivo, porém, conforme as administrações municipais mudam, nem sempre há continuidade dos projetos, ou quando há, são feitas algumas mudanças ou no tipo de formação, ou no quadro de professores formados. Isso às vezes causa prejuízos, porque há uma quebra no processo de formação e nas práticas de formação. O atual projeto de formação do município, tem uma previsão para 2010- formação mensal e 2011, formação bimestral para os professores lotados nas salas de 3º, 4º e 5º ano. Os professores lotados na educação infantil, 1º e 2º ano, tem as suas formações agregadas ao PAIC – Programa de Educação na Idade Certa²³. Com esse Programa o município melhorou os índices de alfabetização nas escolas urbanas e rurais.

Quanto ao ensino fundamental II, nos anos de 2009 e 2010, os professores tiveram formação por área e, às vezes, por ocasião da Semana Pedagógica. Neste ano 2011, a Secretaria Municipal de Educação não tem projeto de formação para esses professores. Desta feita, podemos dizer que o ensino fundamental II (do 6º ao 9º ano), fica com uma lacuna com respeito às formações e capacitações, gerando daí um comprometimento da qualidade de ensino por falta de inovações nas metodologias e um baixo desempenho dos alunos.

²² Para maiores informações sobre o PROINFO, acessar o site do MEC, www.mec.gov.br

²³ PAIC-Programa de Educação na Idade Certa – O município de Missão Velha fez adesão a esse Programa da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, criado pela Lei nº 14.026 de 17/12/07, com o objetivo de melhorar os índices de aprendizagem nos municípios cearenses e condições para que os alunos cheguem ao 5º ano do ensino fundamental sem distorção idade/série e com os domínios da leitura, escrita e cálculos na idade e nível de escolarização adequados. Eu fui Gerente Municipal do citado programa, no ano de adesão do município até o final do ano de 2008.

A Proposta Pedagógica adotada no município é recente e foi elaborada com o objetivo de ter uma unificação coerente com os elementos constitutivos: conteúdos, objetivos, estratégias, avaliação. Levando em conta a proposta curricular do ensino fundamental e da educação infantil.

Importante destacar que a oferta e procura de vagas na Educação Infantil são maiores na zona rural e, apesar das condições ainda precárias do atendimento à educação infantil, os projetos de melhoria ainda não saíram do papel.

O ensino fundamental de 9 anos já foi implantado na rede municipal desde 2006. As escolas da zona rural já funcionam do 1º ao 9º ano nos turnos matutino e vespertino, o turno noturno funciona com as salas de EJA (Educação de Jovens e Adultos 1º e 2º segmento), tanto na zona urbana como na rural. O número de matrícula da zona rural é de 559 alunos, para 179 na zona urbana. Podemos justificar essa matrícula da EJA da zona rural, pelo fato de que há um índice maior de evasão no ensino regular e depois os alunos cursam essa modalidade fora da idade própria, outro fator é que muitos alunos cursam a EJA no CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos) da rede estadual, sediado na vizinha cidade de Barbalha-CE e estes não entram no censo escolar de Missão Velha.

Vale acrescentar que as salas de EJA, tem uma matrícula bem maior que o número de alunos que realmente freqüenta. É uma modalidade de ensino difícil de administrar, apesar de ser contemplada com inúmeros projetos e não funciona como deveria.

2.2 Da escolha das fontes

Nessa visão geral a respeito da contextualização, do referencial teórico e do percurso metodológico, percebemos quanta importância tem esse delineamento introdutório da pesquisa, pois não avançamos sem passar por esse caminho, como diz Lopes e Galvão (2005, p.76), para quem fonte é “a matéria prima do historiador”. É na fonte que podemos encontrar o fio da meada do nosso objeto de estudo. Essa “matéria prima” formata o que dizemos, ou responde às nossas inquietações. Sem ela não realizaremos o nosso trabalho de pesquisador. E, sobre fontes, colocaremos algumas informações conceituais, para que com maior segurança possamos utilizá-las:

Vamos encontrar a palavra fonte nas línguas com as quais lidamos mais comumente (isto é, inglês, francês, espanhol e italiano) de duas maneiras. Em

inglês e francês a grafia é a mesma (embora evidentemente, a pronúncia não); souce; em espanhol, português e italiano; também a grafia é parecida: fonte ou fuente. [...] source (quer em francês, quer em inglês origina-se primariamente de uma raiz indo-européia” reg diriger em droite ligne”, dirigir, conduzir em linha reta, correta, é também dessa raiz que temos em latim, rei. [...] fonte vem de fons-tis que, segundo o dicionário francês Robert, tem uma origem religiosa, pois foi usada pela língua da Igreja para dizer da água do batismo ou do lugar onde se batiza fonte ou nascente, isto é, água que surge, origem. E com isso chegamos ao mesmo ponto. As duas palavras- source e fonte – contêm uma dimensão de origem e também de surgimento, o que se relaciona a uma idéia de espontaneidade (LOPES E GALVÃO,2005 p. 77,78).

Partindo desse significado de fonte, imaginamos o quanto o indagar as mesmas, nos ajudam a chegar com maior segurança ao nosso objeto de estudo. Sabendo, entretanto, que até chegar a esse ponto nos deparamos com inúmeras situações já que segundo Lopes e Galvão (2005), essas fontes disponíveis ou não, às vezes muitas outras quase nada, apenas indícios.

Quando iniciamos a escolha das fontes, ficamos inseguros, desde o projeto de pesquisa apresentado por ocasião do ingresso nesse Mestrado em Educação, até quando expusemos nossa metodologia, porque afinal precisávamos definir como pesquisariamos e qual o nosso aporte teórico metodológico.

Um ponto relevante foi os encontros de orientação. Nesses encontros, fizemos uma auto-avaliação, sobre nossos erros e acertos na pesquisa, observando também quais leituras faríamos, que autores ajudariam na aproximação do nosso objeto de pesquisa.

Necessário se faz colocarmos quais dificuldades tivemos na orientação. Fazenda (1992, p.21) nos diz algo que para nós é muito importante: “discute-se a pesquisa, mas não se discute o papel de quem orienta a pesquisa”. Talvez por escrúpulos não identificáveis, pesquisadores e orientadores de pesquisa ainda sintam um certo receio em desvelar os impasses e dificuldades encontrados nessa difícil tarefa de introdução de novos pesquisadores na comunidade acadêmica.

Nesse aspecto, não senti dificuldade e nem esse distanciamento que se constata no período em que escrevemos a dissertação. O orientador dessa pesquisa transmitia muita segurança sempre que precisava de sua orientação. Com a orientação definimos as fontes. Assim, aconteceu conosco. Fui me descobrindo como pesquisadora e olhando sempre qual o próximo passo.

É no decorrer da pesquisa que enxergamos melhor qual a alternativa para os nossos objetivos serem atingidos, descobrimos a identidade com os autores e teorias,

metodologia, arquivos e fontes. Partindo da escolha das fontes, fazemos uma espécie de planejamento prévio e é dada a largada. A pesquisa iniciada vai aos poucos dando corpo ao nosso projeto inicial, até responder as perguntas levantadas sobre o tema.

Nesse percurso de construção interagimos com os autores, com as leituras, com os sujeitos e o objeto da pesquisa, num verdadeiro diálogo e também lidamos com dúvidas e certezas de que estamos no caminho certo:

Pesquisa só se aprende fazendo. As características do ato de pesquisar constroem-se socialmente, num verdadeiro processo de socialização, até de formação artesanal. Essa construção demanda interlocução dos menos experientes com os mais experientes. E esse é um dos nós da questão em algumas áreas onde a tradição da investigação científica vem sendo pobre, e essa pobreza reproduz-se pela rarefação de interlocutores maduros no trato direto e continuado com a pesquisa. (GATTI, 2007, p.65).

Dessa forma, nada mais natural do que nos sentirmos inseridos nesse grupo de aprendizes. Sempre aprendendo e nesse entendimento o ato de pesquisar de que fala a autora se constrói socialmente, nessa interlocução, que considero uma troca de conhecimentos e colaboração mútua, entre orientador e orientando, ou entre os pesquisadores mais e menos experientes.

2.3 História Oral e Memória

Quando do projeto inicial desta pesquisa, para a definição de como conseguiria responder aos questionamentos feitos sobre a história das escolas rurais de Missão Velha, vieram-me muitas inquietações sobre as fontes que construiriam comigo essa história.

Diante de muitas reflexões cito as seguintes: Missão Velha não tem arquivo público²⁴; as fontes escritas existentes nos órgãos públicos municipais são escassas, talvez não existisse um arquivo suficiente na Prefeitura referente à época pesquisada. Muitos arquivos da Prefeitura foram extraviados devido à má conservação, (goteiras na época invernosa, poeira e mofo); as escolas rurais, infelizmente não tem arquivo da

²⁴ A Lei Orgânica do município (de 11/07/2002) no seu Art. 81, criou o Arquivo Público Municipal, porém até o momento só existe na Lei, nada foi feito para a implementação desse importante instrumento para a guarda e preservação dos documentos públicos.

década de 1960 e 1970, só a partir dos anos de 1980 cuidaram dos arquivos. E se tivesse arquivo suficiente, seria restrito a fichas funcionais e portarias de nomeação e exoneração, que talvez não contemplassem o tema, eixo principal que são as práticas pedagógicas. Por faltar essa memória histórica, pensei num tipo alternativo de fonte, que seria ideal para a pesquisa em tela, porque senão o meu projeto não seria exequível, ou ficaria incompleto.

É na História Oral que encontramos os pilares para boa parte de nossa pesquisa, e nos contatos bem próximos através das entrevistas, chegamos a outras fontes. Desse modo é que concordamos com THOMPSON (1998, p.25),

A entrevista propiciará um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizadas. A fronteira do mundo acadêmico já não são mais os volumes tão manuseados do velho catálogo bibliográfico. Os historiadores orais podem pensar agora como se eles próprios fossem editores: imaginar qual a evidência de que precisam, ir procurá-la e obtê-la.

Quando é colocado pelo autor o quanto a história oral traz evidências, tendo como um dos instrumentos a entrevista, que aproxima do pesquisador documentos escritos e fotografias por meio do entrevistado, isso mostra em que medida essa história é importante na pesquisa. Acrescentamos que além do já dito, numa entrevista podemos chegar a outra fonte oral, ou seja, um dos sujeitos envolvidos na pesquisa poderá durante a entrevista citar o nome de alguém, que também poderá sobremaneira colaborar com o objeto de estudo. Dessa forma “a fronteira do mundo acadêmico” de que fala Thompson (1992) vai sendo aos poucos vencida.

É bom saber que a história oral teve sua consolidação e disseminação, segundo Alberti (2005), frente aos encontros regionais, nacionais e internacionais com apresentação de diversos trabalhos por muitos estudiosos. O debate acadêmico nos anos de 1980 e 1990 vem imbuído de reflexões acerca das questões metodológicas no que se refere às entrevistas que até então eram vistas com certa desconfiança, que desvalorizava de certa forma os trabalhos que tivessem no seu percurso metodológico a história oral. Porém, ficou claro no decorrer das práticas e pesquisas, que o uso da história oral, tornou possível múltiplas possibilidades.

Seguindo essa linha de raciocínio, Alberti (2005, p.33), adverte que a listagem inicial de entrevistados pode ser alterada quando no decurso do trabalho, surgem “nomes

antes não considerados”. Isso traz a certeza de que é preciso planejar e replanejar, incluindo novos sujeitos conforme o que se projeta na pesquisa.

Ainda nos passos iniciais, nas leituras dos autores é importante o conhecimento dos procedimentos necessários para que não haja equívocos que prejudiquem o desenvolvimento da pesquisa, na certeza de que:

Fazer história oral não é simplesmente sair com um gravador em punho, algumas perguntas na cabeça, e entrevistar aqueles que cruzam nosso caminho dispostos a falar um pouco sobre suas vidas. Essa noção simplificada pode resultar em um punhado de fitas gravadas, de pouca ou nenhuma utilidade, que permanecem guardadas sem que se saiba muito o que fazer com elas. Muitas vezes tal situação é criada por uma concepção talvez Ingênua e certamente equivocada de que a história oral, em vez de meio de ampliação de conhecimento sobre o passado, é, digamos, o próprio passado reencarnado em fitas gravadas- como se o simples fato de deixar registradas depoimentos de atores e/ou testemunhas do passado eximisse o pesquisador da atividade de pesquisa (ALBERTI, 2005, p.29).

Dessa forma, o autor nos coloca uma ponderação científica sobre esse método de pesquisa uma vez que um projeto de pesquisa precede a pesquisa propriamente dita. Gostaria de acrescentar às afirmações do autor que, com as novas tecnologias, as fitas cassetes são peças de museus, porque já começamos a utilizar os CDs, DVDs e outros equipamentos tecnológicos para a gravação de entrevistas, depoimentos, documentários. É mister alguns cuidados e preparo técnico na utilização de novas tecnologias nesse processo de gravação já citado. Na hora de editar as entrevistas e os relatos orais gravados, muito cuidado para não perder o trabalho ou não fazer cortes desnecessários, vale ressaltar que trabalhar com som ou imagem exige uma preparação de ambas as partes, ou seja, do entrevistado e do entrevistador. Nesse sentido não nos referimos a armar a cena como se fosse gravar um teatro, uma apresentação; mas fazer um planejamento prévio, de como vai proceder a entrevista levando em conta alguns aspectos tais como: O que vou perguntar? Previsão do tempo; a pessoa que será entrevistada aceitou de bom grado a gravação? Quem vai gravar? Os equipamentos estão funcionando bem? Tem pessoas no local que poderão atrapalhar a entrevista? Como fazer para resolver o problema? A pessoa que será entrevistada tem condições físicas e psicológicas para ser entrevistada?

Diante de tantas perguntas, o historiador se coloca como um ouvinte atento, paciente, curioso, e suas pretensões desenhavam-se no ver e ouvir:

O que pode pretender um historiador, cuja matéria é o tempo passado, ouvir? O que, afinal é mais importante: ver ou ouvir? Ou seja, é mais confiável o que entra pelos olhos ou aquilo que entra pelos ouvidos? Mesmo que *ver* tenha tido uma preeminência como gesto constituidor de fonte, *ouvir* passou a ocupar um lugar bastante importante na contemporânea historiografia, através da chamada história oral, principalmente quando o pesquisador, em consequência do problemas que se coloca, dispõe de poucos testemunhos escritos. Essa forma de fazer história chama oral porque a fonte fala e, se fala é porque o pesquisador (a) pediu que falasse sobre determinado assunto; há uma direcionalidade em relação à fonte, uma pretensão de que fale o que se quer ouvir (LOPES E GALVÃO, 2005, p.88, grifos meus).

Na história oral, o ouvir, segundo as autoras, ocupa um lugar de destaque, não diria em uma berlinda, porque não se trata de um jogo de perguntas e respostas, mas de fala e escuta em forma de diálogo.

As autoras nos dão orientações metodológicas de como proceder com a história oral como metodologia, desde a elaboração de um roteiro prévio da entrevista até futuros problemas que poderão surgir, quando o pesquisador passa por momentos de insegurança, originados no percurso da pesquisa, por ser um neófito no mundo científico, pela inexperiência em questionar e buscar suas fontes.

Quando da escolha dos entrevistados, Alberti (2005, p. 31) nos alerta:

[...] a escolha dos entrevistados é, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa. [...] É no contexto de formulação da pesquisa, durante a elaboração do seu projeto, portanto, que aparece a pergunta “quem entrevistar?” Sua ocorrência é simultânea à opção pelo método da história oral, uma vez que tal opção só é viável se houver pessoas a entrevistar. Se os objetivos da pesquisa forem claros, será possível dar um primeiro passo em direção à resposta, determinando que tipo de pessoa entrevistar [...] a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência.

Dessa forma, levei em conta exatamente critérios que fossem imbuídos de significados dentro daquilo que a pesquisa qualitativa prioriza e na qual os entrevistados selecionados pudessem contribuir de acordo com suas lembranças daquilo que viveram nas escolas rurais.

Precisamos ser um bom ouvinte e nessa interação consciente do ouvir para entender e não colocar em risco as narrativas e falas do narrador, pois,

Entre ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido. [...] A história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos. [...] O narrador é um mestre do ofício, que conhece seu mister: ele tem o dom do conselho. A ele foi dado

abranger uma vida inteira. [...] Uma atmosfera sagrada circunda o narrador (BOSI, 1994, p. 90-91).

Ao fazer menção ao termo memória, encontramos os seus significados em Le Goff (1990), Bosi (1994), Thompson (1998) e Rousso (1998), e ao trabalhar a memória é bom atentar que na sua subjetividade, devemos interpretar o particular, sabendo que isso leva ao que é coletivo, sem no entanto confundir a opinião e a visão subjetiva de um sujeito em detrimento dos demais.

Entretanto, quando Le Goff, (1990, p.423), refere-se à memória traz a concepção de que esse conjunto de funções psíquicas, atualizáveis como “impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”, tem a característica de conservar certas informações. Quando estudamos a memória de um lugar, de uma instituição, de uma sociedade, estamos fazendo uma aproximação de fenômenos das ciências humanas e sociais.

O individual e o coletivo se entrelaçam quando se trata de memória, e ao pertencer a novos grupos, as lembranças às vezes tem influências do presente:

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo. Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado (HALBWACHS, 1956 apud BOSI, 1994, p.413).

Ao referir-se à experiência de vida das pessoas que nos relatos orais transmitem o que viveram, Thompson (1998), compara a experiência de vida das pessoas com a matéria prima daquilo que se quer construir. Ao generalizar a fonte histórica como subjetiva, e a fonte oral como desafiadora frente à subjetividade, partindo do mergulho nos arquivos da memória dos informantes que trazem fatos e segredos partilhados com o pesquisador, o autor esclarece:

Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas, apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta. Se assim é, porque não aproveitar essa oportunidade que só nós temos entre os historiadores e fazer nossos informantes se acomodarem relaxados sobre o divã e como psicanalistas, sorver com seus inconscientes, extrair o mais profundo dos segredos? (THOMPSON, 1998, p.97)

Nesse ponto, o autor reporta-se à psicanálise, como uma área profissional que poderá ser parceira do historiador oral para a compreensão daquilo que é falado ou silenciado pelos entrevistados. Um número reduzido de historiadores orais são capazes de praticá-la, devido ao tempo de dedicação que se exige para essa formação.

Quando realizamos as entrevistas, percebemos o envolvimento do entrevistado naquele instante de maneira bem diferente. Parece que aquele momento se reveste de uma espécie de confissão, espiritualidade, terapia. Quando o autor menciona a psicanálise, é uma assertiva de que realmente há uma ligação empírica com essa questão de falar e silenciar, desabafar, buscar no passado aquilo que viveu e o que queria fazer e não fez:

Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela recolher de outra época o alento. O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar a sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância (BOSI, 1994, p.82).

Com a história oral, vivemos nesta pesquisa um pouco dos momentos citados pela autora, de ver ao vivo e a cores o quanto as professoras se mostraram felizes quando procuradas para colaborar com as suas experiências de vida em uma pesquisa tão importante para a construção da história das escolas rurais. A vida de cada uma ganhou sentido, ao encontrar os ouvidos atentos da pesquisadora para as suas falas, e depois encontrar uma pessoa interessada naquilo que elas sabiam e, muitas vezes a sociedade não valorizava. Quanta coisa guardada no baú da memória e agora a sociedade se apropria desse conhecimento resultado do constructo delas mesmas.

Essa confluência do estudo da memória entre a lembrança e o esquecimento é destaque no trabalho de Ricoeur (2008, p.41), para quem “a memória está no singular, como capacidade e como efetuação, as lembranças estão no plural: temos umas lembranças (já houve quem dissesse maldosamente que os velhos tem mais lembranças do que os jovens, mas menos memória!)” e nesse mesmo sentido o autor completa: “minhas lembranças não são as suas” (Idem, p.107). Isso explica o que na prática vimos quando ao entrevistar as professoras rurais, as divergências e convergências aparecem entre as lembranças e o esquecimento que cada uma tem ao externar nas palavras e nos silêncios as suas memórias.

O objeto de estudo recria-se a partir das palavras, dos silêncios, dos diálogos dessas pessoas simples que viveram num determinado tempo, em um lugar ou vários lugares, que de alguma forma vão ser úteis para desvendar e entender o passado das escolas rurais na voz de poucos, que representam um conjunto. Como diz Thompson (1998, p.44):

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga o seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre a desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade.

É na história oral que fazemos essa construção coletiva trazendo a história e os seus registros para a geração presente e a posteridade. Através da oralidade, registrando as memórias, as emoções, as palavras ditas com ênfase ou não, as invenções tiradas da criatividade do momento, as histórias nunca contadas, as mágoas nunca relatadas, o que não ficou escrito nos diários, nos livros de atas, nas fichas funcionais das escolas e no Departamento de Educação, que de repente, surgem documentos produzidos pelas professoras rurais. A história e o relato de uma, podem ser o de muitas, até então silenciados.

2.4 Elaboração das Entrevistas.

As entrevistas foram seguindo uma lógica de interesse da pesquisa e a elaboração das perguntas teve como base teórica a entrevista semi-estruturada, praticamente igual para todas as professoras. Segundo Assunção (1996), as entrevistas servem para auxiliar na construção das representações das professoras a respeito delas mesmas. É da entrevista que vamos fazer emergir as palavras, as frases, os textos que gerarão a pesquisa. Por isso ela precisa ter regras:

Uma entrevista é uma relação social entre pessoas, com suas convenções próprias, cuja violação pode destruí-la. Fundamentalmente, espera-se que o entrevistador demonstre interesse pelo informante, permitindo-lhe falar o que tem a dizer sem interrupções constantes [...] Tudo que interessa é fazer o informante falar. Você deve manter-se o mais possível em segundo plano, apenas fazendo algum gesto de apoio, mas não introduzindo seus próprios comentários ou histórias. [...] E não se deixe perturbar com as pausas. Ficar em

silêncio pode ser um modo precioso de permitir que um informante pense um pouco mais e de manter um comentário adicional (THOMPSON, 1998, p. 271).

Dessa forma, esse autor nos traz no seu trabalho muitas orientações que foram úteis durante a pesquisa, para o procedimento correto da entrevista, bem como para entendermos como não só a fala, mas o silêncio e as pausas nos dão informações preciosas. Esse aprendizado vai acontecendo à medida que vamos a campo e o aprendizado vai se constituindo em experiência.

Ao elaborar as entrevistas, priorizamos as temáticas trabalhadas, para aproximarmos das respostas às perguntas que queríamos nesse percurso de elaboração do texto final da pesquisa. Elaborei um modelo inicial de entrevista, com a identificação do entrevistado e as perguntas. Esse primeiro instrumental aperfeiçoou-se, conforme a necessidade no surgimento de novos questionamentos ou novo direcionamento, sem perder o foco do trabalho. Para traçar o perfil das entrevistadas, elaborei um questionário, que está no apêndice A, para em seguida proceder com a entrevista. Citamos algumas das perguntas feitas às professoras sobre a história das escolas rurais: Como foi a trajetória de sua formação? Como era a organização das salas? E as práticas pedagógicas? E os planejamentos? Quais os eventos comemorados na escola? Quais os livros utilizados pelos alunos? Como você vê a aprendizagem dos alunos das escolas rurais? Reportando-se à época que você foi professora, como era? Qual foi o papel da mulher no processo de construção e formação das escolas rurais? Pra você o que é ser professora? Essas e outras perguntas formaram as entrevistas que foram feitas às ex-professoras.

Aperfeiçoei as perguntas, à medida que surgiam novos questionamentos, conforme as falas das ex-professoras ou evidências detectadas. Esse amadurecimento no que se refere às perguntas com a finalidade de não fugir daquilo a que se propõe a pesquisa, consolidou-se no percurso do trabalho, quando emergiram as categorias da pesquisa na voz dos sujeitos.

Portanto esta pesquisa da linha de História da Educação traz a ampliação do uso das fontes, conforme os autores já citados, e com o uso da história oral desvelamos os significados de tudo que é dito ou negado, nesse dinamismo que é dado pelos sujeitos da pesquisa.

2.4.1 Realização das Entrevistas

Para a realização das entrevistas, segui as orientações de Thompson (1998), Alberti (2005), Szymanski (2010), entre outros autores e um pouco da experiência que tenho de às vezes já ter realizado trabalhos escolares e de cunho cultural com entrevistas. Nesta pesquisa, sempre agendava o dia e a hora com a professora que iria ser entrevistada. Preparava tudo, planejava e lá estava eu no local e na hora marcada.

No primeiro encontro com as entrevistadas, esclareci o tema e o objetivo do meu projeto de pesquisa, tendo mesmo nesse primeiro encontro uma conversa informal. Nem sempre foi nele que se realizou a entrevista, isto em decorrência do fato que sou a primeira professora em atividade da rede estadual que reside no município e faz um Mestrado. Esse fato trouxe até um pouco de dificuldade para que as pessoas entendessem o porquê daquele trabalho, seguindo certo rigor científico. Como comenta Thompson (1998, p.267-268):

Comece então explicando o tema de seu projeto ou de seu livro e a maneira como o informante pode auxiliá-lo. Muitos dirão que não tem nada de útil para lhe contar e precisarão que se reafirme que a experiência que possuem é preciosa [...] Alguns ficarão verdadeiramente surpresos com seu interesse e você precisará ser ainda mais encorajador nas primeiras etapas da entrevista. Alguns proporão explicitamente a questão da confidencialidade e não quererão fornecer seus nomes, sem seu consentimento explícito, a citações que sejam prejudiciais a eles próprios ou a seus vizinhos.

Em muitos momentos durante a realização das entrevistas, encontramos empecilhos, como desculpas do tipo citado pelo autor, quando o entrevistado justifica-se dizendo que não tem muito no que contribuir, deixando-nos sem jeito. Outros de início, não querem que seus nomes apareçam e isso ensina como lidar com essas situações, até que aos poucos conquistemos a confiança das pessoas que escreverão conosco as respostas ao que procuramos na pesquisa.

No decorrer dessa etapa, algumas das entrevistadas preferiram inicialmente, não gravar a entrevista, recorri a anotações, e precisei ter habilidade para acompanhar o que a entrevistada dizia. Houve momentos que pensei não conseguir colocar no papel aquilo que escutava, mas depois na revisão, voltava à casa da entrevistada e checava algumas informações, para não deixar dúvidas.

As entrevistas gravadas foram transcritas, e as anotações do diário de campo auxiliaram em alguns aspectos observados no transcurso do processo e nas dificuldades vencidas. Em alguns momentos necessitou-se do aprofundamento de temas, que nem sempre ficavam claros, Szymanski (2010, p. 48), nos diz que essas ações “são aquelas que podem ser feitas quando o discurso do entrevistado toca nos focos de modo superficial, mas trazem a sugestão de que uma investigação mais aprofundada seria desejável”. Nessa hora, precisamos do nosso “jogo de cintura”, para elevarmos o nível da entrevista, frente ao aprofundamento daquilo que para nós e para o tema pesquisado ficou superficial e com lacunas que precisam ser preenchidas.

Nesse período, ocorreram imprevistos tais como: entrevistas remarcadas devido a problemas particulares com as entrevistadas, entrevistas difíceis de serem realizadas no dia marcado devido à presença de pessoas estranhas ao trabalho, por haver inibição do entrevistado. Segundo Thompson (1998, p.266), “A presença de outra pessoa na entrevista não só inibe a franqueza, como exerce uma sutil pressão no sentido de um testemunho socialmente aceitável”.

Durante os trabalhos de entrevista, procurei respeitar sempre a opinião do entrevistado, e quando tinha alguma dúvida, tentava da melhor maneira possível dirimir àquela dúvida, sem deixar transparecer desconfiança nas informações. Isso possibilitou êxito nas entrevistas e disposição das professoras para conversar e dialogar com franqueza sempre que eram procuradas. Por várias vezes precisei voltar às entrevistadas para confirmar alguns dados, principalmente a respeito de informações pessoais, pois algumas não estranhavam responder as perguntas referentes às escolas, à sua profissão, às práticas pedagógicas, mas ao deparar-se com perguntas referentes à sua vida pessoal, de início ficaram inibidas, paulatinamente é que foram sentindo-se à vontade e dando as informações e depoimentos bem mais completos.

Um ponto que atrapalhou as entrevistas foi o acesso a alguma localidade, por conta das chuvas e da má conservação das estradas.

Depois de concluída essa fase das entrevistas, analisei o que cada uma das entrevistadas deixou de suas experiências, de suas práticas nessas escolas, bem como quais os pontos divergentes e convergentes na fala das mesmas. Procurei entender porque algumas professoras não afirmaram a calamidade que era uma escola rural naquela época. Mas, ficou bem evidente que nenhuma se negou a falar ou contribuir com a pesquisa.

2.4.2 Análise das Entrevistas

Para analisar as entrevistas, utilizei o paradigma interpretativo da análise de conteúdo (BARDIN, 2010). As leituras feitas em torno dessa metodologia me fizeram optar por esta ferramenta sem, no entanto, ter a rigidez que impeça de colocar um pouco da nossa maneira de analisar as falas. Procurei, na medida do possível, por meio das entrevistas, compreender como os sujeitos entendiam a comunidade onde viviam, a escola onde trabalhavam e como as mesmas influenciaram em seu meio para a permanência dessas escolas, tendo como viés principal suas práticas pedagógicas nas escolas isoladas e nos grupos escolares.

Ao analisar o que as professoras falavam, às vezes procurava entender o que elas não falavam. Os silêncios, as pausas, as palavras não ditas ou as meias palavras. “A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (Idem, 2010, p.45).

Faço a análise qualitativa, o que favorece a interpretação dos dados, dentro da perspectiva de que a presença ou ausência de informações ou conteúdos do estudo é levado em consideração para a conclusão das análises (Idem, 2010).

Sob o enfoque das representações sociais, em que as professoras apresentam o seu contexto e sua inserção nessa realidade plangente, levo em conta como elas interpretam as suas práticas e o que estava ao seu redor. Daí partindo de suas representações, levamos em conta o ponto de vista das entrevistadas, a partir de seus depoimentos e discursos.

Depois de concluída cada uma das entrevistas tracei o perfil de cada uma das professoras, de acordo com os dados informados por elas no preenchimento de uma ficha inicial (com um questionário, para que pudesse traçar o perfil de cada uma). De posse da entrevista (ou gravada ou com as anotações feitas no ato da mesma, pois nem todas foram gravadas), ouvi várias e incansáveis vezes e transcrevendo, para assim, analisar e interpretar as falas, as informações coletadas.

Montei um esquema simples para a análise das entrevistas, depois de ouvidas e transcritas, em uma ficha, que denominei ficha-resumo das entrevistas contendo: nome das entrevistadas, as categorias e subcategorias, a fala das professoras e minha interpretação. Coloquei no Apêndice A o modelo esquemático dessa ficha. Isso

proporcionou uma organização nessa análise, já que algumas categorias utilizadas foram se definindo à medida que o trabalho fluía.

Depois dessa fase, comecei a interpretação dos dados e depoimentos das professoras, que construíram comigo essa pesquisa. Li e reli as anotações transcritas, observando se o que interpretei era realmente o dito pelas entrevistadas, para que o discurso das mesmas fosse preservado. Mesmo em face da necessidade de alguns recortes, não se modificou a essência do que as professoras afirmaram, disseram, lembraram.

2.5 Pesquisa documental e os documentos produzidos pelos sujeitos da pesquisa

Como já tinha o costume de guardar documentos e fotos da cidade e da região do Cariri onde moro, com o objetivo de resguardar a memória histórica do lugar, fiz uma busca nos meus arquivos e encontrei algumas fotos de escolas rurais, que me deram sinais de que outras fontes além dos relatos orais iriam fazer parte deste trabalho.

Dessa forma, os documentos complementaram essa pesquisa, do ponto de vista da coleta dos dados no acervo de algumas ex-professoras rurais. Fotografias da época que fazem parte do meu acervo particular e do acervo da professora que foi funcionária do Departamento de Educação e Assessora Municipal. Pesquisamos também nos arquivos da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Educação. Todas as entrevistadas aceitaram ser fotografadas e autorizaram a divulgação das fotos.

Algumas lacunas que surgiram, foram esclarecidas mesmo sem a completude que se almejava. Para compreendermos em que medida esses documentos complementam os significados do nosso objeto precisamos,

na prática, uma melhor compreensão do que consiste um documento histórico depende da adoção de alguns procedimentos básicos que tornam mais seguro o trabalho do historiador. O contato com um texto escrito e a sua leitura deve suscitar, de imediato algumas questões essenciais para uma primeira aproximação do documento e sua classificação inicial, a saber: qual a forma material que o mesmo apresenta; qual o conteúdo que disponibiliza para a pesquisa; e quais seus objetivos e os propósitos de quem o elaborou e de quem o lê e/ou o interpreta. Das respostas encontradas, depende o uso de um documento como fonte de pesquisa histórica (SAMARA & TUPY, 2007, p.70).

As autoras afirmam quase tudo que precisamos vislumbrar na pesquisa documental, que apesar de não ser a principal metodologia da nossa pesquisa, achamos necessário esses esclarecimentos pontuais, já que complementamos o nosso estudo com a análise na utilização de alguns documentos, nesse percurso, que serão citados e incluídos nos anexos.

Os documentos pesquisados foram fichas individuais e funcionais das professoras, portarias de nomeações, Carteiras de Trabalho, Diplomas e Certificados dos cursos de Capacitação e as Leis de oficialização das escolas rurais. Com a análise dos mesmos nos resultados da pesquisa complementamos as vozes das professoras e temos uma melhor compreensão dessa organização oficial e burocrática que havia nas escolas municipais rurais.

Quanto às fotografias que serão utilizadas nesta pesquisa, vão compor uma parte importante, porque as imagens também falam e nos apontam evidências que muitas vezes não encontramos nas palavras. Elas, não representam apenas um depósito de informações e tanto podem ser fonte primária como secundária:

Uma fotografia original, assim como qualquer documento original, não se constitui apenas de um conteúdo no qual as informações se acham registradas. As informações expressas não existem desvinculadamente de um suporte físico (refiro-me obviamente, às técnicas fotográficas tradicionais). No caso da fotografia esse conjunto de informações não existiria sem as condições técnicas específicas que possibilitaram seu respectivo registro. [...] Um original fotográfico é uma fonte primária. [...] Uma reprodução é pois, uma fonte secundária (KOSSOY, 2001, p. 40-41)

O aspecto das técnicas fotográficas a que o autor se refere, nem sempre são dominadas pelo pesquisador, mas é necessário o conhecimento dessas técnicas para um melhor entendimento do que a foto representa naquele estudo. A fotografia não deixa de carregar “em si aquele fragmento congelado da cena passada materializado iconograficamente (idem, 2001, p.44). Ao chamar atenção para o caso das fotos tanto serem fontes primárias quanto secundárias, vem esclarecer dúvidas que, às vezes, não ficam claras nas pesquisas com o uso dessas fontes.

Quanto aos documentos produzidos pelos sujeitos da pesquisa, são de suma importância para evidenciar as versões que trazem as professoras a respeito da história das escolas rurais nos temas que nos propomos investigar, tais como: gênese das escolas rurais, formação dos professores, cotidiano (dificuldades enfrentadas), práticas

pedagógicas (salas multisseriadas e uso da cartilha), a representação sobre o que é ser professora e sobre a qualidade do ensino rural. Dessa forma pretendemos deixar:

- . Onze Entrevistas semi-estruturadas, mais alguns depoimentos;
- . Várias fotografias a serem descritas, conforme fundamentação teórica de autores que trabalham com imagem, dentre eles Kossoy (2001).
- . Curta-metragem sobre os relatos das ex-professoras rurais.

Esse material ficará disponível para os pesquisadores, e será um dos passos para lançar a idéia de se fazer um memorial da educação local, especificamente da educação e ensino rural, Essa idéia é bem aceita, quando em conversa com algumas professoras e profissionais ligados à educação comentei, tendo em vista que a região do Cariri demonstra enorme interesse pela causa educacional e as pesquisas, nessa área, estão levando em consideração os debates em torno do tema nos vários níveis educacionais. As iniciativas e resultados tem como suporte os investimentos que os governos em nível federal, estadual e municipal destina à educação, para que as políticas públicas cumpram de uma vez por todas, o que, por muitas décadas, ficou sendo relegado ao descaso: formação de professor, parte estrutural das escolas e material didático e as questões salariais.

2.5.1. Atos de criação das Escolas Municipais Rurais

Os Atos de criação das Escolas Municipais de Missão Velha, aparecem nos documentos a partir de 1980. Encontramos nos arquivos da Secretaria Municipal de Educação, “Atos de Criação” das escolas municipais nos seguintes anos: 1980, 1985, 1990, 1991 e outras mais recentes. Citamos apenas os Atos de criação das Escolas, que fazem parte desta pesquisa.

Pesquisei na Câmara Municipal de Missão Velha, se existia mais alguma Lei referente à criação das escolas rurais, mas não foi encontrado nada de novo, além da Lei que eu já havia conseguido na Secretaria Municipal de Educação. Porém, tomei conhecimento que está sendo feito uma catalogação das Leis municipais referentes à educação, porém como não é o objetivo deste trabalho, selecionei apenas a Lei de Criação das escolas citadas.

Os documentos citados que estão contidos nos anexos deste trabalho, são respectivamente as Leis Municipais que oficializaram as Escolas Municipais da zona urbana e rural. Foi na gestão municipal da prefeita Ana Ester Jucá Maia Soares,²⁵ que essas Leis foram votadas e sancionadas.

Na Lei Nº 002/80, de 02 de julho de 1980, além de outras, estão as escolas citadas pelas professoras rurais: Escola de 1º Grau Manuel Luciano da Cunha, Escola de 1º Grau José Pedro de Amorim, Escola de 1º Grau Dr. Leão Sampaio, Escola de 1º Grau Pe. Francisco Luna Tavares, Escola de 1º Grau Afonso Ribeiro.

Na Lei Nº 023/90, de 12 de junho de 1990, além de outras, está uma das escolas citadas pelas professoras rurais: Centro de Educação Rural Pedro Raimundo da Cruz – CERU.

Na época a nomenclatura usada era Escola de 1º Grau antes do nome da Escola, e quanto ao nome da Escola – Centro de Educação Rural Pedro Raimundo da Cruz, a explicação, de acordo com uma das professoras rurais (Luzilmar Bem), é que essa escola congregava alunos das regiões adjacentes de Missão Nova, daí terem colocado o nome Centro de Educação Rural.

Como as Leis citadas trazem apenas a oficialização das escolas municipais, não achamos necessário ampliar esses comentários, já que o documento é muito objetivo e trata apenas da oficialização das escolas municipais.

Ficou claro que o Ato de Criação das Escolas Municipais é recente, inclusive das escolas rurais, porém as datas das construções e funcionamentos sempre são anteriores aos Atos de Criação. Isso explica porque o ano de criação da escola, nem sempre sinaliza para o fato de que foi a partir desse Ato que a escola iniciou o seu funcionamento. A maioria, principalmente, as escolas isoladas e depois os grupos escolares, tiveram o seu funcionamento muito antes do seu Ato de criação. Observamos também que a denominação dessas escolas tinha muita mudança, às vezes para agradar algum amigo do prefeito, pessoa que a comunidade considerava “importante”, ou algum cabo eleitoral.

Importante também salientar que a maioria das escolas nem sabe da existência da Lei que criou a instituição escolar. Para isso, depois de concluído esse trabalho pretendo levar ao conhecimento de todas as escolas aqui citadas a Lei que criou cada uma delas, bem como em que condições foram criadas, ou seja, passar para todos da comunidade

²⁵ Ana Ester Jucá Maia Soares, única mulher prefeita no município de Missão Velha - CE, eleita em dois mandatos : De 1977 a 1983 e de 1989 a 1992.

escolar a construção histórica dessas escolas e as práticas pedagógicas das ex-professoras rurais, para melhor entendermos esse processo de formação e permanência.

2.5.2 Nomeação das Professoras municipais rurais.

Ao pesquisar sobre a nomeação das professoras rurais, deparamos-nos com situações muito parecidas com aquilo que já acontecia em outros municípios do Brasil. Não havia concurso público, as nomeações giravam em torno do apadrinhamento político, muitas professoras começavam a trabalhar antes mesmo da Carteira de Trabalho ser assinada, outras eram imediatamente nomeadas por tempo determinado ou indeterminado. Constatamos nos documentos, que a Prefeitura Municipal utilizava vários termos para a contratação da professora leiga²⁶: professora primária, professora municipal e professora leiga.

Em pesquisa feita nos livros de registro de “Portarias Geral”²⁷ da Prefeitura Municipal de Missão Velha, dos anos de 1963 a 1967 e de 1967 a 1973, encontramos documentos de Nomeação das professoras rurais citadas.

Não foi muito fácil essa parte da pesquisa em tela, tendo em vista que algumas condições que se apresentam na pesquisa documental por vezes dificultam o acesso aos documentos, fazendo com que o pesquisador, demore a concluir o seu trabalho, por falta do acesso no tempo previsto. Citarei algumas das dificuldades que senti, apenas para conhecermos um pouco desse outro lado da vida de pesquisador: o órgão público disponibilizar os arquivos com confiança para o pesquisador; o funcionário público se dispor a colaborar nas buscas e o órgão público autorizar xerox e filmagem dos documentos. Um ponto ainda mais complicado para quem mora em cidade do interior como eu, é que a pessoa entrevistada não tem o costume de ver o seu nome divulgado e isso também trouxe, para mim, um pouco de dificuldade, partindo do princípio que a pesquisa documental expõe os nomes, já que precisamos dos documentos para analisá-los.

²⁶ A expressão professor (a) leigo (a) refere-se àquele não titulado, com escolaridade apenas de ensino fundamental completo ou incompleto (Picanço, 1986). No local estudado professor leigo era também, àquele que não tinha o Magistério (concluído) ou Graduação (Licenciatura – nível superior).

²⁷ O Livro de registro é denominado “Portarias Geral da Prefeitura Municipal de Missão Velha”, porque estão Portarias para várias finalidades: nomeação, exoneração, etc.

Superados esses impasses, após conseguir os documentos que julguei necessário, passo a analisar a Portaria Nº 83/63, em que o prefeito da época Edson Olegário de Santana, nomeia a professora rural Maria Celina Martins, para ocupar a cadeira do sítio Camêlo. Logo abaixo da Portaria vinha um Termo de Compromisso, em que a professora se comprometia a desempenhar as funções de professora municipal na citada localidade.

Encontramos também a Portaria Nº 72/70, de 31 de agosto de 1970, da professora rural Tereza Nicolau Gonçalves para exercer a função de professora municipal na cadeira lotada no Grupo Afonso Ribeiro, do sítio Cachoeira, pelo período de 2 anos. O prefeito da época era Manoel Dantas de Araújo.

Observa-se nas Portarias citadas, que se utilizava o termo “Cadeira” ao referir-se a vaga existente, porém nem sempre essa vaga citada nos documentos era nos Grupos, pois quando a aula era ministrada na casa da professora ou em um prédio que servia de escola, citava-se o nome da localidade. No caso da professora Maria Celina Martins, quando a mesma começou a ensinar no sítio Camêlo foi debaixo de uma árvore, depois na sua casa e por fim na Escola Isolada Santo Antonio, quando foi construída com a ajuda do seu pai.

O Termo de Compromisso que era assinado pelas professoras municipais, funcionava como uma pequena solenidade para a ocupação do cargo pelo professor. Esse termo aboliu-se a partir do ano de 1980.

Essas informações das portarias complementam o que na voz das professoras, não apreendemos ou elas, por falta de conhecimento ou esquecimento deixavam dúvidas, principalmente, quanto aos citados documentos de suas nomeações e o ano das mesmas.

Ao analisar as fichas funcionais das professoras rurais, Vicência de Jesus Moreira, Raimunda Frassinete Ribeiro e Tereza Nicolau Gonçalves, conclui que algumas informações das fichas não foram preenchidas, só os dados principais. Não há nenhum dado informatizado e estão em pastas numeradas em armários abertos, expostos à luz e poeira. São arquivos que poderão daqui a algum tempo não existirem mais se uma providência não for tomada, com relação à conservação.

Não encontrei nos arquivos pesquisados nenhum documento das escolas municipais rurais dos anos 60 e 70, (com exceção das Leis que oficializaram as escolas municipais), pois a organização dos seus arquivos escolares inicia-se a partir dos anos 80, justamente coincidindo com a criação oficial das escolas municipais.

As professoras entrevistadas disseram que essa documentação escolar era guardada nas casas das professoras ou das diretoras, depois esses documentos eram

levados para a Prefeitura, daí por falta de cuidados foram estragados e jogados no lixo. Assim a história das escolas municipais, principalmente as rurais perde-se no tempo.

A documentação da escola era muito restrita, constava do diário de classe do professor, (quando havia), ou o professor anotava o nome do aluno no caderno ou em uma folha e colocava a frequência e a nota (essa prática funcionava como o diário de classe). Havia um livro para o registro das reuniões, onde se escrevia a “Ata” com informações do que ocorria naquela reunião e um Livro de Ponto, para o professor assinar a sua frequência. Esse livro de frequência (conhecido como Livro de Ponto) era útil quando o professor encaminhava a aposentadoria, porque o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) exigia documentos comprobatórios além da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), Portaria de Nomeação e Ficha funcional, encontram-se registros fotográficos dos documentos citados nos anexos.

Capítulo III

3 História e Memória: Partindo da gênese das escolas rurais de Missão Velha às práticas pedagógicas (1963-1986)

3.1 Construção histórica da educação rural

As escolas da zona rural, no Brasil e no Ceará, são criadas de início nas primeiras décadas do século XX, para uma minoria, que representava a elite daquela comunidade. Segundo Leite (1999, p.27), a República no Brasil, cria como parâmetro para o progresso, a escolarização, isso passa a ser “um novo projeto de vida, em verdade uma utopia”. A institucionalização das escolas no meio rural faz-se de forma desordenada, desde a localização do prédio da escola, até a formação do professor e do currículo escolar.

A educação oferecida em situações precárias nas áreas rurais do país, foi designada como “educação rural” e foi assim utilizada até final do século XX. A partir daí, surgiu um novo paradigma de educação para as populações das áreas rurais, designando como “educação do campo”. Vale esclarecer que no município estudado, ainda continua o termo educação rural, porque não há a vinculação com os movimentos sociais organizados e nem com a proposta baseada nos princípios da “educação do campo”, prevista na Lei 9.394/96 no seu artigo 28²⁸ e nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo: Parecer CNE/CEB 2001 e Resolução CNE/CEB 2002, por isso resolvi tratá-la assim. Esclareço, no entanto que a existência dessas escolas às vezes resultam de reivindicações sociais.

O local da escola era demarcado pelo chefe político, na maioria das vezes, e a professora nomeada por ele, entre as suas eleitoras filhas de amigos, compadres ou pessoas de sua família, isso independente da formação profissional da professora; até por que, para a época, quem já dominava o código escrito e tinha certo domínio de leitura e noções preliminares de matemática, conseguia um emprego de professora ou instalava uma sala de aula em sua casa ou em outro prédio qualquer, próximo à sua casa, recebendo a denominação de “escolinha”. Dessa forma, passava a ser professora

²⁸ Na Lei 9.394/96 o seu Artigo 28: “ Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região.

particular dos filhos dos moradores da comunidade que tinham condições de pagar para os filhos estudarem ou conseguia um contrato temporário da Prefeitura Municipal.

Esse aspecto caracteriza o modelo de educação escolar na zona rural brasileira, deixando traçados historicamente pontos críticos que se arrastam por todo percurso desde a gênese, formação e construção da identidade da educação rural. A falta de infraestrutura das escolas, a criação das mesmas de forma desordenada e sem planejamento, em locais sem as condições dignas de funcionamento. Fica claro que os poderes públicos deixavam para o último plano as escolas rurais, parecia até que a Escola Isolada ou o Grupo Escolar eram formados apenas pelo professor e aluno e mais ninguém ditava normas naquele espaço onde se institucionalizava a educação e o ensino.

Nesse sentido, como faltava assistência do poder público, a professora fazia vez de diretora, merendeira, vigia. O chefe político da região por sua vez, geralmente orientava a professora, para que ela permanecesse fazendo o seu trabalho sem muita interferência de outros políticos, conforme essa pesquisadora:

Estamos diante de uma história que envolve personagens anônimos, alunos e professores que constituíram identidades particulares nas escolas afastadas das cidades. Na experiência dessas escolas, os poderes públicos parecem ter acreditado numa resposta “predestinação rural” do país e, para isto, apostaram no professor como grande responsável pelo êxito educacional (ALMEIDA, 2005, p. 278,279).

Essas professoras protegidas pelo chefe político local, seja ele cabo eleitoral, padrinho, vereador ou prefeito, recebiam o emprego como uma retribuição do voto (MADEIRA, 2003) e para honrar o seu emprego, ela se comprometia a dar bons resultados no ensino daquela “escolinha” e apoiá-lo na política. Isso acontecia em várias regiões brasileiras, principalmente no Nordeste, porém em outras partes do Brasil como Sudeste também havia a interferência política na transferência de professoras rurais para locais mais próximos da cidade, no início do século XX (VICENTINI e LUGLI, 2009, p. 216).

Quanto ao acesso à escola, Almeida (2005), questiona a garantia do direito à educação dos povos do meio rural e coloca mais dois aspectos nesta discussão. Primeiro, no que concerne aos pioneiros do escolanovismo, ao reivindicarem por mudanças no ensino, sem questionar a “nova ordem”. O segundo aspecto colocado diz respeito à participação da Igreja nos movimentos do escolanovismo, pois, a priori, a Igreja se

colocava contra a sua não interferência na educação, por outro lado, o que justificaria essa posição é que a mesma era grande detentora das escolas privadas:

Talvez, isso explique os motivos pelos quais a Igreja preservou seu lugar no desenvolvimento educacional e interferiu diretamente nas iniciativas relacionadas ao ensino rural, com a participação direta na estruturação das primeiras Escolas Normais Rurais, além de demonstrar constante preocupação em criar escolas rurais comunitárias, muito antes do Estado tomar qualquer atitude. Provavelmente, junto com o incentivo à escolarização estava também o interesse em manter vivos e presentes os ensinamentos da Religião Católica nos currículos escolares (IDEM, 2005, p.285).

Quando colocamos essa realidade do ensino rural no Brasil, o Ceará segue um percurso não muito diferente do resto do país, até porque no Estado do Ceará se destacam Joaquim Moreira de Sousa, defensor da “ruralização do ensino” (MENNUCCI, apud MONARCHA, 2007, p.41), quando coloca em pauta a importância da Escola Normal de Juazeiro do Norte no Ceará, sua influência e sua criação no ano de 1934, sendo essa a primeira no Brasil (grifos meus). Essa Escola Normal, tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores e estudiosos do país, com trabalhos publicados sobre o assunto, dentre eles, podemos citar Kulesza (2010), Magalhães Júnior e Farias (2006), Oliveira (1984), Souza (1994), entre outros.

Nesse cenário da Escola Normal de Juazeiro, foi um marco importante na educação brasileira e vem de certa forma colaborar com a formação inicial das professoras da região do Cariri cearense e de Missão Velha, pois tivemos acesso a registros em fontes escritas, que na primeira turma de Normalistas (1934), da Escola Normal citada, tinha na relação das alunas, uma missãovelhense, Maria Martins Parente, a qual residia na zona rural de Missão Velha, no sítio Camelo e em outros registros, encontramos missãovelhenses que estudaram nessa Escola Normal, em outras turmas.

Diante da criação das Escolas Normais para a formação de professores, as escolas rurais são criadas como instrumento para ajudar a fixar o homem no campo. Nesse intuito seu currículo foi formado por conteúdos básicos a partir dos anos de 1940, como explica Almeida (2005, p. 285-286):

Assim, se o aluno viesse para a cidade teria as habilidades mínimas necessárias para sobreviver em um novo ambiente. Porém, essa escola também deveria ter propósitos maiores no sentido de desenvolver saberes de acordo com as necessidades da vida das populações rurais. Tudo isso teoricamente, pois em muitos casos, a realidade mostrou-se adversa e os currículos escolares eram os mesmos, tanto para as escolas das cidades quanto para as escolas do meio rural.

Pode-se dizer que há uma omissão do Estado e as responsabilidades educacionais são transferidas ao professor. Ele era o agente que deveria lutar por melhorias nas regiões em que trabalhava, via de regra sozinho.

O que a autora afirma com relação ao desencontro entre teoria e prática nas escolas rurais se constitui em verdade no campo de estudo das escolas citadas pelas ex-professoras rurais entrevistadas neste trabalho. A proposta pedagógica da escola rural era igual à proposta da escola urbana.

Vale acrescentar a título de atualização, que atualmente as escolas rurais do Ceará na sua maioria, e especificamente do município estudado, também trabalham nessa perspectiva, ou seja, os currículos das escolas urbanas, não diferem dos currículos das escolas rurais.

O ingresso das professoras nas Escolas Isoladas ou nos Grupos Escolares Rurais ficava a mercê do prefeito municipal que se constituía em um senhor dono da situação, por meio do Contrato Temporário (serviço prestado), ou nomeação, através de Portaria. Ele apontava quem queria para tal serviço, para facilitar a contratação de pessoas do seu restrito interesse e, conforme a situação a professora ou funcionário seria exonerado do cargo. Sobre essa situação contratual de professores, Barreto (1986), tem estudos sobre o ensino rural nesse aspecto, que trazem de certa forma algumas semelhanças com aquilo que acontecia no ensino rural do Ceará. Como veremos nos relatos sobre essa situação no decorrer das entrevistas.

Quando as Escolas Isoladas passam a ter uma abrangência maior no sistema de ensino, o poder público inicia a construção dos Grupos Escolares, tanto aqueles mantidos pelo Estado, quanto pelo município. Os Grupos Escolares mantidos pelo Estado no Ceará, na sua maioria foram construídos no perímetro urbano e os Grupos Escolares mantidos pelo município, na zona urbana e rural. Sendo que, os Grupos Escolares da zona rural, apresentam inúmeros problemas, desde a infra-estrutura inadequada, até locais inacessíveis.

Registramos que no ano de 1942, a educação rural é discutida, no VIII Congresso Brasileiro de Educação que:

Embora partindo de premissas básicas, como o elevado número de analfabetos residentes na zona rural, a redução da produção agrícola em função da escassez de mão-de-obra provocada por movimentos migratórios internos e a necessidade de uma uniformidade sócio cultural da Nação, esse Congresso de

Educação apenas preconizou que, se a antiga oligarquia estava no poder, tão conservadora quanto a anterior, porém referindo-se obviamente a burguesia em ascensão. [...] Esse Congresso de Educação não definiu claramente os óbices da produção agrícola brasileira e da própria educação rural, mas sabia que ela era essencial para a manutenção do status que não só da sociedade como do próprio Estado (LEITE, 1999, p.31).

Percebemos quão grande é a aproximação entre a educação rural e a questão agrária, que de certa forma permeia as discussões nos Congressos de Educação, mas que, na maioria das vezes não chega à Escola e o professor é levado a ter uma prática pedagógica, que nem ele mesmo sabe de qual lado está, e nem como fazer de sua prática algo mais próximo da realidade do aluno que mora na zona rural.

Somente a partir dos anos 50 e início dos anos 60 aconteceu de fato a implantação das escolas rurais, e coincidindo com a grande “euforia antes suscitada pelos grupos escolares” (PINHEIRO, 2002, p.228). Essa euforia vai aos poucos chegando a todos os Estados do Brasil e os Grupos Escolares passam a ser também uma instituição educativa com respaldo para a sistematização da educação e do ensino na zona rural.

Ao estudar as escolas nas décadas de 1960 e 1970, vimos que o objetivo das mesmas estava ligado à alfabetização e, a sua expansão, aconteceu também com a criação das escolas isoladas na zona rural e os grupos escolares na zona urbana.

3.1.1 Perfil da educação do Ceará

O panorama da educação cearense no auge da ditadura militar não difere muito daquilo que teria ocorrido em nível nacional, em outros estados. Nesse período tivemos duas Leis, a saber: 4.024/61 e 5.692/71, a primeira, demonstrou preocupação em promover a educação rural para inibir o êxodo rural, como também garantiu a igualdade dos estabelecimentos de ensino públicos e particulares, assim como verbas públicas podiam ser direcionadas para o ensino privado. A segunda (5.692/71) trouxe a reforma do ensino de 1º e 2º Graus e como função central da escola, a formação para o mercado de trabalho (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2008; ROMANELLI, 2007; VIERA E FARIAS, 2002). Mesmo vivendo um período de governo ditatorial, (1964 a 1985), “ os textos consultados não explicitem sua presença” (Vieira e Farias, 2002, p. 281). Essa presença a que se refere as autoras é com relação ao regime ditatorial no Brasil.

Entra nesse período um suporte para a educação rural que foi o trabalho de extensão rural que originou a ANCAR-CE (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural do Ceará), atualmente EMATER-CE (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará). Através do trabalho da extensionista, acontecia a substituição “da professora do ensino formal pelo técnico e pela extensionista” (LEITE, 1999, p.42). Essa extensionista na época fazia vez de professora e amiga do homem do campo. A formação exigida para esse cargo era possuir o ensino médio, de preferência o Curso Normal.

No município estudado, ANCAR-CE²⁹, foi fundada em 1964, e o trabalho da empresa além de está totalmente direcionado ao homem do campo, por meio das orientações referentes à agricultura; também se vinculava ao trabalho das escolas rurais, mesmo que o programa dessas escolas isoladas e as professoras estivessem dependendo das escolas urbanas, via Prefeitura Municipal³⁰.

Nas décadas de 1960/1970, o país não tinha a educação como meta a ser alcançada, as questões estavam mais ligadas à economia interna e externa segundo Leite (1999). Em nível estadual, no governo de Virgílio Távora (1963-1967), o chamado planejamento governamental, tinha planos de expansão para a educação. Segundo Veras (1990 apud VIEIRA E FARIAS, 2002, p.283) “entre 1962 e 1966 as matrículas passam de 240.000 para 372.430, baixando o déficit de 283.000 matrículas para 181.000, esses números são em relação ao ensino primário.

Virgílio Távora administrou o Estado do Ceará em dois momentos: de 1963 a 1966 e de 1979 a 1982. No primeiro governo, ficou claro no seu plano de governo a intenção para a melhoria da educação pública, e muitos investimentos foram injetados na educação originados do Plano Trienal da Educação (1963), do acordo MEC – Ministério da Educação e Cultura, USAID -Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional, SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e do Salário educação (Idem, 2002). “O novo governo lançou o Plano de Metas Governamentais (PLAMEG), em que no campo educacional, as ações voltam-se para a ampliação do atendimento à demanda pelo ensino com ênfase na construção e recuperação de escolas” (NETO, 2002, p.205).

²⁹ A ANCAR-CE passou a ser EMATER-CE, a partir de 1976.

³⁰ Segundo pesquisa feita nos arquivos da Empresa e com informações in-loco dadas pelo funcionário Ariston Oliveira Magalhães em 12/11/2009.

O PLAMEG, adotado por Virgílio Távora tinha como finalidade um planejamento de infra-estrutura com vistas à implantação do fortalecimento da industrialização, pela via de investimentos públicos e privados, para a modernização do Estado do Ceará. Temos no seu segundo mandato uma intensa participação na política local de Missão Velha, destacando-se a sua atuação em algumas obras de infra-estrutura e educação.

Sobre o PLAMEG, Bandeira e Silva Neta (2008), mostram a importância desse Plano de Metas, colocando no centro dessa articulação uma equipe de técnicos que colaborou com a elaboração diagnóstica do Ceará. Os autores fazem uma comparação entre o PLAMEG – Virgílio Távora e o plano do seu sucessor e adversário político Tasso Jereissati, afirmando que há semelhanças entre os planos de ação, dos dois governos que tiveram como ponto chave a modernização do Estado do Ceará.

Ainda sobre o PLAMEG, Guedes (2010, p.16), traz uma importante pesquisa, quando à luz dos documentos, fez um importante estudo desse “primeiro plano de governo do Estado do Ceará, que teve a preocupação de sistematizar e traçar metas para o desenvolvimento econômico-social do Estado”.

Na época, como prática de política clientelista de Virgílio Távora, ele contrata professores para as escolas do Estado tanto em Missão Velha como em outras cidades do Ceará. A prática era essa e os contratos chegavam pelas mãos dos prefeitos ou líderes políticos locais. No período de 1977 a 1983 a prefeita de Missão Velha era Ana Ester Jucá Maia Soares, que coincidiu com uma parte do mandato de Virgílio Távora (1979-1982), e por esse tempo, a citada prefeita, consegue muitos contratos para professores e pessoal administrativo das escolas, graças à essa política clientelista. O Estado do Ceará, ainda não realizava concurso público em nível estadual para o ingresso do professor no setor de serviços educacionais.

Nos estudos de Guedes (2010), vamos encontrar a política clientelista de Virgílio Távora, bem como a análise dos documentos da área educacional tanto oficiais, quanto particulares, por meio de correspondências (cartas, bilhetes, telegramas e cartões), os anseios dos cearenses, a mostra de paternalismo entre Virgílio e os seus eleitores, mas acima de tudo, o planejamento para a educação do Ceará, no PLAMEG.

A capa de um livreto que está na lista de ilustrações na foto 23, sobre as realizações da administração da prefeita Ana Ester, em que a imagem de Virgílio Távora é destacada, podemos constatar a sua amizade com a política de Missão Velha. Em virtude de ter trabalhado na Prefeitura Municipal, nesse período, eu lembro ter visto

Virgílio Távora em comícios, em reuniões políticas e inaugurações, e, tanto a administração municipal quanto o povo tecia bons comentários a respeito desse governador.

Outro registro importante encontrado com relação a Virgílio Távora e Missão Velha foi uma mensagem, por ocasião do centenário do município em 1964.³¹

Missão Velha é uma terra histórica. Di-lo o seu próprio nome, velho Arraial que aglutinou índios, missionários e povoadores do Cariri. Ai nasceu o primeiro engenho de rapadura que se tornou a riqueza clássica da região que se estende no sopé araripino.

Mãe de todas as cidades do sul cearense, Missão Velha constitui um patrimônio venerável em nossa formação econômica, social e política.

O governo do Estado saúda a todos os filhos dessa velha cidade desejando-lhe um futuro de crescente prosperidade espiritual e material.

Palácio da Luz, 20 de outubro de 1964.

Virgílio Távora
Governador do Estado

Já no governo de Plácido Castelo (1967-1971), apesar de municípios do interior do Ceará, como Missão Velha, construírem Grupos Escolares, esse governo não deu prioridade à educação. Durante a administração, ele participou da inauguração de várias obras neste município, porém em inauguração de escolas não conseguimos encontrar nenhuma foto sua nesses momentos.

Com o objetivo de erradicar o analfabetismo o país criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (criado pela Lei 5.379/67), que teve grande repercussão na educação do Brasil por um curto período de tempo e em pleno regime militar, o Ceará fez uma boa mobilização, de forma que nos municípios cearenses as zonas urbana e rural, fizeram formações para professoras que tivessem ou não o curso Magistério, muitas dessas professoras indicadas, tinham apenas o ensino fundamental. O MOBRAL, não conseguiu o seu objetivo por conta de vários problemas, que não cabe em debate neste trabalho, e foi extinto. Ressalte-se porém que deu a sua contribuição à educação, sendo substituído por outros projetos e programas de alfabetização de jovens e adultos. Nenhum desses programas conseguiu resolver o problema do analfabetismo do Brasil e nem no Ceará. No período citado, Paulo Freire, conhecido pelo seu método de alfabetização de jovens e adultos, não foi contemplado para essa missão de colaborar com o projeto para

³¹ O prefeito da época foi Edson Olegário de Santana e a mensagem enviada por Virgílio Távora foi amplamente divulgada em jornais, livros e revistas. A mesma é citada por MAGALHÃES (1994).

erradicação do analfabetismo no Brasil, devido aos seus posicionamentos frente à ditadura militar.

Esse breve comentário sobre o MOBRAL justifica-se diante da grande participação de Missão Velha nesse programa. A maioria das entrevistadas nesse trabalho foram professoras do MOBRAL e a zona rural teve grande participação recrutando muitas pessoas (para contratar temporariamente como professora) para em qualquer local, escola, casa, capela, prédio de associação e até galpão formar sala de alfabetização do referido programa.

Planejamentos de ações voltados para a educação passam a ser articulados no governo César Cals (1971-1975), e podemos citar o I Plano Setorial de Educação e Cultura (I PSEC), o Plano de Governo do Estado do Ceará – PLAGEC (1971-1974) e o Plano Estadual de Educação (1973-1976). Dessa forma, o modelo nacional interferiu diretamente e decidiu sobre o modelo local de educação. Entra nesse cenário projeto do MEC, que aos poucos impõe o seu modelo. É observada uma prática que vinha de outras gestões:

Despesas elevadas são feitas, a exemplo de capacitação de professores e aquisição de equipamentos revelando, inclusive, sinais de desperdícios de recursos. Embora a democratização do acesso se configure como um dos objetivos explícitos da reforma do ensino de 1º e 2º graus, não ocorre um aumento de vagas compatível com as expectativas de expansão anunciadas. Persistem práticas herdadas de administrações anteriores, como a compra de vagas ociosas à rede particular. (VIEIRA & FARIAS, 2002, p. 285).

Não é de se estranhar essas práticas citadas pelas autoras, já que só mais recentemente os Tribunais de Contas do Estado e Municípios fiscalizam com mais rigor essas ações financeiras dos governantes, evitando o mal uso do dinheiro público.

Na vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – II PND (1974-1979) do II Plano Setorial de Educação e Cultura- II – PSECD (1975-1979), e do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Estado do Ceará – I PLANDECE (1975-1979), (Idem, 2002), quem governou o Ceará foi o Cel. Adauto Bezerra (1975-1979). Durante o seu governo, as práticas clientelistas continuaram, não houve mudanças nas práticas da política que se praticava, mas a região do Cariri vai ter um maior destaque no seu governo, pela grande atenção ao povo do Cariri, em especial, aos juazeirenses do padre Cícero, tendo em vista ser esta sua terra natal.

Seu governo vai dar apoio à educação no sentido de conveniar com o Estado o Ginásio Paroquial de Missão Velha, que era uma escola urbana particular, ligada a Paróquia de São José, onde já funcionava da 5ª a 8ª série.

O Governo Gonzaga Mota (1983-1987), representou um período de transição (Vieira e Farias, 2002), pois ainda alcançou um pouco do regime militar e o início da abertura política. O Brasil já tinha o privilégio de um presidente da república civil, na pessoa de José Sarney. As novas formas de planejar a educação pareciam dar sinais de um Ceará mais promissor, quando as escolas públicas são ouvidas para a elaboração de um documento norteador das mudanças educacionais. Lembro desse fato, quando as escolas se reuniam e em grupos de debates formulavam sugestões e críticas à situação da educação do Estado do Ceará e local.

O governo Gonzaga Mota, apesar de ter conseguido ampliar as matrículas do ensino fundamental, principalmente na área metropolitana, deixou muito a desejar em aspectos como salário dos professores, porque o atraso no pagamento ocasionou greves da categoria e ao terminar o seu mandato deixou os salários dos funcionários estaduais em atraso, uma marca negativa do seu governo.

No primeiro governo de Tasso Jereissati, (1987-1991) o Ceará conheceu um modelo de gestão diferente e a implantação das mudanças tão propaladas na sua campanha para o cargo de governador do Ceará. Os ajustes feitos nesse governo, causaram cortes nos contratos e complementações dos professores, trazendo de imediato uma revolta por parte dos prejudicados com a medida, porém de alguma forma, o governo equilibrou as finanças do Estado.

O Governo de Ciro Gomes (1991-1994), assinou acordo de colaboração com 182 municípios cearenses, com o objetivo de parceria para a melhoria da educação municipal, em contrapartida surge uma grande polêmica quando ele propõe a universalização do telensino de forma acelerada³².

No segundo mandato de Tasso Jereissate, (1995-1999) diante de medidas de impacto pelo crescimento da taxa de escolarização, há um crescimento considerável, a taxa de escolarização de 7 a 14 anos passa de 78,3%, em 1995, para 97% em 1998.

³² Ensino de 5ª a 8ª série pelo sistema de TV. Foi implantado pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará – SEDUC, no ano de 1997 no Ginásio Paroquial de Missão Velha. Fui professora do Telensino junto com: Elza Silva, Moésia Miranda e outros professores. Não teve boa aceitação, porque havia várias falhas desde a falta de preparo da equipe pedagógica até o acompanhamento inadequado, bem como falta de sinal da TV, entre outros.

Com esse acesso, conquistado com muito esforço, o terceiro mandato de Tasso Jereissate (1999-2002) tem o objetivo de expandir o ensino médio e a educação de jovens e adultos, com o programa de regularização de fluxo, usando a metodologia do Telecurso 2000, chamado “Tempo de Avançar” (do ensino fundamental e ensino médio) em parceria com a Fundação Roberto Marinho (NASPOLINE, 2001). Os professores foram capacitados e os alunos recebiam o material didático e o acompanhamento com provas para testarem o desempenho dos mesmos e prêmio em dinheiro para os professores conforme o número de alunos aprovados com a média.

No governo Lúcio Alcântara, (2003-2007) a educação não apresentou mudanças, registro no seu governo a realização de concurso para professores além de mencionarem crise na educação e a ênfase dada a política de turismo para o Ceará.

Atualmente a educação no Ceará caminha em busca de melhorar cada vez mais a sua qualidade. O atual governador Cid Ferreira Gomes, com dois mandatos (2007-2011) e (2011- 2014) tem investido na educação desde o ensino fundamental com projetos e programas que visam avançar nos índices e na qualidade. Hoje a maioria das escolas de ensino fundamental está sob a gestão dos municípios, mas as parcerias entre Estado e município deixam evidente o trabalho conjunto entre os pares para a melhoria da educação, apesar de muitos problemas com relação à gestão e aprendizagem persistirem.

Com a idéia de escola democrática, destaca-se a seleção e eleição dos diretores das Escolas da rede estadual, para a composição do Núcleo Gestor (sendo esta uma política pública nacional).

Registramos problemas de ordem salarial, como a luta pela conquista do piso nacional dos professores da rede estadual do Ceará, que ainda não foi resolvido, entre outros direitos da classe que não foram atendidos pelo atual governo.

A descentralização da gestão educacional cearense está representada pelos Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs). São 21 CREDEs distribuídos nas 20 regiões administrativas do Estado³³ que desde 1996, realizam um trabalho de gestão e acompanhamento, coordenação das ações governamentais no âmbito da educação nas escolas de sua jurisdição, bem como o fortalecimento da parceria entre os municípios.

³³ Ver mapa do Ceará com a distribuição dos 21 CREDEs nas regiões administrativas no anexo C desta pesquisa.

Missão Velha pertence ao 20º CREDE – Brejo Santo, que vem realizando um trabalho junto às Escolas de Ensino Médio (E.E.F.M. Monsenhor Antonio Feitosa – Sede e a E.E.F.M Padre Amorim – Distrito de Jamaru), e as ações da rede municipal, que compreendem as escolas urbanas e rurais, são orientadas por este órgão, tendo em vista as parcerias e os Convênios de Colaboração entre Estado e Município.

3.2 Os sujeitos da pesquisa

Minhas fontes definidas as ex-professoras rurais, inicialmente em número de quinze, posteriormente, dez professoras foram selecionadas. Porém no percurso da pesquisa mais uma ex-professora foi selecionada. Esta última, apesar de não ter sido professora rural, foi assessora direta de um ex-prefeito e trabalhou no Departamento de Educação. Como ela tem muitas informações acerca das escolas rurais, porque acompanhou de perto a criação e inauguração de muitas escolas na década de 60, inclusive tem um bom acervo fotográfico da época e gentilmente emprestou para que fosse digitalizado, e caso fosse relevante para o estudo, autorizou a publicação, considerei que esse depoimento complementar poderia elucidar fatos não citados pelas ex-professoras entrevistadas. Esses fatos de que falo, tanto podem ser esquecidos pelas ex-professoras, como também elas podem não terem tomado conhecimento ou não quiseram revelar.

Teremos duas visões diferentes da temática em tela; alguém que estava lá na sala de aula rural, sem boas condições de trabalho, mísero salário, formação deficiente e outra pessoa que prestava seus serviços num lugar bem mais confortável, (pelo menos era pra ser), por ser a sede do poder executivo, salário bem melhor e formação adequada.

As onze professoras entrevistadas estão, no momento das entrevistas com a idade entre 45 e 85 anos. A escolaridade varia entre o ensino fundamental incompleto (as professoras leigas que não conseguiram a sua formação), até nível superior com especialização. São elas:

A professora Celina Martins é solteira, aposentada, ainda reside na zona rural e atualmente desenvolve trabalhos pastorais junto à paróquia de São José, em Missão Velha. Tem Nível Superior em História e sua experiência é de 25 anos de trabalho no Magistério. Estudou na Escola de Irene Montoril (professora que assumia uma cadeira

isolada na zona urbana) muito conhecida no município, pela metodologia eficiente e a disciplina que utilizava. Estudou ainda no Grupo Escolar Pedro Rocha, no Ginásio Paroquial e Escola Normal e o nível superior fez na Faculdade de Serra Talhada. A escola rural onde ensinou – Escola Isolada São José, no Sítio Camêlo, atualmente está extinta. Foi também professora contratada, da rede Estadual, no Grupo Escolar Pedro Rocha, durante 25 anos. Foi agricultora e catequista por muito tempo. Depois que se aposentou não assumiu nenhum cargo público. Porém ainda é muito envolvida nos trabalhos pastorais da Igreja.

A professora Ednúbia Rolim é solteira, tem nível superior em História, com mais de quinze anos no Magistério ainda está em atividade no CERU – Centro de Educação Rural Pedro Raimundo da Cruz, no distrito Missão Nova. Reside na zona rural. A referida professora estudou no Colégio Nossa Senhora de Fátima em Barbalha e depois foi para Salvador e lá estudou no Colégio Nossa Senhora da Salette. Voltou para Missão Nova e depois continuou os estudos. Kursou nível superior na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, através do Instituto de Educação Dom José, na cidade de Juazeiro do Norte, que coordenava esses cursos de licenciatura para professores. Ainda é professora rural, mas já assumiu cargo de Direção também na referida escola onde ensinou (CERU). A professora Ednúbia Rolim tem cuidado em resguardar a história do lugar e da escola. Tem um bom acervo de fotos da escola, dos anos 80 para cá. Da Escola Santa Inês e da Escola Santo Antônio que precederam o CERU, não se tem um arquivo, até porque, não era fácil tirar fotos naquela época, pois os fotógrafos eram poucos e só fotografavam com maior frequência os eventos oficiais. Como a mãe da professora Ednúbia era professora da localidade, ela tem guardado alguns apontamentos nos cadernos, atividades e nomes de alunos. O único documento oficial que ela tem é uma relação dos alunos em um diário de classe do ano de 1978. Da década de 60 nada encontramos. Parece que o importante mesmo era apenas a presença do aluno e da professora, as notas se colocavam numa folha. Sente-se feliz por contribuir na educação de sua comunidade, já que sua mãe e seus avós já passavam esse desejo para os seus familiares e amigos.

A professora Vicência de Jesus ficou viúva aos 42 anos de idade. Tem onze filhos, vinte e dois netos e três bisnetos. Tem o Ensino Fundamental completo através do curso de pro- formação para professores rurais leigos. Reside atualmente na cidade. Além de professora rural foi também catequista e agente de saúde. Considera-se uma mulher feliz.

Uma das coisas que gosta é passear na casa dos filhos que moram em São Paulo. Aposentou-se com trinta e três anos de trabalho no magistério. A Escola onde ensinou foi o Grupo Escolar Afonso Ribeiro (hoje E.E.F. Afonso Ribeiro), no Sítio Cachoeira. Conseguiu alfabetizar muitas crianças e jovens. A escola onde trabalhou está em plena atividade.

A professora Tereza Nicolau, é casada, tem onze filhos, trinta e nove netos e quarenta bisnetos. O seu grau de instrução é o ensino fundamental incompleto. O seu tempo de trabalho na educação foi curto, de 4 a 5 anos apenas, no Grupo Escolar Afonso Ribeiro – Sítio Cachoeira – escola em atividade. Esta professora não fez nenhum curso de pro - formação, por ter atuado pouco tempo na educação municipal rural. Foi catequista e rezava as renovações nos lares daquela comunidade. Uma parte de seus relatos que me chamaram atenção foi quando se referiu a sua participação como professora da escola radiofônica, na década de 60 (século XX). Das entrevistadas, foi a única que atuou na escola radiofônica para alfabetizar jovens e adultos. Na análise da sua entrevista vamos falar um pouco desse assunto. Atualmente reside na zona urbana, com seus filhos. Três de suas filhas são professoras com nível superior. Depois que se aposentou não exerceu nenhum cargo público.

A professora Maria Pinheiro, casada, tem quatorze filhos: dez mulheres e quatro homens. Tem duas filhas com nível superior, inclusive uma que terminou licenciatura em História. Estudou no Ginásio Paroquial de Missão Velha, fez só o primeiro grau. Participou da formação para professores rurais, na década de 80, ofertado pelo governo do Estado do Ceará através da SEDUC. A referida professora fez só a primeira etapa, pois alegou que adoeceu na época e ficou impossibilitada de dar continuidade. É feliz, porque sabe o quanto é importante a educação dos filhos. Atuou como catequista na comunidade. Atualmente é aposentada, tem o ensino fundamental completo, atuou 25 anos no Magistério, no Grupo Escolar José Pedro de Amorim, no Sítio Logradouro – Escola extinta. Reside no mesmo sítio onde trabalhava, mas sua atividade atualmente é o comércio.

A professora Antonia Neves é casada, aposentada, tem duas filhas e cinco netos. As suas filhas concluíram o ensino médio e não prosseguiram nos estudos. Estudou na Escola Normal Paroquial de Missão Velha e na Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, tendo concluído o curso normal. Sua experiência é de vinte e cinco anos no Magistério, sua atuação foi mais demorada na escola rural. Trabalhou no Grupo Escolar

José Pedro de Oliveira, no Sítio Logradouro – escola extinta. Foi professora do MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização na zona rural. Era seguidora da religião Católica Apostólica Romana, mas há 18 anos mudou o seu credo religioso, sendo atualmente praticante da religião Adventista de 7º dia. Tinha vontade de fazer Faculdade, mas não conseguiu, por isso lamenta que deveria ter lutado mais para conseguir esse objetivo profissional. Atualmente reside na zona urbana de Missão Velha.

A professora Raimunda Frassinete é casada, tem oito filhos e vinte e dois netos. Tem uma filha que é professora municipal e tem outra que faz o curso de Licenciatura em Letras. A professora entrevistada é aposentada, tem o ensino fundamental completo e fez o curso de pro - formação para professores leigos da zona rural. Estudou primeiro na casa da professora (escola isolada) no sítio Arraial, depois no Grupo que havia no Campo de Sementes, onde posteriormente foi professora. Foi aluna também no Grupo Escolar Pedro Rocha, na sede do município e no NEJA (Núcleo de Educação de Jovens e Adultos). Aposentou-se com trinta e seis anos no exercício da profissão. Trabalhou num Grupo Escolar mantido pelo Campo de Sementes (no sítio Arraial) e Prefeitura Municipal e posteriormente no Grupo Escolar Dr. Leão Sampaio (hoje, E.E.F. Dr. Leão Sampaio) – Sítio Arraial, escola em atividade. Rezava as renovações dos lares da comunidade onde morava. Trabalhou doze anos como agente de saúde. Atualmente mora no mesmo sítio, mas sua atividade é com agricultura e comércio.

A professora Maria Luzinete é solteira, aposentada e tem o ensino fundamental. Aposentou-se com vinte e cinco anos de trabalho no magistério. Fez curso de aperfeiçoamento oferecido pelo município e pelo Estado do Ceará. Foi também nomeada (em 1956) pelo Estado para professora substituta no Grupo Escolar Pedro Rocha (mesmo sendo leiga). Trabalhou no Grupo Escolar Dr. Leão Sampaio – Sítio Arraial, escola em atividade. Foi professora alfabetizadora numa escola urbana, mantida pela União Beneficente (uma associação). Foi catequista e quando tem disposição atua na Igreja Católica e até pouco tempo fazia parte dos corais de cânticos. Atualmente reside na zona urbana.

A professora Lucimar Lopes tem nível superior atuou mais de 25 anos no Magistério, na Escola padre Francisco Luna Tavares no Sítio Retiro, escola extinta. É casada, tem 7 filhos e 9 netos. Uma de suas filhas está cursando Medicina na Universidade Federal do Ceará, outra filha é graduada em Letras e os outros tem o ensino fundamental, atuam em outras áreas como comércio e crediário. Lucimar, apesar de ser

filha de agricultores e morar na zona rural, seus pais não se acomodaram e matricularam Lucimar nas escolas consideradas de elite para a época, como o Instituto Dom Bosco de Barbalha, depois no Grupo Escolar Pedro Rocha e no Ginásio Paroquial (ambos em Missão Velha), e o Curso Normal no Colégio Nossa Senhora de Fátima de Barbalha, pois ainda não havia o curso normal em Missão Velha. Os pais que tinham condições financeiras colocavam seus filhos para estudarem em outros municípios. A referida professora rural trabalhou de 1978 ao ano de 2006 e quando iniciou sua carreira profissional ainda estava cursando o magistério. Uma característica forte em toda sua prática pedagógica é que sempre ensinou em sala multisseriada. Além de professora, foi catequista, pois viu a necessidade de iniciar aqueles alunos na vida religiosa e ensinava o catecismo, com o objetivo desses alunos se prepararem para a primeira eucaristia. Considera-se uma pessoa feliz, porque contribuiu para a educação de sua comunidade e foi sempre muito dedicada à sua família.

A professora Wilma Quinderé, é casada, não tem filhos, aposentada, trabalhou na Prefeitura Municipal de Missão Velha como assessora, estava sempre presente nas inaugurações das escolas rurais. Tem nível superior em História, com especialização em História Antiga. Estudou no Educandário Nossa Senhora de Fátima³⁴, no Colégio Santa Tereza de Jesus do Crato e o nível superior cursou na Faculdade de Filosofia do Crato (hoje, Universidade Regional do Cariri). Sua experiência é de trinta e seis anos de profissão no Magistério. Foi professora no Ginásio Paroquial e Escola Normal Paroquial de Missão Velha, inclusive duas das entrevistadas foram alunas desta professora: Antonia Neves e Lucimar Lopes. Suas características como professora primavam sempre pelo compromisso e respeito. A sua prática pedagógica era totalmente tradicional e muito ligada aos princípios religiosos e de uma educação conservadora. Depois de aposentada ainda trabalhou no Lar Escola Maria Alice – Instituto Pestalozzi, na Secretaria Municipal de Educação e atualmente é uma pessoa atuante nas pastorais e na catequese da Igreja Católica. Como escrevia muito bem, às vezes era requisitada para escrever os discursos para as solenidades e eventos ligados principalmente à educação.

A professora Luzia Luzilmar é viúva, tem sete filhos, doze netos e dois bisnetos. Estudou na Escola Santa Inês, Colégio Nossa Senhora de Fátima (Barbalha), Escola

³⁴ O Educandário Nossa Senhora de Fátima era uma Escola particular do ensino primário, que foi criada por iniciativa da professora Maria Nelse Silva (primeira diretora da Escola) em 1951. Era uma escola de classe média, mas deu uma grande contribuição a educação missãovelhense. Foi fechada em 1972, por falta de recursos financeiros.

Nossa Senhora de Nazaré, em Salvador. Cursou nível superior em História, na Universidade Regional do Cariri- URCA, já bem próximo de sua aposentadoria. É aposentada, mas atualmente faz um trabalho na comunidade na educação de Jovens e Adultos. Uma de suas principais características é que se preocupou mais com a alfabetização de Jovens e Adultos da sua localidade. Faz ainda hoje um importante trabalho nesse aspecto, com o Projeto Vida Nova, que tem como objetivo promover a cidadania do povo da comunidade, tendo como vertentes a religiosidade, o esporte, a arte e a alfabetização. Tem um importante projeto na área literária, que é a publicação de um livro sobre a vida do seu pai, que de alguma forma traz a história da família e de Missão Nova, localidade que ela diz que ama. A professora Luzia Luzilmar é uma memorialista, pois tem uma tendência de preservar a memória do povo daquela comunidade. Criou o Memorial Joaca Rolim, em homenagem ao seu pai. Porém, nesse Memorial, além da história do seu pai (considerado grande benfeitor da educação do lugar), ela conta a história da família e da própria comunidade. O mais interessante nisso tudo é que o Memorial é a sua própria casa. Um casarão bonito, organizado como se fosse um museu, pronto para visita. Ela organiza também uma biblioteca para que os estudantes possam ler e pesquisar sem precisar se deslocar para a sede do município, já que a biblioteca da escola é muito limitada. No referido Memorial além de objetos antigos, móveis e documentos, há um bom acervo de fotografias expostas em quadros e em álbuns.

É muito interessante como a professora Luzia Luzilmar sabe conciliar o seu lugar de morada com um lugar de visita pública, onde está a memória histórica dos seus antepassados e da própria comunidade. Muito difícil encontrar uma professora rural com essa iniciativa tão dignificante. Ela afirmou que muitos estudantes de escolas de ensino fundamental e médio e até da universidade tem visitado o local, e isso torna o seu trabalho mais importante, trazendo assim um grande contentamento de tudo que realiza com dedicação e carinho.

Ao traçar esse perfil dos sujeitos da pesquisa, percebi que nenhuma se arrependeu de ter sido professora rural, todas se acharam com o dever cumprido, mesmo àquelas que não permaneceram muito tempo na educação. A maioria, no início de sua profissão, não tinha a habilitação exigida. Só três dessas professoras pertenciam a classe média alta, as demais tinham um poder aquisitivo entre baixo e médio. Atualmente, todas tem sua casa própria. Das entrevistadas apenas três delas tinham a preocupação em guardar documentos e fotos para preservar a memória da educação e da comunidade.

A maioria das professoras rurais estavam ligadas à Igreja Católica ou à catequese como catequista ou sendo aquelas pessoas que rezavam a Renovação do Coração de Jesus³⁵ nas famílias. Também resolviam as questões ligadas à saúde dos moradores, levando os problemas para a Secretaria de Saúde resolver e algumas assumiram um cargo de agente de saúde.

Entre as professoras entrevistadas, observei que geralmente havia duas pessoas de uma mesma família sendo professoras na mesma escola. Talvez isso facilitasse a organização e funcionamento da escola, já que as professoras que moravam na cidade e que tinham formação não queriam se deslocar para ensinar na zona rural, onde as escolas apresentavam muitos problemas, desde o acesso difícil, até a falta de condições administrativas e pedagógicas.

Todas as ex-professoras foram nomeadas sem concurso público, pois era a prática da época e apesar do baixo salário não desistiram da profissão. Apenas uma delas deixou de ser professora para assumir outras atividades. Os primeiros concursos municipais em Missão Velha, para professor e outros cargos vão ter início na década de 1990.³⁶

Diante dos depoimentos, que vimos nos capítulos em que faremos a análise das falas, perceberemos que todas estão satisfeitas por terem contribuído com a educação municipal e, no momento desse trabalho, estão conscientes de que de alguma forma saíram do anonimato, ao escrever comigo a história das práticas pedagógicas das escolas rurais e como essas escolas foram criadas.

3.3 Identificação das Escolas citadas pelas ex-professoras rurais³⁷

As escolas também são “celeiros de memórias, espaços no quais se tece parte da memória social. As reminiscências desse espaço são possíveis pela estrutura das rotinas e sua continuidade no tempo (NUNES, 2003).

³⁵ A Renovação do Coração de Jesus é um ritual religioso comum, que se praticava nas famílias, onde se fazia a renovação da devoção daquela família ao Sagrado Coração de Jesus, com rezas (orações), cânticos de agradecimento e louvor e vivas. A comunidade era convidada e no final os convidados participavam de uma ceia (almoço ou jantar) e um lanche (bolo, sequilho e aluá ou café). A data da renovação era geralmente a data do casamento do casal. A professora rural era a pessoa que “rezava a renovação.”

³⁶ Na gestão dos prefeitos: Francisco Gidalberto R. Pinheiro (1993-1996); (2005-2008), José Leite Landim (1997-2000), foram realizados concursos públicos municipais.

³⁷ As informações técnicas referentes as Escolas Rurais como número de alunos, Lei de criação, entre outros dados, foram pesquisados na Secretaria Municipal de Educação, – Setor de Informação Municipal de Educação – SIEM, nos dias 26/04/2010. e 10/05/2010. Somente a partir de 2005, foi implantado o Programa Gerador do Censo Escolar e a partir de 2006 o Sistema passou a ser informatizado pelo Ministério da Educação no município de Missão Velha, facilitando daí pra frente dados quantitativos da educação mais confiáveis.

O Grupo Escolar Afonso Ribeiro - localizado no Sítio Cachoeira - está distante da Sede 5 km na direção norte. O ano de construção é 1967; o número de salas de aula inicialmente era duas (02), o proprietário do imóvel é o município e a Lei de criação é número 002/80, de 1980. Foi reformado em 1999 e 2005 e o acesso até a escola é uma estrada sem asfalto. A sua construção foi fruto de um projeto junto ao Ministério da Educação, segundo a professora entrevistada Wilma Quideré, que geralmente acompanhava essas inaugurações das escolas rurais. O prefeito da época Manoel Dantas, conseguiu o financiamento de um projeto para construção de várias escolas rurais com arquitetura padronizada.

O número de matrículas a partir de 1995, oscilaram entre 61 a 119, até 1999; nos anos de 2000 a 2010, os números ficaram entre 142. Infelizmente não consegui obter dados estatísticos referentes aos anos 60. Sabemos que os documentos da escola desse período não estão nos arquivos. O diário de classe, quando começou a ser usado ficava na própria escola, ou as professoras guardavam, mas não encontramos nenhum diário. Só nas vozes das professoras é que podemos ter uma noção do número de matrículas e como eram utilizados os diários. Esta escola foi citada por duas ex-professoras rurais: Vicencia e Tereza. Atualmente não tem sala multisseriada e os professores com lotação nesta escola tem habilitação, conforme a exigência da Lei 9.394/96³⁸. Atualmente a escola conta com 142 alunos, e nove professores e um Diretor, todos com habilitação exigida por Lei.

Permanecendo imponente, a Escola de Ensino Fundamental Afonso Ribeiro, atualmente não tem sala multisseriada na sua enturmação. Há turmas do ensino fundamental I e II, num total de oito turmas. As entrevistadas desta escola (as primeiras professoras) não conseguiram cursar nível superior, mas os alunos que lá estudaram, hoje professores com nível superior, trabalhando na referida escola, falam com alegria da época que estudaram com as professoras entrevistadas neste trabalho.

O Grupo Escolar Dr. Leão Sampaio está localizado no Sítio Arraial, distante da Sede 6 km. O acesso até a escola é feito uma parte em estrada de asfalto e outra sem

³⁸ A Lei 9.394/96 – De 20 de dezembro de 1996, veio estabelecer as diretrizes da Educação Nacional, e no seu Art. 87 – quando instituiu a década da educação a iniciar-se no ano da publicação desta Lei, é dado um prazo de 10 anos para que todos os professores se habilitem em nível superior e nenhum professor ingresse na educação sem a formação exigida. Algumas escolas vão se adequar a essa exigência, outras não, isso de acordo com a política educacional implementada pelos municípios, para o cumprimento da Lei. No município pesquisado, atualmente não há nenhum professor leigo em atividade

asfalto. O ano da construção é 1967 ou 1968, tendo em vista que, não encontramos a data exata. Reformado nos anos de 1998 e 2006. O proprietário do imóvel é o município. A Lei de criação é de número 002/80, de 1980. As matrículas de 1995 a 1999 oscilaram entre 76 e 87 alunos. Do ano 2000 a 2010, as matrículas oscilaram entre 113 e 223 alunos. Esta escola foi citada por duas professoras rurais: Frassinete e Luzinete.

Permanece com sala multisseriada, devido à demanda, mas não tem o projeto da Escola Ativa. Atualmente a escola tem matriculados 223 alunos e 11 professores, compõe o quadro docente, todos com formação profissional adequada ao exercício de sua função. A maioria de seus professores e funcionários são concursados. O seu núcleo gestor é composto por um diretor geral e um diretor pedagógico.

O Grupo Escolar José Pedro de Amorim está localizado no Sítio Logradouro, distante do município 3 km. Não foi encontrado nenhum documento sobre o ano de sua construção. Conforme as informações das professoras entrevistadas foi construído na década de 1960 e o terreno teria sido doado, mas essa doação não aconteceu oficialmente. Duas professoras citaram essa escola: Maria Pinheiro e Antonia Neves. Atualmente é uma escola extinta.

A Escola Isolada São José- Sítio Camêlo, distante do município 2 km. O imóvel não era próprio e o ano de construção não consta nos arquivos. A escola é citada por uma professora: Celina Parente. Essa escola teria sido construída com a ajuda do pai da citada professora. Atualmente a mesma foi extinta.

A Escola Isolada Padre Francisco Luna Tavares – Sítio Retiro, distante do município 6 km. A escola é citada por uma professora: Lucimar Lopes. Não encontrei arquivos sobre a sua construção, mas, segundo informações foi construída no final dos anos 70, e atualmente não está funcionando. Uma das características dessa escola é que sempre funcionou com sala multisseriada. É uma escola pequena com apenas uma sala de aula.

O Centro de Educação Rural Pedro Raimundo da Cruz – CERU está localizado no distrito de Missão Nova, onde está a primeira capela da região do Cariri e é o nosso segundo núcleo populacional. É a única escola citada nesta pesquisa da década de 1980. O seu ano de construção é de 1984, na gestão do prefeito Idilvan Sobreira Lima. No início do seu funcionamento não tinha diretor, colocaram depois, porque a matrícula inicial era pequena, só funcionava da 1ª a 3ª série. De acordo com as informações das

entrevistadas e de outras pessoas da comunidade o CERU, congregou alunos da antiga Escola Santa Inês e da Escola Santo Antonio, hoje, escolas extintas.

Hoje, essa escola funciona nos três turnos: manhã, tarde e noite do 1º ao 9º ano. Encontram-se matriculados de 469 alunos. Tem uma turma de EJA- fundamental I (educação de jovens e adultos). Não tem sala multisseriada. Todos os professores tem a formação profissional adequada. A escola trabalha com os projetos: Se liga – Instituto Ayrton Senna e o PAIC - Programa Alfabetização na Idade Certa. No ano de 2010 não elaborou o PPP – Projeto Político Pedagógico e estão trabalhando com as propostas do ano anterior. Não tem conselho escolar e nem grêmio.

A escola tem diretor geral e pedagógico. A primeira diretora foi Luzia Luzilmar, uma das professoras entrevistadas. Em visita a escola para tirar umas fotos, a diretora atual falou que não sabia a história da escola, por ter sido empossada recentemente, mas demonstrou interesse em conhecer e até fazer um trabalho sobre o conhecimento da história da escola. Alguns funcionários e professores citaram o nome das professoras Ednúbia e Luzilmar dizendo que elas saberiam contar como a escola começou, como foram as práticas pedagógicas e quem foram seus primeiros professores. Segundo informações na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 2006, as escolas dos distritos, entrariam no censo e em programas do Ministério da Educação como escola urbana. Porém no recorte temporal dessa pesquisa, a referida escola é considerada como escola rural.

As escolas rurais citadas transformam-se em referências para a educação do sítio ou distrito, porque o seu trabalho não se limita só ao ensino. Elas passam a servir a comunidade de diversas formas e isso cria um vínculo de pertencimento entre escola e comunidade, facilitando a inserção da família no ambiente escolar, a prática das atividades culturais e religiosas, passando a ser um espaço de educação e práticas culturais respeitado por todos. Isso vai ao encontro principalmente a atividades como: festa do padroeiro do lugar, quando há um grande envolvimento de todos na programação, comemorações de datas festivas da escola ou comunidade, ação global (com prestação de serviços), reuniões de algum programa do governo federal ou estadual, por falta de um espaço melhor que a escola, apresentações culturais, etc.

3.4 O papel da mulher nas escolas rurais

O nosso foco nesse tópico é: qual foi o papel da mulher professora nas escolas rurais de Missão Velha, no Ceará, seguindo o que podemos denominar de mudanças educacionais do século XX, quando as chamadas Escolas Isoladas da área rural e os Grupos Escolares vão ser os locais por excelência para o ensino e educação. Partindo da construção da memória das professoras e suas lembranças, levando em consideração as suas experiências de vida e suas relações com o mundo rural e à educação.

Quando acontece, do final do século XIX ao início do século XX, a feminização do magistério primário, processo que “também pode ser compreendido como resultante de uma maior intervenção e controle do Estado” (PRIORE, 2006, p. 450), quando as mulheres passam a estudar nas Escolas Normais, uma das conseqüências passa a ser a entrada das mulheres na vida pública, sendo o magistério uma profissão respeitada.

Apresentaremos o perfil da mulher professora, por elas mesmas e qual foi a importância dessa profissional para a manutenção das Escolas Isoladas até chegar a Grupo Escolar; levando em conta as precárias condições da época e as dificuldades de acesso, formação e práticas pedagógicas. Como essas professoras fizeram valer o trabalho docente (práticas pedagógicas) e a autonomia local, levando em consideração, a falta de apoio institucional, porque sabemos que este modelo de escola, ficava sempre em segundo plano e a escola da cidade absorvia a atenção dos governantes, porque tinha mais prestígio, dada a sua representatividade nos planos dos governos da época.

Como relata outro pesquisador, “As experiências de vida relatadas pelas mulheres rurais mostram que em seu cotidiano não há clara distinção entre os limites do lar e do trabalho, entre as atividades domésticas e as tarefas agrícolas, entre as responsabilidades na educação dos filhos e a vida comunitária.” (PRIORE, 2006, p.645).

A professora era idealizada como uma mulher pura, sem maldades no coração, séria, parecida com uma mãe, que não expõe seus filhos ao perigo. Protege, ajuda, ensina, educa. Cercada de restrições sociais, a sua conduta era confiável e não representava ameaça às famílias.

Mantida dentro de certos limites, a instrução feminina não ameaçaria os lares, a família e o homem. [...] Nesse contexto, o magistério de crianças configurou-se bastante adequado ao papel da mulher como regeneradora da sociedade e salvadora da pátria e tornou-se aceitável em termos sociais,

familiares e pessoais, que ela trabalhasse como professora (ALMEIDA, 1988, p.33).

O que a autora coloca, é o modelo de professora que a sociedade conservadora exigia, dentro de padrões que colocava a mulher como um ser capaz de regenerar a sociedade e o lar. Por isso muitas regras de comportamento eram impostas e a mulher na sua submissão aceitava e reproduzia o modelo exigido. Reforçando esse aspecto, segundo Kulesza (2005), por meio da escola, meninos e meninas, vão interagindo no relacionamento materno, tendo como mediadora da relação, a professora. E dessa forma “lhe é atribuída a imagem de mãe com todas as virtudes” (KULESZA, 2005, p.2).

Uma de nossas entrevistadas, a professora Celina Martins, aposentada, da Escola Isolada São José, no Sítio Camelo, falou de acordo com a sua concepção e de forma muito singular, o que é ser professora:

Ser professora pra mim é algo sublime, porque nós fazemos com que as pessoas fiquem orientados pra vida. (Pausa) O aprendizado é como um quebra-cabeça. Quando o jovem começa a aprender a ler, é uma grande alegria pra nós. É uma descoberta e automaticamente a gente se alegra com ele. (Risos ...)

Sim, na verdade, fui primeiro agricultora e meu pai sabia um pouco de tudo e eu fui observando o que ele fazia e ia aprendendo. E assim, aprendi também a plantar e a cuidar da terra .

A professora deixa transparecer no perfil que traça dessa profissional um ser especial, pois a palavra sublime, (grifo meu) traz essa certeza de sua idéia sobre o que é ser professor e de sua importância na aprendizagem do aluno.

A professora Celina Martins, relatando suas lembranças de como começou a Escola Isolada São José, nos relata:

A Escola Isolada São José, começou debaixo de uma mangueira Daquela mangueira ali – (apontou para a mangueira, mostrando-me um registro monumental da escola). (Pausa). Aí na década de 60 (século XX), a Escola (O Prédio), foi construída e o prefeito Edson Olegário³⁹, deu uma nomeação a Tia T. e ela não quis e me deu essa nomeação.

³⁹ Edson Olegário de Santana foi Prefeito de Missão Velha de 1963 a 1966. Foi também Deputado Estadual do Ceará. Faleceu em 1973 (MAGALHÃES, 1994, p.49).

[...] As escolas rurais tinham muito a desejar (pausa). No tempo que eu comecei a trabalhar não tinha praticamente nada. As carteiras eram uns bancos de paus. O meu pai colocava um pau de um lado e outro para os meninos escreverem, depois foi melhorando. Mesmo assim os meninos aprendiam.

Um dos aspectos que percebemos na fala da entrevistada é que o seu pai ajudou na permanência dessa escola na comunidade, colaborando como podia. E o seu entusiasmo ao recordar o passado, nos deixou emocionados. Mas também chegou a questionar. “Por que você me escolheu? E brincou... Com tanta professora importante por aí... (risos.). Não sei se vou dar conta disso não, viu?” Conversamos informalmente um pouco sobre a sua importância para as informações sobre a educação rural. Ainda se tem a idéia de que a história válida é a dos heróis, essa concepção permanece no Brasil, no imaginário de muitas pessoas.

Sabemos que na década de 1960, para se ter uma escola isolada na zona rural, precisava do interesse de alguém da comunidade, por muitas vezes um político que reivindicasse ao prefeito, porque isso lhe daria prestígio político, e ter principalmente uma professora, que pudesse assumir a sala de aula. No caso dessa escola isolada, tiveram três fatores: o interesse de um político, o interesse da professora e do seu pai. Vale acrescentar que essa professora entrevistada, tem uma memória fabulosa, é aposentada, mas tem uma vida ativa em outras atividades e lembra de tudo com muita nitidez. E segundo Thompson, (1998, p.179) “o lembrar na entrevista, é um processo recíproco, que exige compreensão de parte a parte. O historiador precisa sempre perceber como uma pergunta está sendo respondida da perspectiva de uma e outra pessoa”

Sobre outras atividades que desempenha Celina Martins falou:

Eu também sou catequista, desde 1955, que também é uma forma de educar. (Pausa). Olhe, pra ensinar a doutrina é importante desenvolver outros assuntos e assim vai desenvolvendo a criança... (pausa). Eu acho que é assim.

Nesse aspecto, ao dizer que era também catequista, ela deixa transparecer que o seu papel ali, estava além da sala de aula. Ao doutrinar as crianças, educava na religião católica apostólica romana, que era defendida por ela, pelo poder público e pela paróquia de São José. Entendendo que a sua família era muito ligada à Igreja, desde os que o precederam, não tinha como questionar essa sua preocupação e trabalho tão dedicado.

A professora Raimunda Frassinete da Escola Dr. Leão Sampaio, sobre o papel da mulher nas escolas rurais, acrescentou:

A mulher no seu papel de educadora foi muito importante para dar os encaminhamentos à educação das escolas rurais da comunidade. A mulher-professora, estava sempre assumindo papéis de educadora, catequista, conselheira, isso era muito bom .

Podemos perceber nessas professoras da zona rural que muitas vezes lançaram mão da competência profissional, coragem e amor, quando procuravam soluções para os problemas que iam surgindo, na dinamicidade do ser professor frente a tanta adversidade. Algumas professoras atribuem as mudanças positivas da comunidade às mulheres, que vão ser reconhecidas a partir do trabalho docente na escola e o missionário na comunidade, como relata a professora Vicência de Jesus:

O papel da mulher na comunidade da Cachoeira foi importante. Muita coisa que teve e tem na Cachoeira, sempre tem a luta de uma mulher. Isso é importante. Sabemos que ficamos até com o papel missionário de evangelização. A gente era professora e ao mesmo tempo catequista.

E acrescenta:

Eu era professora e catequista. Tinha o maior prazer de doutrinar as crianças na palavra de Deus. Depois fui agente de saúde (pausa). E gostava demais, me sentia realizada. (pausa). Eu também tirava renovação nas casas da comunidade e era bem recebida nas casas (sorrisos). E a gente se sentia uma pessoa importante na comunidade. São boas lembranças que tenho.

Acreditamos que esse ponto de partida, proporcione outras buscas pela ressignificação dessas escolas na zona rural, por mulheres que mantinham certa liderança na comunidade, isso principalmente por assumirem a função de professora, que mesmo de forma sutil, representava um poder, tendo aí o conhecimento como o principal mantenedor desse poder, agregado a quem lhe dava a nomeação para o exercício da função.

Ouvindo a opinião da assessora municipal e professora Wilma Quinderé sobre o papel da mulher, vamos justamente completar as opiniões das professoras rurais, quando ela coloca a mulher como pedra fundamental na educação rural, entendendo que:

A mulher foi fundamental. A grande maioria de professores eram mulheres. É da índole da mulher ser educadora. (pausa). E elas desempenharam bem a

função. Com dificuldade, porque não tinham muito conhecimento, mas com boa vontade conseguiram fazer algo de importante para Missão Velha. (risos).

Ao ouvir atentamente as professoras rurais a respeito do papel da mulher nas escolas rurais, percebemos que na fala de todas as professoras vai sobressaindo a determinação da professora em dar continuidade a um trabalho que, para elas, poderia determinar o futuro daquela comunidade. Mesmo sem boas condições de trabalho e baixos salários as mulheres persistiram em ensinar e educar naquelas escolas que não tinham atrativos para aquela comunidade, mas passa a ser um local privilegiado, por ter o nome de escola e agregar o saber e o conhecimento.

A professora Ednúbia Rolim, nos passa uma visão da escola, como um lugar de propagação do bem, ao mesmo tempo que ressalta as qualidades das mulheres como perseverantes e guerreiras, se sente seguidora dessas mulheres, dentre elas sua mãe, dizendo:

A escola era um lugar do bem, podemos chamar assim. E a mulher da Missão Nova é uma mulher guerreira. Lembro de D. Irene como uma das mais antigas professoras, depois mamãe, depois D. Luzilmar. E aí Célia acho que vem assim: A mulher teve um papel importante, talvez porque vem aquela coragem de lutar, de ir atrás, de perseverar, sabe? (pausa). (...) Elas foram batalhadoras e eu estou me sentindo também como batalhadora...(risos) sou assim...seguidora delas...

Quando a professora caracteriza a escola como um “lugar do bem”, e a mulher “guerreira”, ela evidencia o valor da escola e da mulher professora para o desenvolvimento da educação para aquela comunidade. E isso é reforçado durante todo o discurso das outras, até porque elas enfatizam também a total dedicação da mulher à educação. Vejamos o que diz a professora Antonia Neves:

A mulher teve um papel importante nessas escolas rurais, longe da cidade, elas faziam um trabalho de se admirar. Às vezes a mulher professora deixava a sua casa, seu lar (ênfase) para cuidar da educação de outras crianças. Isso era total doação. Não era só a instrução, mas a atenção, o amor e a dedicação que ela exercia, sem pensar muito na recompensa.

A professora rural vai se caracterizando no seu meio como uma trabalhadora, não só da sala de aula, mas a mulher da roça, a mulher que passa a fazer parte dos

sindicatos, da igreja, da área de saúde. Temos exemplos nesses depoimentos de mulheres como a professora Celina Martins que foi da roça e da igreja. A professora Frassinete foi da roça, da área de saúde, da igreja e do sindicato. A professora Luzinete Ribeiro, mulher da igreja e dos corais. As professoras Vicência de Jesus e Tereza Nicolau que foram mulheres da roça e da igreja. Cada uma das professoras vai trazendo suas características, ora parecidas, ora bem peculiares como no caso das professoras Ednúbia Rolim e Luzia Luzilmar, que se revelaram como pessoas memorialistas, guardam com muito zelo a história de seus antepassados e do lugar, em fotos e documentos. E a professora Lucimar Lopes, que traz a tradição de uma de suas cunhadas, a professora Maria Moreira que além de professora ela se vê no dever de ser catequista, como outrora era Maria Moreira. Ela fala desse fato e do seu povo do Retiro, com tanto carinho, que se sente parte dali.

Cada uma dessas professoras foi tecendo comigo essa teia da história e em vários eixos da comunidade elas foram formando os cidadãos. O ponto de partida foi a sala de aula, que passa a ser a escolinha isolada, o grupo escolar; e outros motivos foram surgindo para que uma boa parte das escolas rurais permanecessem.

Foi na igreja, foi na roça, nos sindicatos, nos postos de saúde, nas casas das famílias por ocasião das renovações, que esses laços se fizeram. Não fossem essas professoras a história dessas escolas e das suas comunidades ficariam no esquecimento ou as gerações futuras iriam contar outras histórias sem a participação desses sujeitos que foram tão importantes para o começo dessa caminhada que ainda não terminou.

O deslumbramento e o amor das professoras pela causa educacional naquelas escolas, fizeram com que elas conseguissem acompanhá-las desde o seu nascedouro, de escola isolada, até ao grupo escolar, tendo em vista que, a partir desse ponto, poderá se abrir um leque de possibilidades para a continuação dessa pesquisa, chegando-se a outras fontes, se configurando a necessidade de outras buscas e de outros diálogos tão surpreendentes, para esse mapeamento histórico educacional.

Diante desses depoimentos percebemos que nenhuma delas desvaloriza a participação da mulher nas escolas rurais. Mesmo diante das limitações impostas pelo poder político municipal, elas tinham certa liberdade de atuar na escola e na comunidade, ou pela via educacional ou pela via religiosa. Observamos as questões referenciais do papel da mulher nesses espaços rurais, que contribuiu de forma decisiva para a construção das escolas que passam a ser consideradas espaços privilegiados daquela população rural.

3.5 A Formação profissional e as práticas pedagógicas

A formação do professor passa a fazer parte dos debates e preocupações das políticas públicas por volta dos anos de 1980. Isto evidenciou concepções sobre essa formação do profissional da área de educação dos diversos campos do conhecimento, destacando-se o caráter sócio-histórico dessa formação, a necessidade de um professor com uma nítida compreensão da realidade de seu tempo, cidadão crítico, capaz de ser agente de transformação da escola, da educação e da sociedade como um todo. Sabemos, no entanto que só a qualidade na formação dos educadores não garante, por si só, a qualidade da educação. Mas, é indispensável uma formação inicial para que esse profissional aperfeiçoe o seu aprendizado.

Partindo de bases conceituais introdutórias da formação de professor e de suas práticas pedagógicas, adentramos nas lembranças das professoras; que eram leigas até fazer o curso de formação ou qualificação para então serem “professoras formadas”, como chamavam na época.

Nas lembranças das professoras, destacamos dois objetivos que fazem parte desta reflexão: pesquisar a formação do professor e as práticas pedagógicas (principalmente nas salas multisseriadas) nos grupos escolares da área rural; compreendendo como isso veio contribuir para a manutenção do ensino rural nas comunidades distantes da sede do município.

Realçamos em que medida foi importante o diploma que tirava as professoras da condição de professora leiga e como eram as práticas pedagógicas das professoras nessas escolas. Sem diretor, sem recursos didáticos e em condições precárias, as profissionais conseguiam com tanto entusiasmo e amor ministrarem aulas, “fazer o aluno aprender”, no dizer das professoras, e envolver a família no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, numa época em que as famílias da área rural priorizavam mais o trabalho dos filhos na roça e a escola ficava sempre para o segundo plano.

Como as práticas pedagógicas contribuíram para a manutenção do ensino rural nas comunidades distantes da sede do município, às vezes de acesso difícil, principalmente na época chuvosa. Como essas práticas pedagógicas das professoras leigas colaboraram com a educação e o ensino, sem perder de vista a sistematização do ensino, já que o Grupo Escolar era mantido pela municipalidade e as professoras tinham um vínculo empregatício, em caráter temporário, com a Prefeitura Municipal, sendo às

vezes ‘nomeadas’ pelo gestor, com a finalidade principal de prestar contas do seu trabalho ou como as professoras dizem: “dar satisfação ao prefeito”, do trabalho educativo que desenvolviam naquela comunidade, ou seja, no Grupo Escolar, e no seu entorno.

Este trabalho vem dar voz e vez a personagens locais que detém na memória uma história que se não for escrita ou registrada, irá simplesmente se perder, assim, as professoras, essas mulheres que eram anônimas ao recordar do tempo que “já não volta mais,” vem,

lançar um olhar mais detido e mais arguto sobre o seu passado, os professores tem a oportunidade de refazer seus próprios percursos, tem uma série de desdobramentos que se revelam férteis para a instauração de práticas de formação. Tal exercício ao mesmo tempo em que os leva a desenvolver um trabalho de desconstrução das imagens que a memória oficial guardou de sua profissão, possibilita que eles reconstruam um modo próprio de se perceberem (BARBOSA, 2004, p.32,33).

Assim, ao lançar esse olhar, elas por elas mesmas, confessam que essa oportunidade vem “avivar um passado que lhes fez bem”, deixando transparecer nas entrelinhas das respostas na hora da entrevista, no olhar, no gesto, esse lembrar do percurso na profissão de professora e ficam mais aliviadas ao dividir com alguém um tempo que muitas pessoas nem comentam mais, nem lembram o quanto foi importante o trabalho delas de ensinar e educar.

A entrevista ajuda nessa pesquisa, de forma que os textos se formam, conforme as lembranças dos sujeitos e as perguntas vão com cuidado emergindo respostas necessárias de forma que fiquem claras para não sairmos do foco, seguindo as orientações de Thompson (1998),

o lembrar, numa entrevista, é um processo recíproco, que exige compreensão de parte a parte. O historiador precisa sempre perceber como uma pergunta está sendo respondida da perspectiva de uma outra pessoa. Por exemplo, a indagação genérica a respeito daqueles bons- ou maus- velhos tempos estimula mitos e impressões subjetivos e coletivos; enquanto perguntas de pormenor podem conseguir os fatos e relatos específicos da vida quotidiana que o historiador está procurando (THOMPSON, 1998, p. 179)

E assim, utilizando estudos já realizados de alguns autores e com a escuta atenta das vozes das professoras, construímos um pouco das práticas pedagógicas utilizadas por

elas e como a formação contribuiu para a permanência dessas escolas, porque na época já se falava que o professor precisava ter uma formação ou se qualificar.

As práticas pedagógicas das professoras que atuavam nos grupos escolares da zona rural, por ocasião da criação das primeiras escolas rurais no Ceará, parecem-nos que não diferem muito de um lugar para outro. Elas foram sendo construídas conforme as experiências de cada professora em suas localidades, baseadas principalmente no ensino tradicional, na sua prática diária e na sua autonomia. Sobre o trabalho do professor em sala de aula, estamos de acordo que:

(...) o professor imprime uma direção própria a seu trabalho, que ele é o responsável direto, juntamente com seus alunos, pelo processo de ensino-aprendizagem que ocorre na sala de aula. O professor apresenta e necessita de uma autonomia didática que se expressa no cotidiano do seu trabalho, pois só assim é capaz de enfrentar os desafios do processo de ensino-aprendizagem e da educação (PIMENTA, 2000, p.36).

Na verdade, o professor é o principal articulador desse processo ensino-aprendizagem e sua autonomia didática fortalece o seu trabalho docente, capacitando-o a assumir, com maior segurança, esse trabalho que se converte em saber pedagógico, um saber formado no cotidiano da sala de aula e que tem sua fundamentação na ação docente.

Sobre as práticas pedagógicas e o cotidiano no Grupo Escolar Afonso Ribeiro, a professora entrevistada Vicencia de Jesus, começa dizendo a quantidade de salas que tinha e como eram compostas, na década de 1960:

Na época o grupo tinha duas salas e a cantina. Agora parece que está reformado. Depois que a gente começou a ensinar lá, tinha alfabetização, 1º ano, 2º ano (pausa). Até o 3º ano a gente ensinava lá. (pausa). Sempre minha sala, eu pegava duas o 2º e o 3º. As meninas já pegavam a alfabetização e o 1º. Aí os alunos de 2ª e 3ª série, num formavam a sala completa aí eu ficava. A sala era multisseriada.

Quando a professora se refere aos planejamentos, deixa claro a cidade como centro de referência pedagógica para as professoras rurais e quem as orientava (supervisoras municipais), já traziam tudo pronto para ser entregue às professoras. Isso sem discussão e nem sugestão. Na sua fala fica claro que era tudo centralizado na

Prefeitura. A escola não tinha diretor e nem a Secretaria de Educação participava de forma efetiva da educação local. Vejamos o que diz a professora Vicência de Jesus:

Sempre a gente vinha para os planejamentos aqui na cidade né... E tinha as pessoas que orientavam a gente como devia lecionar lá no nosso Grupo. Mas que diretor não existia. Não tinha Secretaria de Educação não. Era tudo na Prefeitura.

Acrescento neste aspecto que, a escola realmente não tinha diretor, mas, na década de 60, já tinha Secretaria de Educação e Saúde (no organograma da Prefeitura Municipal as duas Secretarias eram juntas), só que funcionavam na Prefeitura, mesmo sem nenhuma infra-estrutura adequada. Constatei isso nos documentos. A professora se expressa assim, porque nesse tempo a Secretaria de Educação não tinha representatividade, pois não havia verba para essa pasta e quase nem se falava em Secretaria de Educação Municipal, parecia até que as escolas funcionavam sem um órgão central que orientasse e acompanhasse o trabalho. Caracterizava-se mais em um trabalho fiscalizador do que orientador e administrativo.

A professora Vicência de Jesus descreve como era sua didática na sala mista:

Às vezes também pegava 1ª e 2ª série. Como era duas salas em uma só (pausa) Eu primeiro ensinava as crianças do 1º ano então, eu deixava a liçãozinha deles no livro aí, enquanto isso eu ia passar a tarefa dos meninos da 2ª série, faziam sua tarefa, eu voltava pra ir tomar a leitura daqueles alunos da 1ª. E assim por diante. A gente fazia ditado, cópia, exercício; cópia na 1ª série e ditado no 2º,... um trabalho.

Nessa fala, a professora Vicência de Jesus, explica o passo a passo de sua aula nas salas multisseriadas. Inclusive dá exemplo de sua metodologia, principalmente em língua portuguesa, quando se refere com muita ênfase à leitura, cópia e ditado. Na verdade, a preocupação maior dessas professoras era alfabetizar as crianças, como fica explícito nessa declaração. Sabemos, no entanto, que, atualmente essas práticas ainda são usadas, mesmo que de forma mais dinâmica e com recursos didáticos inovadores. Vicência continua:

As aulas não tinham muito recurso não, era um quadro-negro e o giz; as leituras e os deveres de classe e de casa. Você sabe uma sala multisseriada com muitos alunos de séries variadas, deixava muito a desejar, no que diz respeito a aprendizagem. Mas, com dedicação vencemos tudo (pausa), Era o

jeito trabalhar dessa maneira, não tinha outro meio. Mas, a gente ia sempre aprendendo a dá uma aula sempre melhor.

As aulas sem recurso didático dificultavam o trabalho das professoras. Porém, mesmo sem esses recursos a professora conseguiu fazer o seu trabalho dar resultados satisfatórios. Sua dedicação e sua vontade de ensinar sempre melhor fizeram dela uma pessoa vencedora. Mesmo deixando transparecer o seu conformismo diante daquela situação precária, ela procurava aprender para melhorar as suas aulas.

A segunda professora entrevistada, desta escola, a professora Tereza Nicolau, não acrescentou muito sobre a sua formação, pois não fez o curso para ficar qualificada em nível de 1º Grau, porque já havia saído da Escola e estava exercendo outra profissão, mas acrescentou:

Eu deixei de ensinar no Grupo Escolar Afonso Ribeiro, mas continuei atuando na comunidade, tirando a renovação do Sagrado Coração de Jesus, em quase todas as famílias. Quando fui professora, procurava fazer o melhor para os alunos. E sei que dei também a minha contribuição, alfabetizei muitos meninos e meninas.

Assim, percebemos pelos relatos que as professoras da zona rural tinham vontade de melhorar a sua prática pedagógica, mesmo com as suas limitações, procuravam ir aprendendo com vistas a fazer o aluno melhorar em sua aprendizagem.

O saber pedagógico enquanto construído pelo professor no exercício de sua profissão, torna-se sólido conforme a sua experiência e o aprendizado que o mesmo vai acumulando de seus estudos, reflexões e capacitações em serviço.

Tereza Nicolau entendeu que a prática pedagógica, da professora da zona rural nos anos 60/70 era muito deficiente e explica:

Olhe, a maneira como a gente dava aula, era muito simples. Não tinha quase recurso como hoje não. A gente explicava um pouquinho, às vezes até com dificuldade. Aí depois passava os deveres no caderno para aqueles que não sabiam escrever e no quadro negro, para os que sabiam tirar do quadro. Como a sala era multisseriada, às vezes a gente ensinava quase individual. Tinha a carta de ABC, essa eles compravam e tinha a tabuada, depois a gente passava para a cartilha.

A professora do CERU, Ednúbia Rolim, que já passa a sua experiência a partir da década de 1970 e 1980, nos traz uma opinião um pouco diferente, dada a época em

que ela fala, já bem diferente da década de 1960. A maioria das entrevistadas ao referir-se às práticas pedagógicas traz a leitura e a escrita como principais pilares para as práticas de sala de aula. Essa professora traz, além da leitura e escrita, matemática e outras disciplinas que não eram muito comuns serem trabalhadas em escolas rurais. A ênfase dada aos livros confirma que os livros ou cartilhas sempre estão bem presentes nas escolas, servindo de manuais de orientação nas mãos do professor, já que o aluno não tinha tanto acesso aos livros didáticos e bibliotecas.

Além da leitura e escrita, a gente trabalhava muito o lado da matemática, história e meio ambiente. Sabe. Tinha um planejamento em Missão Velha, mas, era mais uma reunião. Um repasse, alguma coisa assim... (pausa). E tinha muito da criatividade do professor, do planejamento individual... Sem ter muita assistência da Prefeitura... Já que não tinha esse planejamento esperado (pausa)... O jeito era acompanhar os livros. Era uma maneira da gente se sentir mais segura... Acompanhar os livros né... Pelo menos tinha uma boa orientação.

Podemos afirmar que o livro didático tem um papel relevante no ensino e nas escolas, é um apoio pedagógico para as professoras, e elas confirmam isso durante o percurso da pesquisa; com o livro sentiam-se mais seguras, pois tinham orientações que complementava o ensino-aprendizagem.

Ainda, sobre a formação profissional da professora, na década de 1960 nas escolas rurais, podemos dizer que era deficiente. A maioria dos professores que exerciam o magistério na área rural não tinha nem o ensino fundamental completo (na época era o 1º grau) e muitos tinham cursado só até o 5º ano. Às vezes mal sabiam ler e escrever, isso nas localidades mais distantes, tendo em vista a grande abrangência da nossa área rural.

Na formação inicial do professor segundo Pimenta (2000, p. 18), os cursos traziam um currículo que não condizia com a realidade das escolas e do contexto social onde as mesmas estão inseridas, não tem dado respostas para a formação da “identidade profissional do docente”.

Para além da finalidade de conferir uma habilitação legal ao exercício profissional da docência, do curso de formação inicial se espera que forme o professor. Ou que colabore para sua formação. Melhor seria dizer que colabore para o exercício de sua atividade docente, uma vez que professorar não é uma atividade burocrática para a qual se adquire conhecimentos e habilidades técnico-mecânica.

Quando chegamos nesse ponto da formação do professor, as professoras entrevistadas falaram que é muito importante o professor ter preparação para exercer a profissão, “fazer a sua faculdade”, ser realmente um “professor formado”, pois na época em que foram professoras na zona rural quase todos os professores eram como elas mesmas, ou seja, professoras leigas, sem formação ou cursando o Magistério.

A professora Vicência de Jesus, sobre a sua formação nos falou:

Eu era professora leiga e na década de 80, o governo mandou uns cursos de formação destinados às professoras leigas, principalmente da zona rural. Veio pra todas, mas tiveram algumas que não quiseram fazer. Eu, graças a Deus fiz e tenho os dois Certificados. Fiquei muito feliz, porque me preparei bem.

Falando sobre o que representou esse curso para a professora na época e como funcionava:

O curso de formação que fiz me ajudou bastante. Pois na época eu só tinha 5ª série. Esse curso veio me ajudar ter mais condições de ensinar melhor aos meus alunos. O curso era estruturado por etapas. Tinha umas apostilas, a gente estudava em casa e tinha os encontros com as professoras que repassavam pra nós e tiravam nossas dúvidas. Os encontros aconteciam nas escolas da sede. A gente vinha do sítio nos dias dos encontros. Tinha as avaliações e nós recebíamos as notas.

Com muito orgulho, a professora Vicência de Jesus, me mostrou os Certificados, que fazem parte das fontes pesquisadas e estão reproduzidos nos anexos. De certa forma, chegou a época em que os professores leigos apesar de ter dado sua grande contribuição à educação, começavam a ser discriminados, porque exigia a qualificação profissional adequada para o exercício do Magistério. Então, essas profissionais que não se habilitassem eram colocadas em outra função ou às vezes, até demitidas do cargo.

No entanto, alguns desses cursos de formação eram apenas em nível de 1º Grau, mas davam direito ao exercício da profissão na zona rural, pelo menos provisoriamente. E com a continuação dos estudos em nível de ensino médio, aí sim, a professora leiga ficaria com a formação inicial exigida por lei, que correspondia ao Curso Normal (Magistério). Porém, muitas professoras entendiam que com os cursos somente em nível de 1º grau, elas estariam com a habilitação completa. Esse mal entendido é aos poucos esclarecidos pela Secretaria Municipal de Educação, para que os professores dessem continuidade aos estudos.

Mesmo com muitas Escolas Normais no Ceará, inclusive em Missão Velha, com a criação da Escola Normal Paroquial em 1964 e antecedendo a criação dessas Escolas Normais, a criação da Primeira Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, ainda persistiu um grande número de professores leigos na região e em Missão Velha.

Só mais recentemente, com a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, veio a obrigatoriedade da formação do professor em nível superior para todos os professores da Educação Básica e as instituições de nível superior terem um terço do corpo docente constituídos por professores mestres e doutores. O artigo 87 da referida Lei, no seu parágrafo 4º adverte que até o fim da década, somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamentos em serviço”. Chega assim ao final a “era dos professores leigos”, mas em muitos municípios do Ceará e do Brasil, os professores leigos ainda atuaram por um bom tempo, principalmente na área rural, onde havia carência de professores habilitados para a função.

Como sabemos que a formação profissional do professor começa a ser vista como um requisito necessário para o exercício de sua profissão, independente do local em que esse estivesse exercendo o seu ofício, foi importante para os professores leigos que atuavam na área rural, também terem a oportunidade de fazerem capacitações ou curso de formação que lhes dessem direito de continuar sendo professor e de prosseguir os seus estudos, já que a prática pedagógica, que era um aprendizado constante, sendo sua rotina diária no grupo escolar, lhe dava suporte na formação, devido a experiência adquirida.

Fizemos algumas reflexões acerca da formação e práticas do professor da área rural, com a colaboração das professoras, que mergulharam em suas memórias e nesse diálogo nos fizeram compreender como a formação representava a autonomia, a competência e a honradez do título de professor para a professora que tinha o nome apenas de leiga, mas que conseguia dentro de suas limitações, num grupo, sem recurso pedagógico, sem diretor “fazer o aluno aprender”.

Observamos que nos Grupos Escolares, com a maioria do seu corpo docente formada por professores leigos, foram substituídos por professores habilitados (nível superior), alguns até com especialização e muitos alunos que lá estudaram, atualmente com nível superior, declaram, com muito orgulho, que estudaram na escola rural, reconhecendo o seu valor e o das professoras leigas que, com maestria, não deixaram a escola ser extinta, como normalmente acontece com muitas escolas da zona rural.

3.5.1 A Carta de ABC e a cartilha nas práticas pedagógicas

As práticas pedagógicas das professoras rurais eram simples, como já foi confirmado pelas entrevistadas, porém nas suas falas destacam-se o uso de um importante instrumento didático, que será um símbolo marcante na sala de aula, pois funcionava como um manual, principalmente para alfabetizar. Referimo-nos à Carta de ABC e às cartilhas. Reproduzimos algumas delas citadas pelas entrevistadas.

A Carta de ABC, depois a cartilha, eram os livros didáticos mais adotados pelas professoras rurais, e na cartilha estava lá o método e o conteúdo a ser ensinado. O método das cartilhas usadas era o alfabético ou soletração, que consistia em primeiro ensinar as letras que representam as consoantes e em seguida unir as consoantes e vogais.

Nas imagens das Cartas de ABC e cartilhas, citadas pelas ex-professoras rurais e reproduzidas nos anexos, a “Cartilha do Povo: para ensinar a ler rapidamente”, edições Melhoramentos, em duas edições diferentes, de autoria de Lourenço Filho (1897- 1970) teve a sua primeira edição em 1928, o mesmo omitiu a sua autoria até a 115ª edição. Lourenço Filho foi responsável pela grande reforma da Instrução Pública do Ceará em 1922.⁴⁰

Nas pesquisas de Mortatti (2000) ela faz uma referência muito forte sobre a relação entre a alfabetização e a Cartilha até os anos de 1980, Maciel (2008) relata a história da alfabetização, destacando o uso da Cartilha em Oliveira J. (2008), Simonetti (2007), traz novos conceitos de alfabetização, que volta a fazer parte dos projetos pedagógicos das escolas urbanas e rurais, devido ao fracasso escolar detectado no que concerne a alfabetização das crianças e jovens.

Concebendo a alfabetização como um processo de representação de fonemas em grafemas e grafemas em fonemas, entendemos que alfabetizar é adquirir as habilidades de: codificar a língua escrita (escrever) e decodificar a língua escrita (ler). As crianças precisam registrar o som das palavras para se alfabetizarem em línguas de alfabeto fonético, como a nossa. (...) São considerados componentes essenciais do processo de alfabetização: consciência fonética, relação fonema-grafema; fluência em leitura, oral e silenciosa; vocabulário; compreensão (SIMONETTI, 2007, p. 17,18).

⁴⁰ Lourenço Filho foi educador e psicólogo paulista, participou do Movimento dos Pioneiros da Escola Nova, foi nomeado em 1922 para Diretor da Instrução Pública do Ceará e foi professor da Escola Normal de Fortaleza, dentre outras funções que assumiu no Brasil no âmbito educacional. Sobre a Reforma de 1922, consultar ALMEIDA (2009).

A partir de novos conceitos, dentre os quais o citado pela autora, a escola começou a questionar as práticas pedagógicas com relação a alfabetização ao mesmo tempo que são publicados materiais didáticos conforme a recomendação dos órgãos públicos de educação para os novos métodos. As formações em serviço que preparavam os professores para o advento das mudanças com relação à alfabetização, eram planejados e repassados com mais rigor.

Porém, as professoras das escolas rurais, apesar de utilizarem velhos métodos, tinham uma preocupação com a aprendizagem dos alunos na leitura e na escrita, daí a permanência e o uso freqüente da Carta de ABC e da cartilha. Vejamos o que fala a professora Vicência de Jesus:

A gente usava a Carta de ABC e a cartilha, depois é que passava para o livro do 1º Ano. Os alunos gostavam de aprender na Cartilha e nós professores também achava o método bom, porque com ele o aluno aprendia a ler e a escrever. A gente tinha um horário para as matérias, feito por nós mesmos, mas todos os dias tinha leitura.

A leitura e a escrita representavam para as professoras um ponto estratégico nas suas práticas. E a cartilha era, portanto o apoio didático para a professora. A quantidade de alunos que aprendiam a ler media, no entanto, a eficiência dos métodos da professora rural.

A professora Wilma Quinderé, lembra o nome de uma das cartilhas muito utilizada nas Escolas, “O Povo” e acrescenta:

Na realidade as Cartas de ABC e as cartilhas foram amplamente utilizadas nas escolas tanto nas escolas urbanas como nas rurais. (pausa) A maioria dos professores considerava importante, partindo do princípio de que essas cartilhas serviam como manuais para auxiliar os professores no processo de alfabetização das crianças.

A professora Tereza Nicolau, fala das cartilhas e lembra até onde se podia encontrar para comprar:

As Cartas de ABC e cartilhas eram tão importantes, que os pais faziam questão de comprar para os seus filhos. Também, minha filha, era muito barata. Durante muitos anos essas Cartas de ABC e cartilhas, eram vendidas até nas bodegas e mercearias de Missão Velha. Lembro que era vendida em Seu Odílio e às vezes até na feira, nas segundas-feiras. Lembro de uma carta de ABC:

tinha uma menina na capa, as letras de forma outras bem desenhadas, depois, depois começavam as famílias: BA BE BI BO BU e assim por diante...

A professora Tereza Nicolau passa um pouco da história e da importância dessas cartilhas que até os anos de 1970 foram muito utilizadas, o curioso é que eram vendidas até em mercearias e feiras, porque livrarias só havia em cidades mais desenvolvidas.

Com as cartilhas e o professor que acreditava no método da repetição das letras e dos sons, o aluno chegaria ao mundo da leitura.

Vamos ver que nos anos de 1960 e 1970, os alunos aprenderam a ler pelo método da silabação, que consiste em ensinar a ler por meio do aprendizado de sílabas e a partir delas formar palavras e frases. A segmentação das sílabas em fonemas e letras é uma etapa posterior.

A professora Frassinete Ribeiro relata sobre suas práticas na sala de aula, colocando em ordem de prioridade o uso da Carta de ABC e da cartilha:

Na sala de aula, a gente usava primeiro a Carta de ABC, depois a cartilha, por último usava os livros, quando tinha. Eu considero a Carta de ABC, um livrinho básico nesse processo de alfabetizar o aluno. Pelo menos para época que eu fui professora, era um método eficiente, Hoje é tudo mais difícil. Tem aluno que chega na 5ª série sem saber ler. Isso é um fracasso para o ensino.

A partir dos anos 80, as escolas começam a trabalhar com outros métodos de alfabetização, e com outros tipos de livros e cartilhas mais atualizadas. O método construtivista passa a ser divulgado. A Carta de ABC cai em desuso e o método de alfabetização passa a ser questionado (MORTATTI, 2000).

Os Sistemas Educacionais de Avaliação no Brasil foram amplamente discutidos a partir dos anos de 1990, e no Ceará, a partir do ano de 1992, quando o governo do Ceará, através da Secretaria da Educação Básica – SEDUC criou o SPAECE – Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará. O SPAECE constatou sérios problemas de alfabetização no ensino fundamental, através dos baixos indicadores de qualidade e eficiência dos alunos (LIMA; PEQUENO; MELO, 2008). Esses dados revelaram que depois de oito anos de escolaridade, as crianças estavam em nível crítico de alfabetização. Ou seja, não estavam alfabetizadas. A partir daí o Ceará, começou a ter um plano de política pública para a questão da alfabetização das crianças, a fim de levar o aluno ao aprendizado da leitura e da escrita. Para a alfabetização, foi incorporada uma

nova vertente, O Spaece-Alfa, que tem como principal objetivo investigar o processo de alfabetização dos alunos, a sua primeira versão foi em 2007.

Depois de muitos estudos e pesquisas, no ano de 2007, o governo do estado do Ceará, cria um programa que tem o objetivo principal de ensinar a criança a ler e escrever na idade certa, o PAIC – Programa Alfabetização na Idade Certa, com a adesão de 100% (184) dos municípios cearenses. Com esse programa os alunos das escolas públicas do Ceará e de Missão Velha, em especial têm melhorado seus índices de desempenho na alfabetização (leitura e escrita), conforme dados oficiais contidos nos anexos desta dissertação.

3.5.2 O espaço, organização e as práticas das salas multisseriadas

Não podemos compreender a educação e o ensino rural brasileiro, do Ceará e de Missão Velha, sem fazer esse estudo das escolas que funcionaram ou ainda funcionam com turmas multisseriadas, tipo de organização que antecedeu a expulsão dos jesuítas do Brasil (1759) e se caracterizou como uma organização escolar em que o professor saía de lugar em lugar juntando crianças e jovens para ensinar-lhes a ler e a escrever.

Segundo Aranha (1996, p.147), a organização multisseriada no Brasil, vai ter suas origens nas experiências de Lancaster⁴¹. Por conseguinte sabemos, no entanto, que muitos professores rurais utilizavam esse método sem o conhecimento de como ele teria chegado ao Brasil.

Nas escolas isoladas o professor ensinava a 25, 30 ou mais alunos em vários níveis de aprendizagem. Daí a complexidade da prática do professor, que sem formação adequada e em condições precárias levava até as zonas rurais um ensino com muitas deficiências, desde o espaço físico, até a falta de recursos didáticos.

⁴¹ O Método Lancaster foi um método pedagógico formulado nos últimos anos do século XVIII, pelo inglês Lancaster (1778- 1838), amparado nos conhecimentos pedagógicos de Andrew Bell e de Benthan. Esse método era baseado no ensino oral, uso constante da repetição e memorização, pois acreditava que este método evitava a preguiça e a ociosidade. Pregavam a disciplinarização mental e física e o uso de monitores e ensino mútuo. O método se expandiu por vários países como França, Portugal, Itália, Alemanha, entre outros e no Brasil foi instituído em 1827 por D. Pedro I, associado a consolidação do Estado Nacional (GHIRALDELLI JUNIOR, 2008).

Um agravante que percebemos nessa prática é que as professoras não recebiam nenhuma orientação ou capacitação para atuarem nessas salas, isso por muito tempo, elas tomavam as iniciativas de fazer à sua maneira a didática em sala de aula.

Ao caracterizar cada uma das escolas percebemos a justificativa que explicava a criação dessas escolas isoladas com as salas multisseriadas e como era difícil o trabalho pedagógico do professor para conseguir levar o seu trabalho adiante sem que houvesse tanta evasão desses alunos. Essas escolas não atingiam um número suficiente de alunos para formar uma turma por série, a solução era a formação da multisseriada.

No que se refere à essa prática das salas multisseriadas, as professoras rurais tiveram opiniões parecidas. A sua primeira experiência de organização de sala de aula foi em casa, nas cadeiras isoladas, com alunos em vários horários e em vários níveis de aprendizagem. A sala de aula era geralmente na sala de visita, organizada com mobiliários simples, apenas bancos de fabricação artesanal ou cadeiras com acento de couro, que pertenciam à professora.

Na década de 1960, quando já se iniciava na esfera da administração municipal os passos iniciais da organização sistemática das escolas municipais, as professoras que ensinavam em suas casas, passaram a ensinar nas escolas isoladas, em prédios alugados, cedidos ou doadas para essa finalidade.

Muitos prédios onde funcionavam essas escolas eram até doados, por interesse de algum morador ou proprietário rural que queria ter poderes de colocar uma professora de sua família ou do partido político do prefeito, de quem ele era correligionário. Quando da construção dos grupos escolares, alguns tinham sua arquitetura muito simples e às vezes nem parecia com prédio escolar. A administração dava o nome de Grupo, para justificar o seu trabalho no âmbito do ensino e da educação municipal.

Sobre o espaço a professora Antonia Neves, comenta:

Os grupos eram pequenos, sem muita coisa. Os grupos da cidade é que eram mais bem construídos, mais bonitos. Na zona rural os governos não se preocupavam muito não. Também a gente quase nem era visitada. O grupo que trabalhei, era pequeno demais. Só tinha uma sala de aula. Lembro que tinha uma parte alta na sala de aula, onde ficava a professora. Tinha apenas as carteiras em fila e uma lousa. Nem tinha farda e nem diretor. As salas de aula eram quase a mesma de uma escola e outra, não tinha muita diferença não. O que mudava eram os recursos didáticos.

A sala de aula interpretada como espaço físico das escolas ou instituições educativas e lugar de aprendizagem formal, é confirmada pela opinião de professores e estudiosos, no livro *Sala de Aula: que espaço é esse?* Na obra Moraes (1999), traz de forma emocionante o depoimento de muitos, sobre esse espaço onde cada um de nós aprendemos e temos muitas histórias para contar.

... A Sala de Aula é a Sala de Aula: aquele espaço físico determinado das instituições educativas, com algumas características mais ou menos universais, destinado de modo prioritário à frequência de professores e alunos que ali se reúnem para desenvolverem atividades conhecidas como sendo de ensino e aprendizagem ou, mais globalmente, atividades de aprendizagem. (SANFELICE, 1999, p. 84)

Mesmo tendo características físicas quase universais, a maior característica dessas escolas isoladas e posteriormente dos grupos escolares rurais, estava nas práticas pedagógicas das salas multisseriadas, que para a maioria dos professores era uma prática recorrente, e não havia como rejeitar. A professora Antonia Neves, acrescenta:

Era o jeito a gente ensinar nas salas multisseriadas. Quando os alunos eram bem comportados, tinha aprendizagem na medida do possível, sabemos que não podia ser 100%. Alunos de várias séries juntas para o professor dividir o tempo e dá tudo certo, era trabalhoso, mas a gente conseguia. Não tinha quase material. Só livro (pausa) a cartilha. Há... a didática e os meios a gente bolava.

Percebemos nos relatos dessas ex-professoras, a complexidade do espaço de uma sala de aula, onde cada aluno estava em nível diferente, do pré até a 3ª série, porque no início da implantação dessas escolas rurais, a finalidade maior era apenas alfabetizar, depois, gradativamente foram implantando as outras séries, do pré-escolar até a 4ª série. Só mais recentemente, a partir da década de 1980, foi implantou-se gradativamente do 6º ao 9º ano.

Nessas salas, o professor precisava ter certo domínio para lidar com problemas causados por esta prática: Muitos alunos não acompanhavam, atrapalhavam-se e por muitas vezes copiavam a atividade trocada, ficavam sem entender o assunto ou alguns alunos mais quietos chegavam a dormir na sala, pois ficavam ociosos e desmotivados.

Muitos professores admitiam que o déficit de aprendizagem nessas salas era maior do que nas outras e a falta de recursos didáticos era outro agravante, mas mesmo assim, a professora Vicencia de Jesus, mostrava-se uma entusiasta:

Nós sabemos que a aprendizagem nessas salas mistas, não podia ser igual das salas onde só tinha alunos de uma mesma série. Mas, a gente fazia a nossa parte. A educação pública ainda não era muito vista pelas autoridades e as escolas rurais eram mais penalizadas.

Mesmo com a carência de recursos:

As aulas não tinham muito recurso não, era um quadro-negro e o giz; as leituras e os deveres de classe e de casa. Você sabe uma sala multisseriada com muitos alunos de séries variadas, deixava muito a desejar, no que diz respeito a aprendizagem. Mas, com dedicação vencemos tudo (pausa). Era o jeito trabalhar dessa maneira, não tinha outro meio. Mas, a gente ia sempre aprendendo a dar uma aula sempre melhor.

As aulas sem recurso didático dificultavam o trabalho das professoras. Porém, mesmo sem esses recursos a professora conseguia levar adiante as suas aulas. Ao afirmar que sua dedicação e sua vontade de ensinar sempre melhor, fizeram dela uma pessoa vencedora, acredito que isto está relacionado ao trabalho que ela realizou durante anos na educação. Mesmo transparecendo o seu conformismo diante daquela situação precária, ela aprendia para melhorar as suas aulas.

Dentre as professoras entrevistadas, a maioria trabalhou em salas multisseriadas, porém a professora Lucimar Lopes, durante todo o seu tempo na educação municipal rural só ensinou em sala multisseriada e sobre a sua prática ela relatou:

Trabalhei 29 anos com sala multisseriada, hoje os pais e os alunos não querem mais sala multisseriada, porque é uma dificuldade imensa, tanto para o professor ensinar, como para os alunos que vão estudar. (Pausa). Principalmente, você colocar um aluno de 1ª ano misturado com aluno de 3º e 4º ano é uma dificuldade enorme. Às vezes a aprendizagem fica até comprometida. Mas eu sempre fazia o possível para dar uma boa aula. Não foi fácil...

A professora coloca realmente uma questão do ensino da zona rural que se prolongou por muito tempo, sem que se buscasse solução para esse tipo de metodologia em sala multisseriada. Quando ela fala que os pais e os próprios alunos não querem mais essa metodologia, de certa forma mostra um pouco da conscientização por um ensino melhor.

A professora Lucimar Lopes, detalha sua metodologia na sala multisseriada, dizendo que não dava aula de alfabetização, começava com os alunos de 1ª série. Quem dava aula no pré-escolar e alfabetização era outra professora. Mas como muitos alunos

não estavam alfabetizados, ela fala de sua didática e do material que utilizava, que se configurava em atividade de alfabetização,

Eu dividia o quadro em quatro partes. Enquanto tava dando uma aula de leitura na 1ª série. Você tava em trabalho por exemplo de uma cópia (pausa)... Talvez de um trabalho que precisava copiar lá da lousa.

A aula de ciências era um tema só. Só que da 1ª série, era diferente da 4ª série. Diferente, porque da série mais adiantada o assunto era mais aprofundado, com atividades e pesquisa em livros. E eles ficavam atentos, porque senão se atrasava.

O material didático faltava muito. Eu usava muita sucata, como tampinha de garrafa, pedacinho de papel para fazer letrinhas com o próprio papel. Depois pegava as letrinhas do alfabeto recortava e com os recortes, trabalhava joguinho com essas letrinhas. Era a prática melhor, que eles já começavam a formar palavras e começava a entrar no mundo da leitura.

Cada uma das professoras, sempre acrescentava algo bem interessante nas suas falas, mesmo que ao final, chegássemos às mesmas conclusões, isso podemos ler na declaração de Luzinete Ribeiro:

Como você sabe na sala multisseriada era tudo misturado. Era difícil para o professor. Mas eu aproveitava os alunos mais adiantados para ajudar os mais atrasados. E aí ia soltando os alunos aos poucos, dividindo o tempo e dava certo. Dava a aula de português, matemática, estudos sociais e ciências. E religião era no sábado. Religião era uma das aulas mais importantes que eu achava e os alunos ficavam muito atentos na aula de religião e a mãe ainda recomendava que eles deveriam ter respeito com as coisas de Deus. Era uma aula diferente e proveitosa.

Nos dias normais de aula: Primeiro rezava, depois cantava o hino nacional, e em sequência iniciava a minha aula, dividindo o tempo e as atividades que tinha que passar. Às vezes dava aula quase individual de carteira em carteira. Apesar das condições precárias na própria estrutura da escola, a gente tinha muita dedicação e amor.

As salas multisseriadas foram resultados da precariedade das instalações das primeiras escolas rurais e de acordo com estudos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, essa prática pedagógica tem trazido muitos problemas como evasão, abandono e reprovação às escolas rurais, dessa forma, continuar com essa prática em pleno século da tecnologia e conhecimento representa um retrocesso.

Só a partir do ano de 1997 iniciou-se pelo Projeto Nordeste em vários estados do Brasil, dentre eles o Ceará, o Programa Escola Ativa⁴², que tem o objetivo principal de melhorar a qualidade do ensino e desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas rurais. Dentre as estratégias destacamos: a implantação dos recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno, diminuindo as suas dificuldades de aprendizagem. Os guias de aprendizagem e os livros didáticos específicos de português, matemática, ciências e estudos sociais. Os professores recebem capacitações e nessas formações são feitos acompanhamentos pedagógicos. Nessa metodologia, os alunos trabalham em equipe e recomenda-se que participem da gestão da escola por meio do governo estudantil. Missão Velha formou um grupo de oito Escolas Ativas até o ano de 2010. Nesse ano de 2011, o município não trabalha com essa metodologia. As salas multisseriadas que ainda existem não tem proposta pedagógica definida, isso poderá trazer prejuízo na aprendizagem dos alunos que nelas estão matriculados.

3.6 Cotidiano escolar: As aulas e a doutrina cristã nas práticas pedagógicas

Quando no começo desta pesquisa decidi sobre o que iria investigar, me vieram muitas perguntas. Aos poucos fui defini que as práticas pedagógicas seriam o centro principal, porque são dessas práticas que emergem um conjunto de ações docentes que se ligam à rotina escolar de sala de aula e da comunidade.

Ao colocar as práticas no cotidiano escolar, no decorrer dos diálogos com as ex-professoras rurais, fui ouvindo e interpretando o que elas colocavam do dia-a-dia das escolas. Não fui co-participante do cotidiano narrado, mas entrei no mundo desse cotidiano escolar ao ouvir horas e horas as lembranças e depoimentos dessas ex-professoras.

Para transcrever o que eu ouvi, em primeiro lugar tive que acreditar que essas mulheres estavam falando o que se passou nas suas práticas educativas. Sim, tive que entender o que elas colocavam, eram frutos de suas lembranças, algumas informações, às vezes, vinham em gotas, outras vinham em turbilhões. Aos poucos fomos juntando tudo que era dito e o que era silenciado.

⁴² Atualmente a SECAD Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, coordena esse Projeto. Para maiores informações acessar www.mec.gov.br/secad/escolaativa.

Sobre cotidiano nas pesquisas educacionais vamos ter em Chizzotti, (1992), alguns esclarecimentos iniciais, por cotidiano escolar ter sido pesquisado com frequência em educação, já que se constitui em estudos sobre atividades do dia-a-dia e as interpretações que as pessoas vão construindo dos seus múltiplos significados.

Além de suas práticas nas salas de aula, ou seja, as aulas propriamente ditas, quase todas as ex-professoras rurais disseram nas suas falas, de uma prática que estava muito ligada à questão da religiosidade do lugar e à sua própria posição e opinião com relação a religiosidade. Quase todas as ex-professoras rurais entrevistadas foram catequistas de seus alunos e de crianças da comunidade. A iniciação da criança na doutrina religiosa aconteceu pela via da escola, tendo como principal mentora dessa prática cotidiana a professora.

Vamos ter nos seus relatos além da aula regular, a educação religiosa, orientada, seja no espaço da escola, seja no espaço de sua casa. A religião fazia parte das disciplinas escolares, e o catecismo, como preparação para a primeira eucaristia, estava mais ligado à Paróquia, porém, os alunos também participavam. Esse trabalho de cunho religioso e voluntário vai dar sustentação à autonomia docente, que às vezes fragilizada pelas más condições da escola ou pela falta de um domínio didático dos conteúdos, colocava em risco o sua profissão.

Vejamos o que relatam as professoras:

Lucimar Lopes, conta como passava para os alunos a doutrina religiosa:

Eu além das aulas dava o catecismo aos alunos aqui do Retiro, primeiro porque eu acho importante passar para os alunos essa crença em Jesus Cristo. Era até um momento bom e diferente para as crianças. Depois, quando eu cheguei aqui, a minha cunhada Maria Moreira, que foi professora municipal numa cadeira isolada aqui, já ensinava o catecismo às crianças. Então quando eu, quis seguir o mesmo ritmo que Maria já tinha. E sempre deu certo. Os pais achavam muito bom, a gente iniciar a vida religiosa desses meninos, e eles precisavam. Isso ajudava na educação deles .

A visão da professora com relação ao catecismo girava em torno de uma tradição da profissão do magistério e a família reconhecia a importância da iniciação da vida religiosa dos alunos na escola, afirmando que essas orientações religiosas ajudavam na educação desses alunos.

A professora Luzinete Ribeiro, completa as ideias de Lucimar Lopes e defende a prática da educação religiosa na escola.

Eu sempre gostei de ensinar a doutrina religiosa as crianças, pois acho que a gente começa bem, quando coloca na cabeça dessas crianças o amor de Deus e o respeito ao outro. Eles ficavam mais atentos no dia do catecismo, do que mesmo nos dias de aula. Os pais achavam sempre bom esse momento da reza. Muitas crianças aprendiam a respeitar mais os outros e a rezar. Hoje já não é a escola a responsável por essa parte da educação. Acho que a educação religiosa deveria sempre ter em toda escola.

A prática religiosa nas escolas rurais era mais freqüente do que nas escolas urbanas, a professora se dedicava a esta atividade como se fizesse parte de suas práticas na escola. Para as professoras foi muito importante manter esse tipo de atividade com as crianças e os jovens, porque complementava a educação que naquela época se apresentava com tantos problemas e carências.

A regência da sala de aula se tornava uma rotina, principalmente nessas escolas, que não tinham recursos didáticos. Antes de iniciar a aula havia o momento da oração, depois o professor fazia a correção do “dever de casa”, em seguida uma leitura, do livro (carta de ABC, cartilha ou outro livro), ditado ou cópia e a atividade de casa. As aulas de matemática se resumiam nas quatro operações: adição, subtração, multiplicação e divisão. A tabuada quase todos os dias e os deveres de classe e de casa.

As aulas de ciências e estudos sociais, os alunos só estudavam a partir da 2ª série, por meio dos conhecidos questionários. A partir dos anos 80, é que a didática de sala de aula vai ganhando inovações com as capacitações de professores, e as novas concepções de ensinar e aprender ganham adeptos nas escolas rurais, onde o ensino era muito conservador.

3.6.1 Os eventos escolares ou datas comemorativas

Os eventos escolares ou as datas comemorativas como ficaram mais conhecidas nas escolas, principalmente rurais, fazem parte das práticas pedagógicas das escolas, complementando assim de forma sistemática os conteúdos e o currículo das escolas.

As datas comemorativas serviam também para chamar a atenção da comunidade a respeito de determinados assuntos, bem como levar aos alunos a questão do civismo, do respeito.

Quanto aos eventos percebemos nos relatos, que seriam também momentos para mostrar as autoridades municipais a atuação e o trabalho da escola, ou seja, procurava-se demonstrar sempre o lado positivo. Veremos quais as datas mais comemoradas nas escolas. Qual o motivo dessas comemorações e como eram comemoradas.

Vejamos o que disseram as professoras:

Ednúbia Rolim relata sobre as datas comemorativas, trazendo um pouco da docência de sua mãe na escola Santa Inês:

A minha mãe não deixava passar nenhuma data, todas as datas ela comemora; todas e fazia aqueles eventos tudo muito bonito (pausa). Com coisas naturais daqui, inclusive a escola já tinha um palco pronto para todas as festas. E depois quando nós fomos para o CERU, já na década de 80, né... Tia...também que não deixava passar nenhuma data sem fazer aquela comemoração, aquela festividade... 7 de setembro, Coroação de Nossa Senhora...

A gente comemorava o dia da árvore, aí as famílias participavam. As festas eram grandes eventos com a participação de todo mundo.

As outras professoras, relatam fatos muitos parecidos com relação às datas comemorativas que se transformavam em momentos cívicos ou religiosos, vejamos o que fala Vicência de Jesus:

As datas que a gente mais comemorava era o dia das mães, então fazíamos uma sessão e dava os presentes as mães. Era um dia de muita emoção. Muitas mães chegavam a chorar. Apesar de ser uma festinha simples, era um momento de grande contentamento. Outra data era o 7 de setembro, a gente cantava o hino nacional ou o hino da independência, não hasteava as bandeiras, porque no grupo não tinha. Mas, os alunos ficavam informados dos acontecimentos da pátria.

A professora Tereza Nicolau, acrescenta de forma muito clara: “a gente comemorava mais o dia das mães e as novenas do mês de maio, para valorizar Nossa Senhora, nossa mãe”. A professora Maria Pinheiro, disse que na sua escola não se dava muita ênfase as datas comemorativas, depois de pensar um pouco ela falou:

A gente comemorava poucas datas comemorativas, era mais aula mesmo, mas em minhas lembranças as datas de maior destaque eram o dia das mães e o dia 7 de setembro. O dia 7 de setembro tinha um valor maior, porque tanto as escolas rurais como as escolas urbanas festejavam. Inclusive, o município todo se mobilizava nesse dia para fazer um desfile muito bonito. Mas, a festa maior era na cidade mesmo. Todas as escolas participavam: as do Estado, do município e as particulares. Lembro que todos iam para a rua ver o desfile e as bandas de músicas.

Complementando as palavras das professoras anteriores, Frassinete Ribeiro falou das datas comemorativas e enfatizou a participação dos pais nas reuniões, fazendo uma crítica, porque não se discutia a aprendizagem dos alunos e nem se fazia nenhuma ata para registros:

Na nossa comunidade do Arraial, a gente comemorava sempre na escola o dia das mães, a coroação de Nossa Senhora, o dia do estudante e o dia 7 de setembro. Com mais animação era sempre muito festivo o dia das mães e o 7 de setembro. O dia 7 de setembro era muito divulgado e o desfile das escolas da cidade tinha muitas representações. A cidade parava para ver as escolas desfilando. Eu mesmo achava muito bonito. Nas escolas rurais era mais simples, mas a gente também comemorava. Exaltava-se muito D. Pedro I, Princesa Isabel (pausa). Essas figuras ilustres da história. Lembro que tinha também as reuniões de pais e mestres, mas nessas reuniões não se discutia a aprendizagem dos alunos e nem registrava nada em ata.

Comungando das mesmas opiniões sobre o 7 de setembro a professora Luzinete Ribeiro, enfatiza o patriotismo, ao mesmo tempo que faz uma crítica ao Brasil de hoje, de maneira bem ética:

Eu achava sempre muito bom fazer festinhas comemorativas com os alunos, mas, o que mais me conquistava era quando meus alunos começavam todos bem iguais cantarem essa parte do hino nacional: “Ouviram do Ipiranga às margens plácidas de um povo heróico, o brado retumbante... Fazia tudo para explicar a eles o respeito à nossa pátria Brasil. Hoje devido tantas coisas erradas que acontecem... Já não se tem mais esse respeito (sorrisos). Às vezes fica difícil para o professor explicar para os alunos os erros de algumas autoridades... Você entende né?

Nos depoimentos de todas as professoras, as datas de maior destaque foram: o dia das mães e o dia 7 de setembro, porém eram momentos de encontro entre os alunos, pais e professores. No dia das mães geralmente eram realizadas sessões tradicionais de homenagem, mas não se questionava a participação dos pais na educação dos filhos, nem nesse dia e nem nas reuniões como relata a professora. O dia 7 de setembro era comemorado exaltando-se alguns personagens da história, porém os alunos e a sociedade não questionavam as autoridades do país e do município a respeito das desigualdades sociais, das injustiças, da educação carente e fragilizada, dentre tantos outros problemas que existiam e às vezes eram camuflados justamente com essas festas ou visitas de autoridades no município, para participarem de inaugurações de obras ou festejos.

3.7 As escolas rurais sob a nossa percepção das professoras

Apesar de nesta pesquisa o foco maior ser a história e memória das práticas pedagógicas no início da formação dessas escolas, sentimos a necessidade de fazer uma visita às escolas em atividade citadas pelas professoras, já que para emitirmos opinião acerca da situação atual da escola, é imprescindível esse olhar mais real ao nos aproximarmos do objeto.

As visitas se constituíram em momentos mais de observação, do que mesmo de perguntas, até porque os meus sujeitos, na sua maioria já não estavam mais trabalhando nas escolas, porque já estavam aposentadas. As entrevistas foram realizadas em suas casas ou em local escolhido por elas. Das dez entrevistadas, apenas uma está em atividade.

Das escolas que fazem parte dessa pesquisa, as três em atividade: Escola de Ensino Fundamental Afonso Ribeiro, Escola de Ensino Fundamental Dr. Leão Sampaio e o Centro de Educação Rural Pedro Raimundo da Cruz, são escolas que sempre tem se destacado junto à comunidade, pelo trabalho que realizam. Devido às duas primeiras escolas fazerem parte das construídas na década de 1960, as professoras entrevistadas estão aposentadas e conforme o depoimento das mesmas pode perceber algumas mudanças entre aquilo que elas disseram e o que observamos hoje.

Outra mudança é que a maioria das escolas rurais tem Núcleo Gestor, com diretor geral e pedagógico e todos ou devem ter uma formação voltada para gestão, ou pelo menos uma especialização ou curso de extensão. Isso proporciona uma melhora na gestão das escolas rurais, antes muito discriminadas.

As salas de aula não mudaram muito. As carteiras enfileiradas, cartazes expostos nas paredes de forma desorganizada. Uma lousa nem sempre em boas condições. E uma mesa ou birô do professor. Algumas dessas escolas tem carteiras novas, porque foram beneficiadas por um projeto federal, mas outras as carteiras estão em condições precárias. O muro construído recentemente traz sinais de que nem tudo está tranquilo na zona rural. Outras com aspecto de uma escola que precisa de uma pintura nas paredes e de uma limpeza geral para melhorar as condições de funcionamento.

Um aspecto bem visível é a questão política municipal. A administração ao assumir o seu mandato, impõe a cor do seu partido político, assim, às escolas eram amarelas, passaram a ser pintadas de verde, as fardas das escolas também foram mudadas

para a cor verde, maneira então de dizer que o prefeito é outro. Um aspecto positivo que gostaria de dizer é que no slogan do município foi usado apenas o brasão do município com a frase “Governo Municipal”, nesse aspecto questiono: será que é porque no brasão predomina a cor verde? De qualquer forma valeu, é uma maneira do povo conhecer a história local, já que esse símbolo traz consigo um pouco de cada missãovelhense.

Na Escola Dr. Leão Sampaio encontramos um professor ministrando aula no ensino infantil, essa prática não era comum na década de 1960. Na nossa pesquisa nenhum professor homem foi identificado nos anos 60, só mais recentemente nos anos 80. Na mesma escola encontramos uma técnica da Secretaria Municipal de Educação aplicando a Provinha Brasil⁴³.

Com certeza o ensino rural melhorou, é notório, as professoras entrevistadas comungam com a mesma opinião, mas esta não é uma realidade única em todos os estados ou municípios brasileiros, porque ainda existem escolas rurais em situação de muita carência e dificuldade. No caso de Missão Velha, podemos afirmar que o ensino rural está melhor do que nas décadas de 1960, 1970, 1980, mas, poderia está bem melhor, tendo em vista que nos anos citados, a educação não tinha recursos financeiros próprios, pois hoje sabemos que o FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica), preenche essa lacuna de recursos para investimentos e o pagamento dos salários dos professores que tanto reclamávamos.

A Escola de Ensino Fundamental Afonso Ribeiro também dá sinais de que melhorou, porém ainda persistem algumas práticas que prejudicam a aprendizagem dos alunos e o trabalho pedagógico do professor. Encontramos uma sala de aula, dividida em duas com armários servindo de parede, uma capela construída na comunidade, mesmo sem a construção concluída, já se utiliza como sala de aula (anexo da escola), o que explica o aumento da demanda de alunos na localidade.

As escolas da zona rural representam para os moradores um local quase sagrado. É uma referência de respeito, de conhecimento e de educação para os seus filhos. É também um local onde acontecem muitas vezes, festas e eventos sociais (casamentos, aniversários, bodas, campanhas de saúde, entre outros), por falta de outro espaço físico adequado. Já para a administração municipal e os políticos, a escola representa um lugar também de respeito e educação, porém de controle, pois eles partem do princípio que os

⁴³ É uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças que estão cursando o 2º ano do ensino fundamental, matriculadas nas escolas públicas. Para maiores informações sobre o assunto acessar o site www.provinhabrasil.inep.gov.br

professores são formadores de opinião, e dessa forma influenciam nas decisões políticas do povo. O que comprova essa afirmativa é que quando acontecem eleições municipais e o prefeito muda, acontecem muitas transferências de professores de uma escola para outra e de uma localidade para outra. As demissões são restritas, porque nesse município a maioria dos funcionários e professores municipais são concursados, com exceção dos cargos de confiança, mas vez por outra, os prefeitos tentam anular concursos para dar emprego aos seus correligionários ou deixam de convocar os concursados e colocam prestadores de serviço.

Quanto aos arquivos escolares, apesar do descaso que ainda perdura com relação à memória da escola e o cuidado com os documentos, os arquivos estão mais organizados. Pelo menos as fichas individuais dos alunos com a documentação mínima exigida que é o registro de nascimento, boletim com as notas e os diários de classe, livros de atas das reuniões. Com a facilidade de aquisição de câmera fotográfica, os diretores e professores das escolas estão fotografando muitos eventos escolares, dessa forma se esse acervo for preservado no futuro teremos registros da história das escolas, e quanto a isso sensibilizarei as escolas com o intuito de resguardar esses acervos, porque quando sai um gestor muitos arquivos são deixados de lado ou quando são deixados, quem entra não preserva.

As informações do Programa Gerador do Censo, só começaram a funcionar no município a partir de 2005. E somente a partir de 2006 esses dados do Sistema passaram a ser informatizado pelo Ministério da Educação.⁴⁴ Foi a partir daí que veio a preocupação de se organizar os arquivos escolares, muitas escolas rurais ainda não tinham a ficha individual do aluno com a sua documentação, e quando tinha essa ficha, estava vazia sem documento do aluno. Na época do SELO UNICEF (2006)⁴⁵ com a campanha Registro de Nascimento muitos alunos que ainda não tinham a sua “Certidão de Nascimento”, participaram da Campanha e assim, o município conseguiu a meta de registrar aqueles alunos que estudavam sem nenhum documento. Dessa forma, as informações de algumas escolas rurais são passadas para o Setor de Informação da

⁴⁴ Quanto à informatização desses dados do Censo Escolar, acompanhei de perto essa mudança no município estudado, pois na época estava trabalhando na Secretaria Municipal de Educação. As escolas rurais não estavam preparadas para a mudança, o trabalho foi exaustivo para se cumprir a exigência do Ministério da Educação.

⁴⁵ Conquistado pelo município de Missão Velha em duas Edições seguidas 2006 e 2008 (Município Aprovado). Sobre o que é e como conquistar o SELO UNICEF, acessar www.selounicef.org.br

Secretaria Municipal de Educação e informatizadas. Em outras escolas onde há computador, os secretários escolares já passam os dados informatizados.

Quanto aos trabalhos administrativos e burocráticos, acrescento que foi positiva a presença do secretário escolar nas escolas rurais, porque além de ser responsável pela organização do arquivo, ele também cuida das matrículas junto com o núcleo gestor, notas e transferências dos alunos, de maneira que a parte burocrática da escola passou a ter mais organização, tendo em vista que o profissional responsável por esse trabalho tem curso específico para assumir essa função e número de registro do Conselho de Educação do Ceará. Além desse trabalho o Secretário Escolar juntamente com o núcleo gestor faz o acompanhamento dos índices de aprovação, reprovação e evasão.

As escolas rurais citadas umas com maior destaque e importância tanto devido à sua localização estratégica, quanto pelas pessoas da comunidade que ali estavam a frente da escola, representaram instituições que colaboraram não só com o ensino, mas diria com a educação do povo da zona rural.

3.7.1 Percepção das escolas rurais na voz das professoras

Durante todo o percurso da pesquisa, vamos sempre percebendo como é entendida a educação rural no contexto local, tendo em vista que, tanto os profissionais da educação como os de outras áreas vão nos interpelando sobre o porquê da escolha de pesquisar as escolas rurais. Na própria maneira de perguntar de algumas pessoas percebemos como a educação rural ainda é vista como uma educação diferente, com menos oportunidade.

A concepção de que a escola urbana é melhor do que a rural, tem suas origens no próprio surgimento dessas escolas. A escola da zona rural às vezes era improvisada em qualquer lugar, a professora era àquela que tinha menos formação. Isso colocou em xeque a imagem negativa da escola rural, quando as escolas isoladas são denominadas de “escolinhas” do sítio “x ou y”, os autores nos colocam como essa concepção é forte ao afirmar:

Também existe a concepção de que a escola urbana é melhor do que a rural. Isto coloca mais uma vez o determinismo geográfico como fator regulador da qualidade da educação, sendo um critério equivocado da política de investimentos. É mais uma falsa idéia. O que está em questão é um projeto de escola que tem uma especificidade inerente à histórica luta de resistência camponesa, indígena, negra... Ela deveria ter valores singulares que vão em

direção contrária aos valores capitalistas e a lógica patronal. Este é um dos seus elementos fundamentais (FERNANDES, CERIOLI E CALDART, 2008, p.39)

Ao conversar sobre esse assunto com as ex-professoras rurais, vamos observando que cada uma delas defende à sua maneira a educação e as escolas rurais, de forma que seja mostrado o lado bom dessas instituições, porém no final de suas falas, elas concluem que na visão dos pais e de outras pessoas, a escola urbana era sempre melhor. Daí muitos deixarem seus filhos na escola rural só até ser alfabetizado ou fazer apenas o ensino fundamental I, que corresponde atualmente até ao 5º ano.

Iniciando esses depoimentos pelas professoras rurais do sítio Arraial, da Escola Dr. Leão Sampaio, vemos o que ela (Frassinete Ribeiro) fala da escola e dos alunos:

No meu tempo de professora, a gente repassava o conteúdo para os alunos com a maior dedicação. Eu nunca me decepcionei com os meus alunos. Apesar de muita coisa que faltava nas escolas rurais, nós conseguíamos fazer o aluno aprender. (Pausa)...Acontecia que os pais achava melhor colocar os filhos na cidade, ou seja, partia para coisa melhor (risos). Não adianta a gente querer dizer que todos estavam satisfeitos, apenas se conformavam com aquela situação, mas havia interesse dos alunos e o respeito. Isso aí já era importante para o trabalho da professora.

No seu depoimento, a professora Frassinete Ribeiro, ressalta o seu compromisso com o conteúdo e a aprendizagem dos alunos, mas não desconhece que a escola rural precisava melhorar e os pais consideravam a escola urbana melhor, porque oferecia melhores condições. Em contrapartida o conformismo diante daquela situação inibia a melhoria das condições de trabalho das professoras.

Ao ouvir a opinião da professora Wilma Quinderé, assessora do prefeito da época em que foi construída essa escola, (por sinal ela esteve presente no dia da inauguração dessa escola, em 1968, ela dá a sua opinião a respeito do ensino rural colocando o ontem e o hoje:

Lógico, que hoje é melhor, porque o professor está mais qualificado. Mas, para aquela realidade, foi importante, porque eles(os professores), foram suprir uma necessidade. O professor não era qualificado, mas de qualquer maneira deu a sua contribuição a educação. Hoje há mais facilidade. O ensino está mais ampliado e os professores quase todos tem sua formação: tem 2º grau, curso superior e até especialização.

Continuando, ela completa justificando uma crença dos pais, na sua percepção:

Os pais deixavam de matricular seus filhos na escola rural, não porque não acreditassem. É porque não tinha um professor capacitado (digo capacitado na questão da formação certa) para ministrar 4ª série, 5ª série. A zona rural era mais para alfabetizar, era 1ª, 2ª....

Outros depoimentos foram sendo ouvidos, e dessa forma se confirmando a percepção das pessoas acerca da escola rural:

“Muitos pais, a partir da 4ª série, já colocava os filhos nas escolas da cidade, ou seja, partir para outra melhor”. Isso quando na zona rural já tinha até a 4ª série, porque no começo era mais, 1ª, 2ª e 3ª”(Frassinete Ribeiro).

A professora Maria Pinheiro relata:

Na época que eu ensinei só tinha até a 2ª série na zona rural. A partir da 3ª o aluno já vinha para a cidade. Eu acho que tem pais que dizem que na cidade os alunos aprendem mais. Isso, porque as escolas da cidade tem mais condições. Pois, a escola rural ficava sempre para depois, acho que por isso, as pessoas tinham essa opinião. (pausa). Mas, sabemos que foi importante essas escolas e muitos alunos que continuaram com os estudos chegaram a se formar e ter uma profissão.

Quando a professora reconhece a importância da escola rural na educação, e por outro lado diz que essa escola ficava sempre para último plano, confirma que as políticas públicas tratavam com descaso, mas mesmo assim, muitas escolas conseguiram permanecer, sem ser extinta.

O depoimento da professora Ednúbia Rolim, reforça a idéia a respeito de descaso com as escolas rurais, quando ela diz:

Quando o CERU, começou a funcionar, Tia L... pediu ao prefeito da época para colocar no CERU professores qualificados (formados), porém encontrou muita resistência, pois na opinião de muitos qualquer pessoa podia ensinar nas escolas rurais, não precisava ter formação.

Ao ler atentamente todos os depoimentos das professoras entrevistadas, sobre o que pensam do ensino rural em comparação com o urbano, elas deixam claro que o ensino rural, como não fazia parte das políticas do governo e até porque o que se fazia pelo ensino rural quase ninguém notava, era inferior, em vários aspectos citados pelas professoras, tais como: infra-estrutura precária das escolas, falta de material didático, funcionários sem a preparação adequada, falta de água, energia e às vezes até banheiro. A Cantina era um quartinho pequeno, que servia mais de depósito, do que mesmo de

cantina. Muitas vezes, material, merenda e documentos da escola eram guardados na casa da professora, porque não havia funcionário para cuidar da documentação da escola.

Podemos dizer que muita coisa melhorou nas escolas rurais, porque todos os professores tem a sua formação adequada, as escolas tem água e energia. A questão da higiene foi colocada em evidência, construção de banheiros, cantina, depósito para merenda, tudo isso foi revisto. E mesmo assim ainda temos algumas escolas com problemas ignorados pelos gestores.

Outro ponto muito negativo apontado pelas professoras é que a maioria das escolas rurais não tinha uma secretária com registro para assinar as transferências dos alunos quando eles concluíam o ensino fundamental. Poucos profissionais da educação municipal tinham essa formação exigida pelo Conselho de Educação do Ceará, consequentemente havia a falta de credibilidade na escola rural, pois alguns diziam, que a escola não tinha registro e os alunos estavam estudando sem que tivesse validade, ou seja, quando fosse necessário estudar em outra escola ou outra cidade, não tinha como comprovar em documentos. Quando a Secretaria de Educação começou a organizar a parte burocrática das escolas rurais, a partir dos anos de 1980, ficou mais fácil de defender a proposta do ensino dessas escolas, já que o aluno tinha a sua vida escolar registrada nos seus arquivos. Isso vai revitalizar a organização dos arquivos escolares, tendo a parte documental como o início da organização burocrática das escolas municipais rurais.

Atualmente, essa parte burocrática continua sendo organizada. As escolas, além de ter o auxiliar de secretaria com o ensino médio, têm uma secretária escolar com formação adequada e registro, capaz de organizar o arquivo da escola de forma correta e segura, sem causar transtorno aos alunos que precisem de seus documentos de transferência para estudar em outra escola ou de declaração de conclusão do ensino fundamental.

Sobre os documentos escolares, é importante chamar atenção para:

Nossos documentos escolares tem sido inúmeras vezes vistos como um amontoado desconexo do qual precisamos nos desvencilhar, e o que fazemos arbitrariamente, justificados pela falta de espaço e o acúmulo de papel no fundo, o que falta, inúmeras vezes, é a consciência do valor histórico dos documentos produzidos institucionalmente, é a permissão ao direito à memória, que acompanha o direito à cidade e à cidadania. (NUNES, 2003, p.141).

Isso que a autora afirma é uma realidade gritante, muitos arquivos escolares são abandonados, dentro do espaço escolar, quando muitas vezes jogados no lixo, porque não enxergam a importância dos mesmos para a escrita e análise da história da educação.

Em conversa com a atual equipe técnica da secretária municipal de educação, tive a informação de que ainda hoje, muitos alunos que concluíram o ensino fundamental da 1ª a 4ª série nas escolas isoladas ou grupos escolares da zona rural, tem dificuldade de encontrar suas fichas de matrículas e boletim de notas. A maioria desses arquivos foram extraviados.

O que nos anima é saber que os documentos escolares, agora fazem parte do arquivo das escolas rurais. Tem um lugar certo para ser guardado e preservado, pelo menos foi à idéia demonstrada nas escolas e no órgão oficial da Secretária Municipal de Educação. Os professores com formação adequada, variando entre o Magistério e Licenciatura em área específica ou Pedagogia. Vários projetos de melhoria para as escolas rurais e o Plano de Cargos e Carreiras sendo levado em consideração, apesar de serem por meio de muitas lutas, discussões e debates.

Apesar da maioria das professoras afirmarem que existe uma concepção negativa por parte de alguns pais, alunos, e pessoas da comunidade sobre a escola rural, os resultados de avaliação de desempenho mostra que as escolas rurais são boas, e trazem resultados melhores do que as escolas urbanas.

3.7.2 O que é ser professor na percepção das professoras

No decorrer das entrevistas, considerei relevante que cada professora apresentasse a sua opinião a respeito do que é ser professor. Para minha surpresa, consegui ouvir depoimentos sinceros e emocionantes, verdades sobre o ser professor, na voz de protagonistas que viveram a profissão. O texto foi elaborado em forma de fragmentos, e vem complementar a nossa pesquisa.

Ser professor é ter amor e dedicação pelo que faz. Acho que a professora é a segunda mãe (Tereza Nicolau).

É instruir... Um meio de instruir os outros no caminho certo, tanto na vida como na educação e na religião (Antonia Neves).

É ter muito amor e dedicação. É ser compreensiva com àqueles que não conseguem aprender como gostaríamos que aprendesse. Mas precisa ser mais valorizado (Vicência de Jesus).

É procurar fazer sempre o melhor na sala de aula. Ter compromisso com a aprendizagem do aluno e a formação moral e espiritual daquelas crianças e jovens. (Luzinete Ribeiro).

É fazer com que o outro (o aluno) descubra a maneira de viver feliz, sempre aprendendo coisas novas, pensando num futuro melhor (Celina Martins).

A professora Wilma faz uma relação da profissão com vocação e a vida:

Para mim foi uma escolha de vida. Sou professora por vocação. Acredito que a educação é a base de tudo na vida e o professor tem que ser acima de tudo educador. (Pausa) Ele vai transformando a mente das pessoas, comportamento e maneira de ver a vida (Wilma Quinderé).

As outras falam em frases curtas o que pensam:

É se dedicar totalmente à missão de ensinar e educar e fazer o aluno ver a vida e o mundo de maneira mais consciente (Frassinete Ribeiro).

É ter dedicação pelo que faz ensinar a todos sem distinção. (Maria Pinheiro).

É amar a missão de educar. É ensinar sem se reclamar. É procurar melhorar a escola. É trabalhar por vocação e não só por dinheiro (Luzia Luzilmar).

É ter muita responsabilidade, é procurar entender o possível e o impossível daquele aluno que vem para escola não só para aprender, mas para ser ouvido e entendido (Lucimar Lopes).

A professora Ednúbia Rolim conclui:

É se dedicar de corpo e alma à missão de ensinar e educar. É se envolver nas atividades da escola e da comunidade. É também criticar quando for preciso. Ser professor encerra três palavras: trabalho, ensino e dedicação (Ednúbia Rolim).

Assim, essa compreensão da educação, ouvindo o que as ex-professoras rurais pensam da profissão “professor”, traz algumas aproximações do que também penso sobre que é ser professor, acrescentando que além da formação profissional adequada, o professor precisa atualizar-se frente às inovações do ensino e da educação e ser aberto as mudanças. Acredito que nesses dois últimos aspectos citados os professores rurais

fizeram certa resistência, pois defenderam o ensino tradicional e mantiveram o perfil vocacional como base educativa embora anunciassem desejo de melhoria salarial.

As palavras mais ditas pelas entrevistadas estão nos discursos de muitos professores e pesquisadores. O que explicaram ser professor na percepção delas: amor, dedicação, missão de educar, maternidade, instrução e aprendizagem, compromisso, vocação, formação do cidadão, compromisso, responsabilidade, conhecimento, formação profissional e valorização do professor.

Dessa maneira, podemos perceber porque essas professoras conseguiram transpor as barreiras nas escolas rurais, pois apresentavam perfis de professores entusiastas, otimistas, devotadas ao ensino, porém, já questionavam a falta de valorização do magistério, apesar de compor um grupo de professores conservadores, tinham a capacidade reflexiva da profissão.

IV Considerações Finais

“As escolas também são celeiros de memórias, espaço nos quais se tece parte da memória social. As reminiscências desse espaço são possíveis pela estrutura das suas rotinas e sua continuidade no tempo “ (NUNES, 2003,p. 137).

Ao concluir esta pesquisa sobre as práticas pedagógicas das escolas rurais municipais de Missão Velha, trago nesse pensamento de Nunes (2003), a reflexão de que as escolas retratam a memória da educação e isso só é possível, porque a organização da rotina, sua institucionalização e a continuidade no tempo passam a fazer parte da nossa vida e da vida das comunidades, seja urbana ou rural.

Esta contribuição para a história da educação, a partir das narrativas das ex-professoras rurais, que trazem nos seus depoimentos suas trajetórias de formação, as práticas pedagógicas e como elas deram continuidade ao trabalho docente frente a tantas dificuldades, nos fazem compreender esse caminhar na educação. Refletimos acerca das categorias que se apresentaram exploradas nas entrevistas que fosse constituíram o corpus da pesquisa.

Ouvi atentamente as narrativas das ex-professoras rurais, dialoguei com elas e aos poucos, compreendi o que cada palavra ou frases curtas ou longas traziam sobre a educação e o ensino rural. Nessas entrevistas desvelamos na parte inicial as trajetórias de formação das ex-professoras, desde as suas dificuldades até a sua nomeação como professora e no final da carreira a aposentadoria.

A opção por revelar os seus nomes nos depoimentos foi conversado com elas no decorrer da pesquisa, até que concordassem e assinassem o termo de consentimento. Acredito que isso vai dar mais originalidade à pesquisa, já que essa construção histórica traz um pouco de cada uma das ex-professoras entrevistadas e também daquelas que não foram entrevistadas, mas também fizeram parte do sistema educacional municipal. As protagonistas saem do anonimato, porque deram os seus nomes e relatos para escrever a história das escolas rurais, mostrando como a mulher foi importante nesse processo da educação e do ensino rural.

Todas as entrevistas foram relevantes no contexto da pesquisa, pois cada uma ia complementando a outra. Dessa maneira as entrevistadas exploravam o tema central e as categorias foram surgindo mediadas pelo diálogo, de maneira que, construí com as ex-professoras esta pesquisa, acreditando que as conclusões tiradas colaborarão para o

entendimento do processo educacional municipal rural. Detectamos quais os pontos fortes e os pontos fracos da educação municipal, o que melhorou e em que o ensino rural não avanço.

Nas narrativas podemos destacar: as escolas rurais municipais de Missão Velha tiveram início nos anos 1960, e a partir de 1963 muitas escolas são construídas nas áreas rurais, algumas por iniciativa da própria comunidade ou a casa da professora funcionava como escola; outras por iniciativa dos prefeitos para fortalecer a política partidária, ou com projetos federais, como também os prefeitos usavam a construção dessas escolas para se promoverem politicamente.

As inaugurações eram verdadeiros comícios políticos, mesmo sabendo que após esse momento de inauguração as autoridades iriam demorar muito tempo para voltarem a visitar a escola. Isso está nas falas das professoras, quando elas disseram, que era muito difícil o prefeito ou o secretário de educação visitar uma escola rural.

As escolas rurais passavam muitas dificuldades, faltava até o giz, o único recurso didático que o professor tinha. A maioria não tinha filtro, nem água e nem energia. As bibliotecas só nas escolas urbanas de médio e grande porte. Hoje algumas escolas rurais possuem suas bibliotecas, porém de forma precária. Aos poucos, com as mudanças, acontecem as melhorias nesses espaços escolares, a partir da própria formação do professor.

Quanto à formação profissional, das onze professoras entrevistadas, que lecionavam entre 1960 e 1970, a maioria não tinha formação adequada. Tereza Nicolau, Maria Pinheiro, Frassinete Ribeiro, Luzinete Ribeiro e Vicência de Jesus eram leigas e permaneceram leigas, apesar de algumas terem participado do curso de formação para professores rurais. Antonia Neves, Celina Martins e Lucimar Lopes, faziam o curso Normal, (quando já ensinavam), dessas, Celina Martins e Lucimar Lopes deram continuidade aos estudos e concluíram nível superior (Licenciatura). Wilma Quinderé, que na época era assessora fez o curso Normal e concluiu nível superior em História. Da década de 1980, temos Ednúbia Rolim e Luzia Luzilmar que concluíram nível superior em História. Dez destas ex-professoras rurais estão aposentadas, apenas uma em atividade (Ednúbia Rolim), duas delas foram agentes de saúde (Frassinete Ribeiro e Vicência de Jesus), sete foram catequistas (Celina Martins, Lucimar Lopes, Antonia Neves, Maria Tavares, Frassinete Ribeiro, Tereza Nicolau e Vicência de Jesus).

Esse é um retrato de como era precária a formação inicial do professor, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, e como foi forte e decisiva para a educação a sua atuação na comunidade. Só a partir de 1980, é que surgem os cursos de formação para professores leigos. E a partir de 1996, com a Lei 9.394/96, a formação do professor foi exigida e assim os professores leigos que não se adequaram à referida lei, tiveram que ocupar outras funções como agente administrativo ou auxiliar de secretária e auxiliar de serviços gerais.

Atualmente, o nível de formação dos professores da área rural de Missão Velha, que atuam na educação infantil, ensino fundamenta I e II e EJA I e II, se apresenta assim: De 241 professores na área rural, 195 são efetivos, destes:⁴⁶

34 com ensino médio (Curso Normal);

28 com ensino superior incompleto (cursando);

133 com ensino superior completo.

Prestadores de Serviço – 46

26 com ensino médio;

6 com ensino superior incompleto;

14 com ensino superior completo

Analisando esses dados podemos dizer que o ensino rural de Missão Velha, apresenta-se com aspectos positivos no tocante à formação dos professores, por não haver no quadro geral de docentes nenhum professor leigo.

As ex-professoras prosseguiram seus estudos e não se habilitaram para a profissão, quando o município começou a se adequar às exigências legais, alegaram os seguintes motivos:

- . Dificuldades para se ausentar de casa mais um período, já que tinha que trabalhar e tinha filhos pequenos,
- . Problemas de saúde com elas ou com a família,
- . Comodismo por parte delas e falta de incentivo.

Nas suas falas elas externaram de forma bem natural o amor e a dedicação pela profissão e quanto ao papel da mulher na educação rural, todas consideraram decisivo para a criação e a permanência dessas escolas, partindo da premissa de que elas tomavam

⁴⁶ Dados informados pelo Setor de Informações Educacionais do Município em 08/11/2010, ver anexo P com informações mais detalhadas .

conta da escola desde a matrícula dos alunos, contando ainda com outras atividades extraclasse como o catecismo e renovação e, às vezes, serviços ligados à saúde (agente de saúde), que alguma das professoras desempenhava. Uma característica quase missionária da professora rural é bem presente e desse aspecto missionário da professora, Lopes e Galvão ((2005), fazem uma reflexão acerca desse discurso que se repetiu ao longo da história da educação.

A pesquisa confirmou alguns pontos importantes para a compreensão da organização das escolas rurais no seu processo de formação: no período estudado de 1963 a 1989, podemos dividir da seguinte forma:

De 1963 a 1976 - Foi o período de maior concentração de professores leigos nas escolas municipais rurais;

De 1977 a 1989 – Foi o período em que as escolas rurais organizaram-se no que diz respeito à documentação e legislação, concomitantemente o município e o estado do Ceará ofertaram os primeiros cursos de formação para os professores rurais.

Nos depoimentos sobre as práticas pedagógicas, percebi que apesar da falta de formação de algumas professoras rurais entrevistadas, as aulas tinham certo dinamismo, apesar da carência de recursos didáticos e as tecnologias existentes hoje nas escolas como computadores, TV, DVD e som. As aulas seguiam certa rotina organizada pelas professoras e dava certo, os planejamentos na cidade (orientados pelas supervisoras municipais) ou feitos em casa e suas decisões no ato de ensinar iam facilitando o dia-a-dia de sala de aula, já que a secretaria não dava a atenção devida. Nas falas, mais de uma professora afirmou que usava material de sucata como recurso didático para suprir a falta de material que o município deveria mandar para as escolas e não mandava ou chegava atrasado.

Na parte religiosa, os depoimentos revelaram uma forte influência da Igreja católica, por meio das aulas de religião, o catecismo e as renovações rezadas pelas ex-professoras. Dessa apropriação da religião e do divino, as entrevistadas demonstram a sua influência nessas comunidades com a permanência dessas escolas, portanto a influência da igreja nas escolas rurais é inquestionável. Outras atividades vão permear as práticas, como por exemplo, as aulas de campo, tanto dentro como fora do município.

Ao me reportar aos eventos escolares, ou seja, às datas comemorativas citadas com maior frequência pelas fontes foram: 7 de setembro, dia das mães e as festas religiosas (novenas no mês de maio e as festas dos padroeiros das comunidades). O que

explica essa tríade de datas? A sociedade da época entendia o Brasil como um país voltado para o civismo, o conservadorismo e o respeito à pátria, tudo isso fazia parte do projeto político do governo e a escola era um lugar por excelência para colocar com maior rigor a prática desses eventos. O dia das mães exaltava a mulher como peça mais importante da educação dos filhos, “a rainha do lar” e as festas religiosas traduzem à tradição do nosso povo, devotado à religiosidade popular.

Um eixo central nas práticas pedagógicas se materializou nas salas multisseriadas, sendo a principal marca dessas escolas. Uma observação importante na fala das professoras é que mesmo a organização sendo salas multisseriadas, o aluno aprendia e era alfabetizado e depois prosseguia os estudos. Quando não tinha na escola rural a série que o aluno iria cursar, ele vinha para a cidade. Isso quando os pais podiam pagar um transporte, caso contrário o aluno vinha a pé, a cavalo ou de bicicleta. Muitos paravam de estudar. Após a cobertura total de verbas do governo federal, estadual e municipal com o transporte escolar a situação melhorou. Onde não há a série que o aluno vai cursar, há o transporte escolar e assim a universalização do ensino, meta do governo, começa a se efetivar. O número de salas multisseriadas diminuiu nos últimos anos, isso em decorrência de problemas com a aprendizagem dos alunos e os pais e as comunidades apresentarem resistência a esse tipo de organização.

Uma das professoras (Tereza Nicolau), durante a sua experiência como professora, ministrou aula na “Escola Radiofônica”, que funcionou no sítio Cachoeira, na sua casa, com o objetivo de alfabetizar os jovens. O professor Paulo Jácome era o responsável no município, junto à Diocese do Crato e a rádio educadora, que transmitia as aulas à noite pelo rádio. Esse projeto teve curta duração, mas conseguiu alfabetizar alguns jovens da comunidade do sítio Cachoeira.

Os depoimentos das professoras e o ato de buscar entender o que os relatos revelaram, podemos dizer que a didática de sala de aula não mudou muito. O giz e a lousa tão citados nas entrevistas, ainda permanecem como material predominante, seguido do livro didático.

No que tange às questões relativas à alfabetização, posso afirmar que a rede municipal rural deu enorme contribuição nesse aspecto, pois a causa de alfabetizar foi, portanto, outra marca da educação e do ensino rural. As ex-professoras rurais abraçavam a causa de alfabetizar, porque sabiam que depois o aluno podia prosseguir os seus estudos na cidade. O uso da Carta de ABC e da cartilha, livros usados em larga escala nessas

EJA	zona urbana.....	169
	zona rural	559

No cômputo geral, o número de matrículas da zona rural é maior do que da zona urbana. Na educação infantil e na educação de jovens e adultos a matrícula da zona rural também é maior. Apenas no ensino fundamental a matrícula da cidade é maior do que da zona rural.

Outra informação que merece registro é referente às avaliações de desempenho, do SPAECE-Alfa 2007 (2º ano do ensino fundamental)⁴⁸. As escolas rurais tiveram melhor desempenho que as urbanas, como observamos nos resultados oficiais, algumas dessas escolas:

.E.E.F. Diolina Maria de Barros – 196,2

E.E.F. Antonio Alves de Barros – 136,4

.E.E.F. Dr. Leão Sampaio – 122,7

Noemia Cruz Landim – 121,8

CERU – 91,5

Escolas urbanas:

E.E.F. Lourival Dantas Ribeiro – 113,2

E.E.F. Joaquim Gonçalves – 61,6

E.E.F. Felipe Gomes Ribeiro – 44,8

No SPAECE- Alfa 2009 (2º ano), Missão Velha teve excelente resultado, e foi comemorado no meio educacional.

O projeto Escola Nota Dez⁴⁹, com o objetivo de incentivar a alfabetização, o Governo do Estado concede uma premiação as 150 unidades públicas que obtiveram os melhores resultados de alfabetização, tendo como parâmetro o Índice de Desempenho Escolar – Alfabetização (IDE-Alfa). Missão Velha recebeu esse prêmio e a escola com o melhor desempenho do município foi da zona rural, a E.E.F. Antonio Alves de Barros do Riacho Seco.⁵⁰

Dessa forma, se de um lado a discriminação quanto ao ensino rural foi presente no período estudado, de 1963 a 1989 e ainda hoje alguns tem essa ideia de que o ensino das

⁴⁸ Fonte: CREDE 20 – Brejo Santo. Os resultados de todas as escolas estão nos anexos, fornecidos no setor de avaliação por: Eufrásio Manoel de F. Júnior em 07/07/2011

⁴⁹ Informações pesquisadas na sede da Secretaria Municipal de Educação, fornecidas por Vera Lúcia Pereira – Técnica da Secretaria 07/07/2011

⁵⁰ O atual gestor municipal Washington Fechine e o Secretário de Educação Isaque Evangelista comemoram esses resultados na educação rural.

escolas urbanas é melhor do que o ensino das escolas rurais, posso afirmar que isso nem sempre se confirma. Apesar das dificuldades, os resultados mostram o contrário. A escola rural tem apresentado os melhores resultados nas avaliações de desempenho.

Dos anos 60 aos anos 80, no período de formação dessas escolas, com a construção de escolas isoladas e grupos escolares, ou contratação de professoras para cadeiras isoladas, aconteceu a expansão do ensino rural e vemos que a oficialização dessas escolas nos anos 80, proporcionou a organização administrativa desses espaços de ensino e educação. A mulher foi a peça mais importante para a criação e manutenção dessas escolas.

E a formação histórico-pedagógica foi sendo construída à medida que as professoras permaneceram e foram participando de cursos de formação, ou se qualificando nas Escolas Normais ou nas Faculdades, nos cursos de licenciatura.

O município não adota nas escolas rurais a perspectiva da proposta de educação do campo, porém pretende conhecer como funciona essa proposta.

Algumas mudanças na educação rural podemos perceber no que diz respeito aos recursos disponíveis atualmente em algumas escolas: biblioteca começando a ser organizada, quadra, acesso à internet e laboratório de ciências (um número reduzido de escolas), e a maioria tem TV e vídeo/parabólica. É necessário melhorar ainda mais.

Compreendendo que a professora foi o centro do processo da formação das escolas rurais e com o intuito de mostrar o seu valor na educação trago uma frase do nosso grande poeta popular Patativa do Assaré: “Todo professor tem uma missão, se não houvesse professor, não haveria educação”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, Isabel. Os questionamentos do cotidiano docente. **Revista Pátio**, Porto Alegre, n. 40, p. 16-19, jan. 2007.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. (2008). **Fontes Oraís**: Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. (2005). Educação Rural como processo civilizador. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, M.H.C. (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: Paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALMEIDA, Jane Maria Fernandes. **A Reforma da Instrução Pública do Ceará de 1922**: as diretrizes da política educacional do governo Justiniano de Serpa. UECE, Fortaleza, 2009. 127 p. (Tese de Doutorado).

ALVES, Gilberto Luiz. (Org.). **Educação no campo**: Recortes no tempo e no espaço. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação Básica e o movimento social do campo, In: ARROYO, Miguel Gonzalez. **Por uma educação do Campo** (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ARRUDA, José Maria (Orgs.). **A era Jereissati**: Modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. P. 9-34.

AROSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica**: Teoria e Método. Bauru: Edusc, 2006.

ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva de. **Magistério Primário e Cotidiano Escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

AZZI, Sandra. Trabalho Docente: autonomia didática e construção do saber pedagógico. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes Pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2000.

BANDEIRA, Robson Torres; SILVA NETA, Maria Enésia da. **Virgílio x Tasso**: O mudancismo no Ceará, 2008.
www2.ipece.gov.br/encontro/artigos.2008. Acessado no dia 07/07/2011.

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). **Trajetória e Perspectiva da Formação de Educadores**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **Formação de Educadores**: Desafios e Perspectivas. São Paulo: UNESP, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Loyola, 2010.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **O ensino rural paulista: desafios e proposta**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa da fundação Carlos chagas, nº 56, agosto, 1986.

BOSI, Éclea. **Memória e sociedade**: Lembranças dos Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL, (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível www.mec.gov.br Acesso em: 18 fev.2009.

_____. **Plano Nacional da Educação**. Brasília: Senado Federal, 2001.

BRASIL. **Referências para uma política nacional de educação do campo**. Grupo de Trabalho de Educação do Campo. Brasília: Ministério da Educação do campo, 2004.

_____. **Diretrizes Operacionais para a educação Básica nas Escolas do campo**: parecer CNE/CEB 2001 e Resolução CNE/CEB 2002.

_____. **Programa Escola Ativa: Educação do Campo**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade. Projeto Base. Ministério da Educação. Brasília: SECAD/MEC, 2008.

_____. CONAE – Conferência Nacional de Educação. Documento final. Ministério da Educação, 2010.

_____. **Educação do Campo**: diferenças mudando paradigmas. Cadernos SECAC 2. Ministério da Educação. Brasília: 2007. www.mec.gov.br Acessado no dia 07/06/2011

BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Tradução de Sérgio Góis de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar E. 2005.

_____. **A Escrita da História**. Novas Perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, UNESP, 1992.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: Traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; KULESZA, Wojciech Andrzej (Orgs.). **A escola e a igreja nas ruas da cidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

CAVALCANTE, Maria Juraci (Org.) **História da Educação**: Instituições, Protagonistas e práticas. Fortaleza: UFC, 2005.

_____. (Org.). **História e Memória da educação no Ceará**. Fortaleza: Universitária, 2002.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica. **Plano de educação Básica: escola melhor, vida melhor: (2003/2006)**. Fortaleza: 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Memória e Sociedade. Tradução de: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

CHIZZOTTI, Antonio. O Cotidiano e as pesquisas em Educação. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Novos Enfoques da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1992.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB: ranços e avanços**. 3 ed. Campinas, SP: Papirus, 1987.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DIOGENES, Ana Márcia; BARROSO, Oswaldo. O Ceará de Curumins e Curuminhas. [S.l.], Expressão Gráfica, 2007.

DOSSE, François. **A história em migalhas**. Tradução Dulce O.A dos Santos. Bauru. São Paulo: EDUSC, 2003.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. In: VINÃO FRAGO, Antonio.; ESCOLANO Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP & A, 1998, p. 26-47.

FAZENDA, Ivani (Org.) **Metodologia da pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1992.

FERNANDES, Bernardo M; Cerioli, Paulo R; CALDART, Roseli S. Primeira Conferência Nacional “ Por uma Educação Básica do Campo: texto preparatório. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli S; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Palavras às professoras rurais do Nordeste**. Coleção Cadernos de Pernambuco. Secretaria de Educação e Cultura, N° 6, Recife: 1957, p.6.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Cultura Escolar, práticas educacionais e profissão docente: Os balanços do campo da história da educação. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blank; CORRÊA, Maria Rosa Lúcia Teixeira (Orgs). **A educação escolar em perspectiva histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Líber Livro editora, 2007.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUEDES, Mardônio e Silva. **Nos atalhos do pedir**: favores, paternalismo e planejamento educacional no Ceará (1963-1982). UFC, Fortaleza, 2010, 214 p. Tese de Doutorado.

GUIMARÃES, Carlos Alberto Araújo; TRAJANO, C.M. V; VITÓRIO Erinaldo. **Manual para Adequação de Prédios Escolares**. Brasília, DF: FUNDESCOLA/SEIF/MEC, 2003.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1992.

JÚLIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. In: Revista Brasileira da educação. São Paulo: Ed. USP vol. 2, Nº 3, junho 2001, p.11-17.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2 Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KULESZA, W. A. A Sedução da Professora. In: IX SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 2005. Ponta Grossa: UTFPR, v.1.p.1-6. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: http://www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/cd_simposio/index.html>. Acesso em: 10 jul.2009.

_____. Entre o conformismo e a redenção: O caso da Escola Normal de Juazeiro do Norte. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org). **Educação Rural**: práticas civilizatórias e institucionalização da formação de professores. São Leopoldo: Oikós; Brasília: Liber Livro, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 4 Ed. Atlas, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et. al.].Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

LEITE, Sergio Celani. **Escola rural**: Urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, Alessio Costa; PEQUENO, Maria Iaci Cavalcante; MELO, Noraelena Rabelo. Avaliação da alfabetização no Ceará: principais resultados da primeira edição do Spaece-Alfa. **Revista Estudos em Avaliação educacional**. v.19, nº 41, set/dez, 2008 465- 483. [http:// www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1460/1460pdf](http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1460/1460pdf). Acesso em: 14nov.2010.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli, E.D. **Pesquisa em educação**: Abordagem qualitativa. São Paulo: Epu, 1986.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO, Alexandre Shigunov (Orgs.). As Políticas neoliberais e a formação de professores: propostas de formação simplistas e aligeiradas em épocas de transformações. In: MACIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO, Alexandre Shigunov. **Formação de professores**: Passado, presente e futuro. São Paulo: Cortez, 2004.

MACIEL, Francisca Isabel Pereira. **História da Alfabetização**: perspectiva de análise. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thaís Nívea de Lima e (Orgs.). História e Histotografia da educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MACHADO, Charlinton José dos Santos. **Mulher e Educação**: história, práticas e representações: João Pessoa, 2006.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. **Entre orações, letras e agulhas**: a pedagogia feminina nas casas de caridade do padre Ibiapina no sertão cearense (1855-1883). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação/ UFC. Fortaleza: 2003.

MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Ruralismo e práticas cotidianas na primeira Escola Normal do Brasil**: A Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte-Ce (1934-1946). In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, Goiânia, 2006. Anais Eletrônicos. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo03/coordenada%20por%20Flavia%20binocorreia%20werle/Antonio%20Germano%20Magalhaes%20Junior>. Acessado em 01/09/09.

_____. De Eva a Maria: Os ideais de formação católica feminina na primeira metade do século XX no Brasil. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (Org.). **História e Memória da educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

MAGALHÃES, Célia de Jesus Silva. **Nosso povo, nossa história**: Missão Velha. Crato: Universitária, 1994.

_____. **Fatos e curiosidades**: Missão Velha. Fortaleza: UFC, 2001.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança paulista/ SP: editora Universitária São Francisco, 2004.

MAIA, Eni Mariza. **Educação rural no Brasil**. O que mudou em 60 anos? In: **Em aberto**. Brasília: INEP v. 1, nº 9, set p. 27-33, 1982.

MEIHY, José Carlos Sede Bom (Org.). **(Re) introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **Manual de História Oral**. São Paulo: edições Loyola, 2002.

MIGNOT, ANA Cristina Venancio; CUNHA, Maria Teresa Santos (Orgs). **Práticas de Memórias docente**. São Paulo: Cortez, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

MISSÃO VELHA (CE). **Plano Municipal de Educação**: Educação é prioridade. Secretaria Municipal de educação. Missão Velha, 2005.

_____. **Nova Lei Orgânica do Município**. Câmara Municipal de Missão Velha-CE, 2002.

MONARCHA, Carlos. Cânon da reflexão ruralista no Brasil: Sud Mennucci. In WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional**. Ijuí/ RS: Editora Unijuí, 2007.

MONLEVADE, João. **Plano Municipal de Educação**: Fazer para acontecer. Brasília, DF: Idéa Editora, 2002.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória**. A Cultura Popular revisitada. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MONTENEGRO, João Alfredo. A educação na historiografia cearense. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, vol. 116, Tomo CXVI, 2002.

MORAIS, Regis de (Org.). **Sala de Aula: que espaço é esse?** Campinas, SP: Papirus, 1999.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Cartilha de alfabetização e cultura escolar**: Um pacto secular. Cadernos Cedes, ano XX, nº 52, novembro 2000.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et. al]. **Instituições Escolares no Brasil**: Conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, 266 páginas.

NASPOLINI, Antenor. Descentralização da educação: a caminhada cearense. In: COSTA, Vera Lúcia Cabral (Org.). **Descentralização da educação**: Novas formas de coordenação e financiamento. 2 ed. São Paulo: FUNDAP, 2001. P.141-165.

NETO, Júlio Filizola. O Liceu do Ceará e as políticas educacionais (1960-1975). In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **História e Memória da educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições Escolares**: Por que e como pesquisar. São Paulo-SP: 2008.

NÓVOA, Antonio (Org). **Os Professores e sua formação**. Lisboa, Ed. Dom Quixote, 1992.

NUNES, Clarice. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **Formação de educadores: desafios e perspectiva**. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. Anísio Teixeira: a poesia da ação. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000.

OLIVEIRA, Amália Xavier de. **História da Escola Normal rural de Juazeiro do Norte**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. ABC do alfabetizador. Brasília: Instituto Alfa e Beto, 2008.

OLIVEIRA, Maria Marli de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PATTO, Maria Helena Souza. O conceito de Cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em Educação, 1993. Disponível em:

<http://seer.fclar.unesp.br/index.php/perspectivas/article/viewFile/775/636>

Acessado em 02/06/2010.

PICANÇO, Iracy Silva. Alguns elementos para discussão sobre o professor leigo no ensino brasileiro. Revista Em aberto. Brasília, ano 5, n. 32, out./dez. 1986.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes Pedagógicos e atividade docente**. (Org). São Paulo: Cortez, 2000.

PIMENTEL, Marijane Alves de Andrade. **Políticas de formação docente para o campo: um olhar sobre as propostas oficiais e os contextos reais de formação**. João Pessoa: UFPB, 2008, 113 p. (Dissertação de Mestrado).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das Cadeiras Isoladas à era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas: Universidade São Francisco, 2002.

PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução Alain François [et.al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Coords.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.93-101.

SAMARA, Eni de Mesquita & TUPY, Ismênia S. Silveira T. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANFELICE, José Luis. Sala de aula: intervenção no real. In: MORAIS, Regis de (Org.). **Sala de aula: que espaço é esse?** Campinas, SP: Papirus, 1999.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: editora Hucitec, 1988.

SANTOS, Paula Cristiane de Lyra. **Católicos no Cariri: embates em torno da formação cristã (1860-1965)**. Fortaleza: UFC, 2010, 494 p. (Tese de Doutorado).

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. (Orgs.). **História e História da educação: O debate teórico-metodológico atual**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.

_____. **Instituições Escolares no Brasil**. Conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.) **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SCHMIDT, Leide Mara; RIBAS, Marina Holzmann; CARVALHO, Marlene Araújo de. **A prática pedagógica como fonte de conhecimento**. Disponível em: <http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=olhardeprofessor&page=article&op=viewPDFinterstitial&path> Acessado em 06/04/2010.

SCOCUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Charliton José dos Santos (Orgs.). **Pesquisa e Historiografia da Educação Brasileira**. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

SILVA, Ruth Ivoty Torres da. **A Escola primária rural**. 3 ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

SIMONETTI, Amália. **O Desafio de alfabetizar e letrar**. Fortaleza: IMEPH, 2007.

SOUZA, José Boaventura de. **Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte**. Uma experiência pioneira. Juazeiro do Norte: Edições IPESC, 1994 (Série Monografia).

SOUSA, Rosilene Lopes de. **“Que saudades da professorinha...”** Histórias e memórias da educação de São José da Lagoa Tapada- Pb (1968-1980). João pessoa: UFPB, 2009, 100 p. (Dissertação de Mestrado).

SZYMANSKY, Heloísa (Org.). **A entrevista na educação: A prática reflexiva**. Brasília: Liber Livro Editora, 3 ed. 2010.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Tradução Lólion Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

UNDIME-CE. **Ensino Fundamental: Legislação Básica**. Fortaleza: Tropical, 2002.

VASCONCELOS JUNIOR, Raimundo elmo de Paula. O espaço geográfico nas pesquisas educacionais. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. et.al. **História da educação** - vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

VEIGA, I.P.A. **A prática pedagógica do professor de Didática**. 3 ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

VICENTINI, Paula Perin & LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Sabino de. (Orgs.). **História da Educação no Ceará**: Sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org). **Educação Rural em perspectiva Internacional**: instituição, práticas e formação de professor. UNIJUÍ, 2007.

FONTES ORAIS

BEM, Luzia Luzilmar Rolim. Educação rural de Missão Nova. Centro de Educação Rural Pedro Raimundo da Cruz. Missão Velha. 09/07/2009 e 21/01/2011. Entrevista concedida a Célia de J. Silva Magalhães

DANTAS, Wilma Quinderé R.Dantas. Construção das escolas rurais e educação rural de Missão Velha. 06/08/2010 e 17/02/2011. Entrevista concedida a Célia de J. Silva Magalhães.

GONÇALVES, Tereza Nicolau. Educação rural no Grupo Escolar Afonso Ribeiro e Escola radiofônica. Missão Velha. 08/04/2010 e 27/07/2010. Entrevista concedida a Célia de J. Silva Magalhães.

LUCENA. Antonia Neves de Lucena.educação rural. Missão Velha. 12/05.2010
Entrevista concedida a Célia de J. Silva Magalhães.

MARTINS, Maria Celina.Educação rural. Missão Velha. 07 e 13/07/2009
Entrevista concedida a Célia de J. Silva Magalhães.

MOREIRA.Vicência de Jesus. Educação rural. Grupo Escolar Afonso Ribeiro. Missão Velha. 14/01 e 31/03/2010
Entrevista concedida a Célia de J. Silva Magalhães.

MUNIZ. Maria Pinheiro. Educação Rural. Missão Velha. 10/07/2010 15/ e 20/07/2010
Entrevista concedida a Célia de J. Silva Magalhães.

RIBEIRO. Maria Luzinete. Escola rural Dr. Leão Sampaio. Missão Velha. 10/08.2010 e 12/08/2010.
Entrevista concedida a Célia de J. Silva Magalhães.

RIBEIRO, Raimunda Franssinete. Escola rural. Grupo Escolar Dr. Leão Sampaio. Cadeira Isolada. Missão Velha. 19, 20 e 24/07/2010.
Entrevista concedida a Célia de J. Silva Magalhães.

SANTOS, Lucimar Lopes. Escola Padre Francisco Luna Tavares. Missão Velha. 17/11/2010 e 21/05/2011.
Entrevista concedida a Célia de Jesus Silva Magalhães

SISNANDO, Maria Ednúbia Rolim. Escolas rurais. Centro de educação rural Pedro Raimundo da Cruz. 09/07/2009 e 21/01/2011
Entrevista concedida a Célia de Jesus Silva Magalhães

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivos da Secretaria Municipal de Educação. Fichas individuais das ex-professoras rurais, portarias de nomeação e exoneração. Leis. Missão Velha, 1970/1980. Sala do arquivo.

Arquivos da Prefeitura Municipal. Fichas individuais das ex-professoras rurais, portarias de nomeação e exoneração. Missão Velha, 1963/1967 e 1967/1973. Sala do arquivo.

Arquivos particulares das ex-professoras rurais entrevistadas nesta pesquisa.

Arquivos particulares da autora.

Arquivos particulares da ex-professora e ex-vice-prefeita Inácia Arrais de Alencar Silva.

Arquivos de George S. Januário

FOTOGRAFIAS

. Fotos do arquivo particular da autora.

. Fotos do arquivo da professora Wilma Quinderé Ribeiro Dantas.

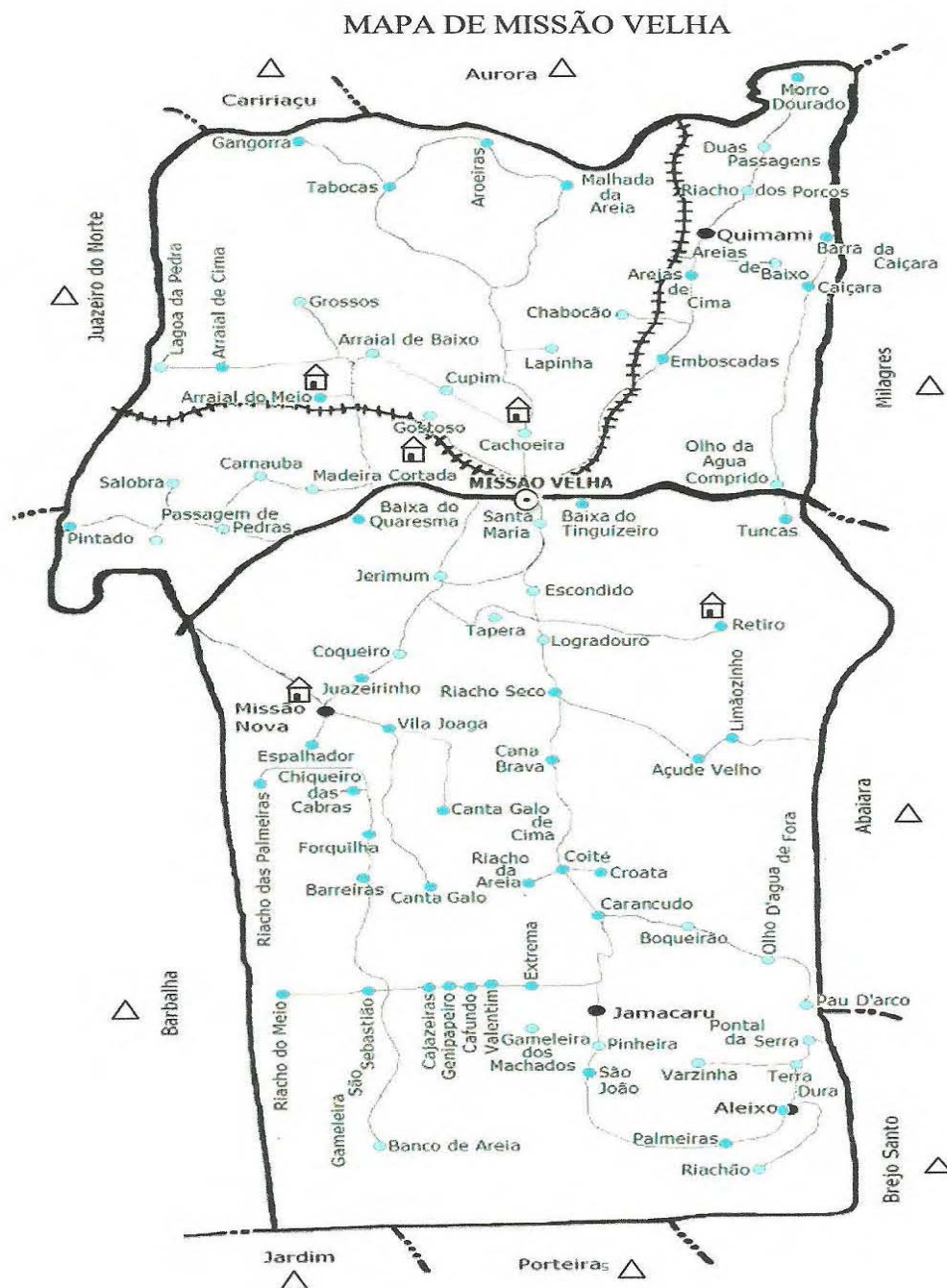
. Fotos do Arquivo Particular da professora Ednúbia Rolim.

ANEXOS

ANEXOS

ANEXO A - Mapa de Missão Velha.....	134
ANEXO B - Mapa do Ceará com a localização de Missão Velha	135
ANEXO C - Mapa do Ceará com a distribuição dos 21 CREDES – Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação com as regiões administrativas.....	136
ANEXO D - Lei Nº 002/80 de 02 de julho de 1980.....	137
ANEXO E - Lei Nº 023/90 de 12 de junho de 1990.....	140
ANEXO F - Relação Nominal das Escolas Municipais e seus atos de criação.....	142
ANEXO G - Certificado 1 da professora Vicencia de Jesus Moreira – Expedido pela Secretaria de Educação do Ceará.....	146
ANEXO H - Certificado 2 da professora Vicência de Jesus Moreira – Expedido pela Secretaria de Educação do Ceará.....	147
ANEXO I - Cartas de ABC: Carta de ABC e Tatuada utilizada nas escolas rurais de Missão Velha – Décadas de 1960 e 1970.....	148
ANEXO J - Cartilha de ABC “ O povo” de autoria de Lourenço Filho” – Utilizada nas décadas de 1960 e 1970.....	149
ANEXO L - Matrícula Inicial do Censo Escolar 2010.....	150
ANEXO M - Resultado Oficial Censo Escolar 2010 sede.....	151
ANEXO N - Resultado Oficial Censo Escolar 2010 - zona rural.....	152
ANEXO O - Docente por série – sede e rural.....	154
ANEXO P - Docente por série – rural.....	155
ANEXO Q - Docente por série – sede.....	156
ANEXO R - Ficha funcional de Frassinete.....	157
ANEXO S - Portaria de Nomeação de Tereza Nicolau.....	158
ANEXO T - Portaria de Nomeação e Termo de compromisso de Celina Martins.....	159
ANEXO U – Desempenho SPAECE-ALFA 2007.....	160

ANEXO A – Mapa de Missão Velha



Legenda:
 CIDADES LIMITROFES △
 SEDE ○
 DISTRITOS ●
 FERROVIA +
 ESTRADAS MUNICIPAIS ~
 CE - 292 - -
 ESCOLAS PESQUISADAS 🏠

Fonte: EMATERCE – M.VELHA, 2011

ANEXO B - Mapa do Ceará, com a localização de Missão Velha.



Fonte: Site Governo do Estado do Ceará.:www.ceara.gov.br
Acessado no dia 07/07/2011

ANEXO C - Mapa do Ceará com a distribuição dos 21 CREDES - com as regiões administrativas.



Fonte: Site Governo do Estado do Ceará: www.ceara.gov.br
Acessado no dia 07/07/2011



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSÃO VELHA

Lei Nº 002 / 80

De 02 de julho de 1.980.

TÍTULO: AUTORIZAÇÃO OFICIALIZAÇÃO DE UNIDADES DE
ENSINO LUCICIAIS, PARA FINS DE 1ª -
ENSINO DO PRIMEIRO GRAU
E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSÃO VELHA, Estado do
Ceará, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Missão Ve
lha aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a
criar Todas as Escolas de 1º Grau do Município de Missão Velha,
com as seguintes denominações:

I - Em Missão Velha (Sede do Município)

Escola de 1º Grau Dr. Stênio Dantas;

Escola de 1º Grau Major Felipe Gomes Ribe
ro;

Escola Reunidas do Município;

Escola de 1º Grau - União Beneficente.

II - Nos Distritos e Sítios:

Sítio São D'água do Buraco - Escola de 1º
Grau Pedro de Araújo;

Sítio Conté - Escola de 1º Grau Antonio Lu
is Basílio de Figueredo

Sítio Carnaúba - Escola de 1º Grau Joaquim
Vasques Jardim;

Sítio Riacho Seco - Escola de 1º Grau Mano
el Luciano da Cunha;

Sítio Pântano da Areia - Escola de 1º Gra
Manoel da Silva;

Sítio Pinheira (Jamacarú) - Escola de 1º
Grau São Francisco;

continua....



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSÃO VELHA

- II -

Sítio Santa Tereza - Escola de 1º Grau Edson Olegário Santana;
Sítio Valentim (Jamacarú) - Escola de 1º Grau Pe. Cícero;
Sítio Cangorra - Escola de 1º grau José Pedro de Oliveira;
Distrito de Gameleira de São Sebastião - Escola de Primeiro
Grau - Manoel Faustino do Nascimento;
Sítio Varzinha - Escola de 1º Grau Nossa Senhora de Fátima;
Sítio Coqueiro - Escola de 1º Grau Maria Luiza de Jesus Ribe-
iro;
Distrito de Missão Nova - Escola de 1º Grau Leão Sampaio;
Distrito de Jamacarú - Escola de 1º Grau Domingo Sávio;
Sítio Croatá - Escola de 1º Grau São Jorge;
Sítio Logradouro - Escola de 1º Grau José Pedro Amorim;
Sítio Chabocão - Escola de 1º Grau São José;
Sítio Genipapeiro - Escola de 1º Grau Pe. Cícero;
Sítio Caiçara - Escola de 1º Grau Paulo VI;
Sítio Caiçara - Escola de 1º Grau Pe. Cícero;
Sítio Serra da Mãozinha - Escola de 1º Grau São José;
Sítio São João - Escola de 1º Grau São José;
Sítio Pau D'arco - Escola de 1º Grau Antonio Feliciano dos San-
tos;
Sítio Pau D'arco - Escola de 1º Grau 15 de novembro;
Sítio Arraial - Escola de 1º Grau Dr. Leão Sampaio;
Sítio Lagoa da Pedra - Escola de 1º Grau Alfredo Ferreira de
Felo;
Sítio Capim - Escola de 1º Grau Afonso Ribeiro;
Sítio Barreiras - Escola de 1º Grau Maria Hilda Santos;
Sítio Forquilha - Escola de 1º grau Pompeu Paes Soares;
Sítio Riacho das Palmeiras - Escola de 1º Grau Pedro Raimundo
da Cruz;
Sítio C. maúba - Escola de 1º Grau Joaquim de Jesus Macêdo;
Sítio C. lino D'agua - Escola de 1º Grau Antonio Domingo;
Sítio Barra da Caiçara - Escola de 1º Grau José Turtuoso;
Sítio Croatá (Jamacarú) - Escola de 1º Grau São Sebastião;

continua.....



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSÃO VELHA

- III -

Sítio Jerimum - Escola de 1º Grau São Geraldo;
Sítio Água Fria - Escola de 1º Grau Santa Rita;
Sítio Terra Dura - Escola de 1º Grau Santo Afonso;
Sítio Banco de Areia - Escola de 1º Grau Sta Terezinha;
Sítio Água Fria - Escola de 1º Grau São José;
Distrito de Jamacari - Escola de 1º Grau La cordaire Lins;
Distrito de Aleixo - Escola de 1º Grau Pedro Luis;
Sítio Retiro - Escola de 1º Grau Pe. Francisco de Luna Tavares;
Sítio Lameiro - Escola de 1º Grau Maria Norma Soares Maia;
Sítio Passagem de Pedra - Escola de 1º Grau Santo Antonio;

Art. 2º - A presente Lei obedece as exigências constantes da Lei Federal nº 4.024, de 20.12. de 1.961; Lei Federal nº 6.322, de 31.03 de 1.963, Lei Federal nº 5.692, de 11.08 de 1971, e, Resolução do Conselho Estadual de Educação;

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pago da Prefeitura Municipal de Missão Missão Velha, em 02 de julho de 1.980.

Luiz Estevão de Almeida Soares

Prefeito Municipal



ANEXO E - Lei Nº 023/90
ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSÃO VELHA

LEI Nº 23/90, Missão Velha-Ce, 12 de junho de 1.990.

Autoriza oficialização de Unidade Escolar -
Lares Municipais, para fim de administração do ensino de Primeiro Grau.

A Prefeita Municipal de Missão Velha, Estado do Ceará,
Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica a chefe do poder Executivo Municipal autorizada a criar neste Município, as seguintes escolas com respectivas denominações:

Escola de 1º Grau Antonio Ferreira de Sousa	- Sítio Barreiras;
Escola de 1º Grau Antonio Alves de Barros;	- Sítio Camahrava;
Escola de 1º Grau Antonio Alves de Barros	- Sítio Pau D'arco Bonito
Escola de 1º Grau Antonio José Nogueira	- Sítio Cajazeiras;
Escola de 1º Grau Alice Denguinho Leite	- Sítio Caçara;
Escola de 1º Grau Cícero João dos Santos	- Sít. Serra da mãozinha;
Escola de 1º Grau Cícero Manoel da Silva;	- Sít. Olho D'agua de Fora;
Escola de 1º Grau Grupo Novo	- Sít. Serra da Mãozinha;
Escola de 1º Grau Honorato dos Santos	- Sít. Escondido;
Escola de 1º Grau Imã Luiza Maria	- Sít. Aroeiras;
Escola de 1º Grau Luiz Correia Santana	- Sít. Coité;
Centro Educacional Rural Pedro R. da Cruz	- Distrito de Missão Nova;
Escola de 1º Grau José André da Silva	- Sít. Olho D'agua Comprido
Escola de 1º Grau João Antão Barreto	- Sít. Terra Dura;
Escola de 1º Grau João Valentin de Oliveira	- Sít. Riacho da areia;
Escola de 1º Grau Maria Germano	- Sít. Embocada;
Escola de 1º Grau Maria Bezerra Sobreira	- Sít. Ginipapeiro;
Escola de 1º Grau Maria Fachine Alencar	- Distrito de Jambacaru;
Escola de 1º Grau Maria Saraiva Cruz	- Sít. Grosses;
Escola de 1º Grau Manoel Tomé da Silva	- Sít. Serra da Mãozinha;
Escola de 1º Grau Miguel Gonçalves Leite	- Sít. Riacho Seco;
Escola de 1º Grau Noêmia Cruz Landim	- Sít. Passagem de Pedras;
Escola de 1º Grau Padre Cícero	- Sít. Madeira Cortada;
Escola de 1º Grau Paulo Macêdo Landim	- Sít. Baixa da Andorinha;
Escola de 1º Grau Raimundo Cruz	- Sít. Riacho da Palmeira;
Escola de 1º Grau Santo Antonio	- Sít. Mingu;
Escola de 1º Grau São José	- Sít. São João;
Escola de 1º Grau Dr. Cristóforo Borges	- Rua Cel José Dantas;
Escola de 1º Grau Joaquim Gonçalves Ribeiro	- Casas Populares;
Escola de 1º Grau São Vicente de Paulo	- R. Tabelião José Jacome;
Escola de 1º Grau Eudálio Francisco de B.	- Sít. Riacho Seco;
Escola Isolada Azaripe	- Banco de Areia;
Escola Isolada Placa de Missão Nova	- Placa de Missão Nova;
Escola Isolada Pedro Cícero	- Sít. Mercadinho;
Escola Isolada São José	- Sít. Forquilha;
Escola Isolada São José	- Sít. Camelo;
Escola Isolada São José	- Sít. Massapinto;
Escola Isolada Santo Antonio	- Distrito de Missão Nova;
Escola Isolada Santo Antonio	- Sít. Ginipapeiro;



Continuação ANEXO E
ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSÃO VELHA

Continuação.

Escola Isolada São José
Escola Isolada Padre Cáceres

-Sít. Jerimum
-Sít. Pm D'arco de Cima;

Art. 2º-A presente Lei obedece as exigências Constantes da
LEI Federal nº 4.024, de 20.12.1.961; Lei Federal nº 6.322, de 31 de
03 de 1.963; Lei Federal nº 5.692, de 11 de 08 de 1.971, e resolução
do Conselho Estadual de Educação, bem como todas as exigências da
legislação posterior e vigente, relacionada a matéria.

Art. 3º-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ana Estar J. M. Soares
Ana Estar Juca Maia Soares
PREFEITA MUNICIPAL

ANEXO F - Relação Nominal das Escolas Municipais e seus Atos de Criação.

RELACAO NOMINAL DE ESCOLAS QUE POSSUEM ATO DE CRIACAO

Nº	NOME	DC	ESTABELECIMENTO	LOCALIDADE	ATO DE CRIACAO
01	Esc. 1ª Gr. Enéias Rodrigues dos Santos			Sítio Terra Dura	Lei Nº 20/01
02	Esc. 1ª Gr. Diolinda Maria de Barros			Sítio Logradouro	Lei Nº 20/01
03	Esc. 1ª Gr. Joaquim Manoel Sampaio			Sítio Extrema	Lei Nº 20/01
04	Esc. 1ª Gr. Casemiro Vicente Farias			Conj. Hab. Casemiro Vicente Farias	Lei Nº 20/01
05	Esc. 1ª Gr. Grupo Novo			Sítio Barragem do Quaresma	Lei Nº 20/01
06	Esc. 1ª Gr. Antonio Ferreira de Sousa			Sítio Barragem	Lei Nº 23/90
07	Esc. 1ª Gr. Antonio Alves de Barros			Sítio Cana Brava	Lei Nº 23/90
08	Esc. 1ª Gr. Antonio Alves de Barros			Sítio Pau D'Arco Bonito	Lei Nº 23/90
09	Esc. 1ª Gr. Antonio José Nogueira			Sítio Cajazeiras	Lei Nº 23/90
10	Esc. 1ª Gr. Alice Danguinho Leite			Sítio Calçara	Lei Nº 23/90
11	Esc. 1ª Gr. Cícero João dos Santos			Sítio Serra do Mãozinha	Lei Nº 23/90
12	Esc. 1ª Gr. Cícero Manoel da Silva			Sítio Olho d'Água de Fora	Lei Nº 23/90
13	Esc. 1ª Gr. Grupo Novo			Sítio Serra do Mãozinha	Lei Nº 23/90
14	Esc. 1ª Gr. Honorato dos Santos			Sítio Escondido	Lei Nº 23/90
15	Esc. 1ª Gr. Irmã Luiza Maria			Sítio Aroeiras	Lei Nº 23/90
16	Esc. 1ª Gr. Luiz Correia Santana			Sítio Coité	Lei Nº 23/90
17	Esc. 1ª Gr. José André da Silva			Sítio Olho d'Água Comprido	Lei Nº 23/90
18	Esc. 1ª Gr. João Antônio Barreto			Sítio Terra Dura	Lei Nº 23/90
19	Esc. 1ª Gr. João Valentim de Oliveira			Sítio Riacho de Areia	Lei Nº 23/90
20	Esc. 1ª Gr. Maria Germano			Sítio Emboscada	Lei Nº 23/90
21	Esc. 1ª Gr. Maria Bezerra Sobreira			Sítio Jaripapeiro	Lei Nº 23/90
22	Esc. 1ª Gr. Maria Fachine de Alencar			Distrito Jamacaru	Lei Nº 23/90
23	Esc. 1ª Gr. Maria Saraiva Cruz			Sítio Grossos	Lei Nº 23/90

RELACÃO NOMINAL DE ESCOLAS QUE POSSUEM ATO DE CRIAÇÃO

Nº	NOME DO ESTABELECIMENTO	LOCALIDADE	ATO DE CRIAÇÃO
24	Esc. 1ª Grau Manoel Toné da Silva	Sítio Serra do Maczinha	Lei Nº 23/90
25	Esc. 1ª Grau Miguel Gonçalves Leite	Sítio Riacho Seco	Lei Nº 23/90
26	Esc. 1ª Grau Noêmia Cruz Landim	Sítio Passagem de Pedra	Lei Nº 23/90
27	Esc. 1ª Grau Padre Cícero	Sítio Madeira Cortada	Lei Nº 23/90
28	Esc. 1ª Grau Paulo Macêdo Landim	Sítio Baixa da Andorinha	Lei Nº 23/90
29	Esc. 1ª Grau Raimundo Cruz	Sítio Extrema	Lei Nº 23/90
30	Esc. 1ª Grau Santo Antonio	Sítio Mingu	Lei Nº 23/90
31	Esc. 1ª Grau São José	Sítio São João	Lei Nº 23/90
32	Esc. 1ª Grau Dr. Cristóforo Borges	Rua Coronel José Dantas	Lei Nº 23/90
33	Esc. 1ª Grau Joaquim Gonçalves Ribeiro	Casas Populares	Lei Nº 23/90
34	Esc. 1ª Grau São Vicente de Paulo	Rua Tabelaão José Jácome	Lei Nº 23/90
35	Esc. 1ª Grau Dionísio Francisco de Barros	Sítio Riacho Seco	Lei Nº 23/90
36	Esc. Isolada Araripe	Sítio Banco de Areia	Lei Nº 23/90
37	Esc. Isolada Placa de Missão Nova	Sítio Placa de Missão Nova	Lei Nº 23/90
38	Esc. Isolada Padre Cícero	Sítio Cercadinho	Lei Nº 23/90
39	Esc. Isolada São José	Sítio Forquilha	Lei Nº 23/90
40	Esc. Isolada São José	Sítio Massapinto	Lei Nº 23/90
41	Esc. Isolada São José	Sítio Camelo	Lei Nº 23/90
42	Esc. Isolada Santo Antonio	Distrito Missão Nova - Vila Nova do Sul	Lei Nº 23/90
43	Esc. Isolada Santo Antonio	Sítio Jenibabeiro	Lei Nº 23/90
44	Esc. Isolada São José	Sítio Jerimum	Lei Nº 23/90
45	Esc. Isolada Padre Cícero	Sítio Pau D'Arco de Cima	Lei Nº 23/90
46	Esc. 1ª Grau Dr. Stênio Dantas	Rua Afonso Ribeiro	Lei Nº 002/80
47	Esc. 1ª Grau Major Felipe Gomes Ribeiro	Rua São Francisco	Lei Nº 002/80

RELACÃO NOMINAL DE ESCOLAS QUE POSSUAM ATO DE CRIAÇÃO

Nº	NOME DO ESTABELECIMENTO	LOCALIDADE	ATO DE CRIAÇÃO
48	Escola Reunidas do Município		Lei Nº 002/80
49	Esc. 1ª Grau União Beneficente		Lei Nº 002/80
50	Esc. 1ª Grau Sebastião Pedro de Araújo	Sítio Olho D'Água do Buraco	Lei Nº 002/80
51	Esc. 1ª Grau Antonio Luis Basílio	Sítio Coité	Lei Nº 002/80
52	Esc. 1ª Grau Joaquim Vasques Landim	Sítio Carnaúba	Lei Nº 002/80
53	Esc. 1ª Grau Manoel Pedro da Silva	Sítio Malhada da Areia	Lei Nº 002/80
54	Esc. 1ª Grau São Francisco	Sítio Pinheira	Lei Nº 002/80
55	Esc. 1ª Grau Edson Olegário de Santara	Sítio Santa Teresa	Lei Nº 002/80
56	Esc. 1ª Grau Padre Cícero	Sítio Valentim (Jamacari)	Lei Nº 002/80
57	Esc. 1ª Grau José Pedro de Oliveira	Sítio Gangorra	Lei Nº 002/80
58	Esc. 1ª Grau Manoel Faustino do Nascimento	Distrito Camaleira São Sebastião	Lei Nº 002/80
59	Esc. 1ª Grau Nossa Senhora de Fátima	Sítio Varzinha	Lei Nº 002/80
60	Esc. 1ª Grau Maria Luiza de Jesus Ribeiro	Sítio Coqueiro	Lei Nº 002/80
61	Esc. 1ª Grau Leão Sampaio	Distrito Missão Nova	Lei Nº 002/80
62	Esc. 1ª Grau Domingos Sávio	Distrito Jamacari	Lei Nº 002/80
63	Esc. 1ª Grau São Jorge	Sítio Croatá	Lei Nº 002/80
64	Esc. 1ª Grau José Pedro de Amorim	Sítio Logradouro	Lei Nº 002/80
65	Esc. 1ª Grau São José	Sítio Chabocão	Lei Nº 002/80
66	Esc. 1ª Grau Padre Cícero	Sítio Jenipapeiro	Lei Nº 002/80
67	Esc. 1ª Grau Paulo VI	Sítio Caicara	Lei Nº 002/80
68	Esc. 1ª Grau Padre Cícero	Sítio Caicara	Lei Nº 002/80
69	Esc. 1ª Grau São José	Sítio Serra do Moinho	Lei Nº 002/80
70	Esc. 1ª Grau São José	Sítio São João	Lei Nº 002/80
71	Esc. 1ª Grau Antonio Feliciano dos Santos	Sítio Olho D'Água de Fora	Lei Nº 002/80

RELACÃO NOMINAL DE ESCOLAS QUE POSSUEM ATO DE CRIAÇÃO

Nº	NOME DO ESTABELECIMENTO	LOCALIDADE	ATO DE CRIAÇÃO
72	Esc. 1ª Grau 15 de Novembro	Sítio Pau D'Arco	Lei Nº 002/80
73	Esc. 1ª Grau Dr. Leão Sampaio	Sítio Arraial	Lei Nº 002/80
74	Esc. 1ª Grau Alfredo Ferreira de Melo	Sítio Lagoa da Pedra	Lei Nº 002/80
75	Esc. 1ª Grau Afonso Ribeiro	Sítio Cupim	Lei Nº 002/80
76	Esc. 1ª Grau Mª Hilda Santos	Sítio Barreiras	Lei Nº 002/80
77	Esc. 1ª Grau Pompeu Paes Soares	Sítio Porquilha	Lei Nº 002/80
78	Esc. 1ª Grau Pedro Raimundo da Cruz	Sítio Riacho das Palmeiras	Lei Nº 002/80
79	Esc. 1ª Grau Joaquina de Jesus Macêdo	Sítio Carnaúba	Lei Nº 002/80
80	Esc. 1ª Grau Antonio Domingos	Sítio Olho D'Água	Lei Nº 002/80
81	Esc. 1ª Grau João José Frutuoso	Sítio Barra da Caicara	Lei Nº 002/80
82	Esc. 1ª Grau São Sebastião	Sítio Croatá (Jamacaru)	Lei Nº 002/80
83	Esc. 1ª Grau São Geraldo	Sítio Jerimum	Lei Nº 002/80
84	Esc. 1ª Grau Santa Rita	Sítio Água Fria	Lei Nº 002/80
85	Esc. 1ª Grau Santo Afonso	Sítio Terra Dura	Lei Nº 002/80
86	Esc. 1ª Grau Santa Terezinha	Sítio Banco de Areia	Lei Nº 002/80
87	Esc. 1ª Grau São José	Sítio Água Fria	Lei Nº 002/80
88	Esc. 1ª Grau La Cordaire Lins	Distrito Jamacaru	Lei Nº 002/80
89	Esc. 1ª Grau Padre Francisco de L. Tavares	Sítio Retiro	Lei Nº 002/80
90	Esc. 1ª Grau Maria Norma Soares Maia	Sítio Lameiro	Lei Nº 002/80
91	Esc. 1ª Grau Santo Antonio	Sítio Passagem de Pedra	Lei Nº 012/85
92	Esc. 1ª Grau José Leandro de Menezes	Sítio Arraial	Lei Nº 011/85
93	Esc. 1ª Grau Justino Perreira Neves	Sítio Arraial de Cima	Lei Nº 011/85

ANEXO G - Certificado 1 da Professora Vicência de Jesus, expedido pela Secretaria de Educação do Ceará



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CERTIFICADO

Nos termos dos Artigos 25 (Caput e § 1º) e 28 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, do Parecer nº 699/72, do Conselho Federal de Educação, da Resolução nº 165/81 (Artigos 86 e 88) e do Parecer nº 105/83, do Conselho de Educação do Ceará, certifico que Vicência de Jesus Moreira Nome Completo
filho(a) de Joaquim Manoel de Jesus e de Joaquina Maria de Jesus
natural de Nussão Velho-Li nascido(a) em 01 de Junho de 1939, concluiu em 1984 a parte de Formação Especial do Curso de Qualificação a nível de 1º Grau, para professores em exercício na zona rural, constando das disciplinas: Prática de Educação Comunitária e Planejamento e Avaliação.

Coordenação de Ensino Supletivo
Órgão Expedidor

Fortaleza 10/04/85
Local e Data

Vicência de Jesus Moreira
Assinatura do(a) Portador(a)

Ilma D'Ávila Passafiume
Responsável pelo Órgão Expedidor

Departamento de Ensino/ Coordenação de Ensino Supletivo/ Curso de qualificação para professores da zona rural.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CERTIFICADO

Nos termos da alínea "a" do Art. 24, do § 1º do Art. 25 e do Art. 28 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, dos Pareceres nºs 699/72, do Conselho Federal de Educação, e nº 105/83, do Conselho de Educação do Ceará, certifico que Vicência de Jesus Moreira
_____, filho(a) de Torquim Manoel de Jesus e de Torquim Manoel de Jesus
_____, natural de Assaí, Bahia, nascido(a) em 01 de fevereiro
_____, de 19 39, concluiu em 19 84 o ensino de 1º Grau, com direito a prosseguir estudos em caráter regular, por ter sido aprovado(a) no Curso de
Qualificação para professores da zona rural. O presente Certificado tem validade nacional.

Coordenador do Ensino Supletivo
Órgão Expedidor

Fortaleza - 10/04/85
Local e Data

Vicência de Jesus Moreira
Assinatura do(a) Portador(a)

Mário José Pinheiro
Responsável pelo Órgão Expedidor

Departamento de Ensino/ Coordenação de Ensino Supletivo
Curso de Qualificação para professores da zona rural.

ANEXO I: Cartas de ABC e Tabuada utilizadas nas Escolas Rurais



Imagens da Capa.

Carta de ABC e Tabuada utilizada nas escolas rurais de Missão Velha

De autoria de Landelino Rocha - Décadas: 1960-1970

Fonte da imagem: <http://recantodasletras.uol.com.br/áudio.php?cod=15201>

Pesquisado em 08/11/2010



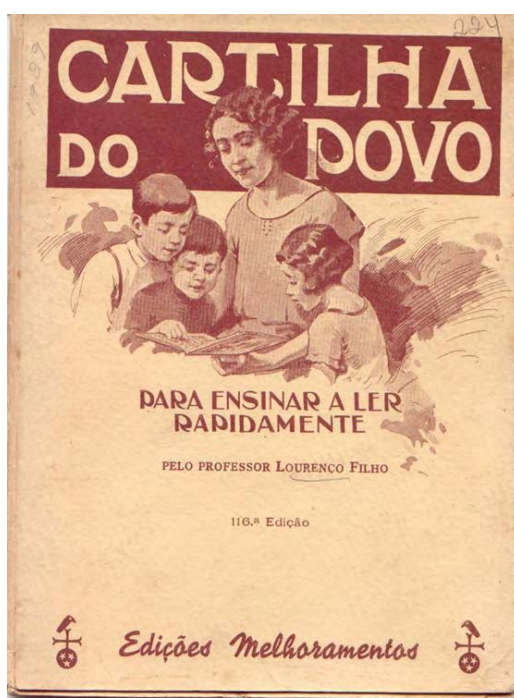
Imagem da Capa

Carta de ABC – Utilizada nas Escolas Rurais de Missão Velha -Década de 1970.

Fonte: Arquivo próprio da autora

ANEXO J – Cartilha de ABC “ O povo” de autoria de Lourenço Filho, utilizadas nas décadas de 1960 e 1970 - escolas rurais e urbanas.

Publicações de Lourenço Filho – Em duas edições diferentes.



<http://acervohistoricodolivroescolar.blogspot.com/2010/02/cartilhas-e-lembrancas.html>

Acessado no dia 14/07/2011

MATRÍCULA INICIAL - CENSO 2010

MODALIDADES		SEDE		RURAL		TOTAL		TOTAL GERAL	
		TURMA	ALUNO	TURMA	ALUNO	TURMA	ALUNO	TURMA	ALUNO
INFANTIL	CRECHES	9 *	182	19	293	28	475	82	1447
	PRÉ	16	261	22	439	38	700		
	CRECHES			5	86	5	86		
	PRÉ			11	186	11	186		
ENSINO FUNDAMENTAL	I	59	1368	93	1707	152	3075	259	5759
	II	54	1593	53	1091	107	2684		
	I	7	120	26	527	33	647		
	II	2	49	2	32	4	81		
TOTAL		147	3573	234	4361	381	7934	378	7934

Setor de Informações Educacionais do Município - SIEM 15/09/2010

ANEXO M – Resultado Oficial do Censo Escolar 2010 - sede

SETOR DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO/SIEM/11/03/2011

RESULTADO OFICIAL
SEDE

CENSO ESCOLAR - ANO 2010

Nº.	ESCOLA	CÓDIGO	LOCALIDADE	INFANTIL		FUNDAMENTA			EJA		Total
				CRECH E	PRE	I	II	I	I	II	
1	E.E.F. Dr. Cristóforo Borges	23166320	RUA Coronel José Dantas			334		33			367
*	Gildo Brandão							17			17
2	E.E.F. Dr. Stênio Dantas	23166835	Rua Afonso Ribeiro				404	16	35		455
3	E.E.F. Joaquim Gonçalves Ribeiro	23166541	Conj. Hab. Dr. Evandro Fechine			125	52	15	14		206
4	E.E.F. Juvenal Rodrigues Brandão	23176644	Av. José Sobreira da Cruz			20	331				351
5	E.E.F. Lourival Dantas Ribeiro	23243198	Conj. Habitacional Casemiro Farias			199	174				373
6	E.E.F. Major F. Gomes Ribeiro	23166371	Rua São Francisco			284					284
7	E.E.F. Maria Fechine de Almeida	23166000	Distrito Raimundo da Cruz			250	350	16			616
8	CERU – Pedro Raimundo da Cruz	23166908	Distrito Missão Nova			176	273	20			469
	Total					1.368	1.593	120	49		3.130

Legenda: *: Escola Anexa

ANEXO N – Resultado Oficial Censo 2010 – zona rural

RESULTADO OFICIAL_CENSO / 2010
ZONA RURAL

Nº	ESCOLA	CÓDIGO	LOCALIDADE	INFANTIL		FUNDAMENTAL		EJA		Total
				GRECHE	PRE	I	II	I	II	
9	E.E.F. Pedro Luiz Pereira	23166789	Distrito Aleixo			76	118	24		218
10	E.E.F. João A. Barreto	23166517	Sítio Terra Dura			35		20		55
11	E.E.F. Joaquim Manoel Sampaio	23166550	Sítio Extrema		19	59	43	22		143
12	E.E.F. Fco R. da Cruz	23285613	Serra do São João			153				153
13	E.E.F. São José	23166622	Sítio São João			22		18		40
*	E.E.F. São Francisco		Sítio Pinheira	4	13	64				81
*	Predio da EMATERCE		Sítio São João	3	12					15
14	E.E.F. Manoel F. do Nascimento	23166851	Distrito Gam. de São Sebastião			51	108			159
15	E.E.F. Antonio José Nogueira	23166240	Sítio Cajazeiras			27				27
*	E.E.F. Frei Damião		Sítio Riacho do Melo	9	4					13
16	E.E.F. José Alves de Figueiredo	23166509	Sítio Banco de Areia			114		17		131
17	E.E.F. Luís S. Santana	23166665	Sítio Colté			52	64	15	17	148
18	E.E.F. Cicero Manoel da Silva	23166290	Sítio Olho D'água de Fora			51				51
*	E.E.F. Antonio Feliciano		Sítio Olho D'água de Fora			44				44
19	E.E.F. Antonio Alves de Barros	23166207	Sítio Pau D'arco Bonito	3	6	2				11
20	E.E.F. Antonio Alves de Barros	23166193	Sítio Cana Brava			105	104	24	15	248
21	E.E.F. Diolima Maria de Barros	23166339	Sítio Retiro					36		36
*	E.E.F. Diolima Maria (Pe Fco Luna)		Sítio Logradouro					28		28
22	E.E.F. Honorato dos Santos	23166487	Sítio Escondido			32		20		52
23	E.E.F. Joaquim Alves de Barros	23166479	Sítio Serra do Moinha				66	20		86
24	E.E.F. Cicero João dos Santos	23166282	Sítio Serra do Moinha	9	9	40		18		76

Docentes por Série
Situação Funcional e Nível de Formação

Sede e Rural

Série	Ens. Médio	Efetivos		Ens. Médio	Prestadores		Total
		Sup. Inc.	Sup. Comp.		Sup. Inc.	Sup. Comp.	
Ed. Infantil							
Creches	15	22	21	5	2	1	66
Escolas	3	4	3	3	2	1	16
1ª	7	1	19	1	0	0	28
2ª	10	2	20	0	0	1	33
3ª	2	1	22	0	0	0	25
4ª	2	1	18	0	0	2	23
5ª	5	1	19	0	0	0	25
Correção de Fluxo	0	1	115	0	3	8	127
6ª / 9ª	6	1	13	1	1	1	23
EJA I	3	1	7	18	2	2	33
EJA II	0	0	3	1	0	0	4
Total	53	35	260	29	10	16	403

Docentes por Série
Situação Funcional e Nível de Formação

Rural

Série	Ens. Médio	Efetivos		Sup. Inc	Sup. Comp	Prestadores		Total
		Ens. Médio	Sup. Inc			Ens. Médio	Sup. Inc	
Ed. Infantil								
Creches	5	18	10			4	2	40
Escolas	3	4	3			3	2	16
1ª	6		11			1		18
2ª	7	2	10				1	20
3ª	1	1	13					15
4ª	2	1	9				2	14
5ª	3	1	10					14
Correção de Fluxo			56				6	62
6ª / 9ª	4		8			1		14
EJA I	3	1	2			16	2	26
EJA II			1			1		2
Total	34	28	133			26	6	241

Docentes por Série
Situação Funcional e Nível de Formação
Sede

Série	Ens. Médio		Sup. Inc. Efetivos		Sup. Comp		Ens. Médio		Sup. Inc. Prestadores		Sup. Comp		Total
	Ed. Infantil	Creches	10	4	11		1						
		Escolas											26
	1ª		1	1	8								0
	2ª		3		10								10
	3ª		1		9								13
	4ª				9								10
	5ª		2		9								9
	Correção de Fluxo			1	59				3		2		11
	6ª / 9ª		2	1	5				1				65
	EJA I				5		2						9
	EJA II				2								7
	Total		19	7	127		3		4		2		2
													162

PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSÃO VELHA
ESTADO DO CEARÁ
FUNCIONARIO MUNICIPAL

IDENTIFICAÇÃO

Nome: RAIMUNDA FRASSINETE RUBENS
Filiação: FRASSINETE RUBENS
Naturalidade: MISSÃO VELHA Município: MISSÃO VELHA Estado: CEARÁ
Nascido em: 27 de 1928 de 1928
Atividade empregada pública em: 27 de 1928 de 1928
Muito, quando entrou na Prefeitura: 27 de 1928 de 1928
Estado civil: CASADA X de solteiro
Número de outros dependentes: 0
Tem parentes na Prefeitura: 0
Quem? 0
Natureza da empresa: 0
Tempo de serviço público nos/tras repartições: 0
X de carteira de identidade de polícia 0
X de carteira ou certificado de quitação com o serviço Militar 0
Assinatura X Raimunda Frassinete Rubens

SAÚDE

Exatidão sobre saúde física: 0
Exatidão sobre saúde física: 0
Resposta de exames físicos em: 0
Outros exames físicos em: 0

COLOCAÇÕES:

DATA	LOCALIZAÇÃO DO SERVIÇO	CATEGORIA	DISTRIBUIÇÃO	Resposta de exame físico
01-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
02-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
03-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
04-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
05-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
06-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
07-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
08-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
09-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
10-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
11-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
12-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
13-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
14-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
15-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
16-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
17-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
18-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
19-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
20-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
21-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
22-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
23-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
24-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
25-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
26-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
27-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
28-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
29-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
30-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
31-01-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
01-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
02-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
03-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
04-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
05-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
06-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
07-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
08-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
09-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
10-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
11-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
12-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
13-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
14-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
15-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
16-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
17-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
18-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
19-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
20-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
21-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
22-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
23-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
24-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
25-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
26-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
27-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
28-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
29-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
30-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0
31-02-1928	MISSÃO VELHA	0	0	0

di missão velha o Estado Espírito Santo
em 1928

A ficha funcional da professora Frassinete Ribeiro, foi encontrada nos arquivos da Prefeitura Municipal, junta com a de outras professoras e funcionários que já se encontram também aposentadas. A organização do arquivo compromete a conservação desses documentos, pois estão numa estante de aço aberta, sujeitos a luz, poeira.

Nome: Raimunda Frassinete Ribeiro

Filiação: Antonio José Ribeiro e Francisca Gonçalves Ribeiro

Naturalidade- Missão Velha – Município – Sede – Estado – Ceará

Nascido em 16 de setembro de 1936

Admitido empregado público em 08/05/1953

Idade quando entrou na Prefeitura – 17 (dezesete anos)

Estado civil – solteira

Natureza de emprego – professora primária

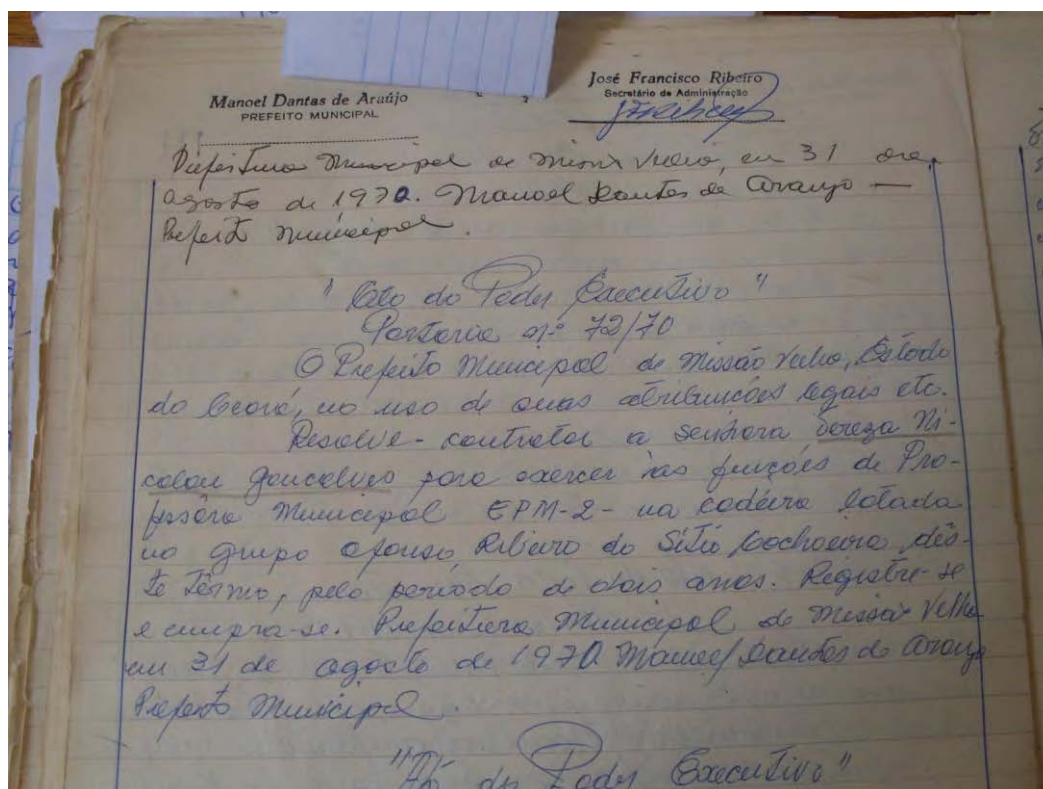
Tempo de serviço em outras repartições – não tem

Número da carteira.....

Assinatura_____

O restante está sem preenchimento.

ANEXO S - Portaria Número 72/70 – Da professora Teresa Nicolau Gonçalves



Transcrição da Portaria acima:

Ato do Poder Executivo

Portaria nº 72/70

O Prefeito Municipal de Missão Velha, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc.

Resolve: Contratar a senhora Tereza Nicolau Gonçalves para às funções de Professora Municipal EPM-2 na cadeira lotada no Grupo Afonso Ribeiro do Sítio Cachoeira deste termo, pelo período de dois anos. Registre-se e cumpra-se. Prefeitura Municipal de Missão Velha em 31 de agosto de 1970. Manoel Dantas de Araújo. Prefeito Municipal.

Portaria n. 83/63

Nomeação

O Prefeito Municipal de Mossão Velha, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são facultadas por lei, nomeia a partir desta data, para exercer funções de Representante Municipal na circunscrição designada no Sítio Camela, Maria Celina Martins.

Registre-se, comuniquem-se e cumpra-se.

Em Mossão Velha, 12 de agosto de 1963.
 (Ass) Edson Olegário Santana - Prefeito Municipal
 Stênio Martini Gonçalves

Termo de Compromisso

Em 12 dias do mês de Agosto de mil novecentos e sessenta e três na cidade de Mossão Velha, Estado do Paraná, às 16 horas, nos Paços da Prefeitura Municipal da cidade perante o Sr. Prefeito Municipal e o Sr. Maria Celina Martins, a seguinte Secretária abençoadada, a fim de prestar o compromisso de pro-
 curar cumprir as obrigações de bem e fiel, com taxa diária de desempenho das funções de Representante Municipal da Circunscrição localizada no Sítio Camela, que assim prometeu cumprir e foi assinado o compromisso pelo compromisso de Maria Celina Martins a Secretária da Prefeitura Municipal de Mossão Velha.

ANEXO U – Desempenho SPAECE ALFA - 2007

Desempenho SPAECE-Alfa 2007 - CREDE BREJO SANTO
2º Ano do ensino fundamental

1.4

ESCOLA	PROFICIÊNCIA	ALUNOS	PARTICIPAÇÃO (%)	DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR PERFS DE PROFICIÊNCIA (%)				
				Até 75	100 - 125	125 - 150	acima de 150	
MUNICÍPIO DE MISSAO VELHA								
FRANCISCO RIBEIRO DA CRUZ EEF	89,7	11	68,8	27,3	27,3	9,1	0,0	
ANTO ALVES DE BARROS, EEF	62,1	2	66,7	100,0	0,0	0,0	0,0	
ANTO ALVES DE BARROS, EEF	136,4	11	100,0	9,1	27,3	36,4	27,3	
ANTO FERREIRA DE SOUZA, EEF	114,6	4	57,1	50,0	0,0	25,0	25,0	
ANTO JOSE NOGUEIRA, ESC 1 GR	50,4	4	57,1	75,0	0,0	0,0	0,0	
CICERO JOAO DOS SANTOS, EEF	157,7	3	100,0	0,0	33,3	33,3	33,3	
CICERO MANOEL DA SILVA, EEF	74,0	17	70,8	47,1	5,9	0,0	0,0	
DIOLINA MA DE BARROS, EEF	196,2	9	60,0	0,0	22,2	0,0	77,8	
EDSON OLEGARIO DE SANTANA, E. E. F.	41,7	7	77,8	85,7	14,3	0,0	0,0	
FELIPE GOMES RIBEIRO, E. E. F. MAJOR	44,8	21	40,4	90,5	0,0	0,0	0,0	
HONORATO DOS SANTOS, E. E. F.	110,7	13	100,0	46,2	15,4	7,7	30,8	
JOAO ANTAO BARRETO, ESC. ENS. FUND.	102,5	5	83,3	60,0	0,0	0,0	40,0	
JOAO JOSE FRUTUOSO, ESC. ENS. FUND.	77,7	1	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
JOAQUIM GONCALVES RIBEIRO, E. E. F.	61,6	23	76,7	73,9	4,3	4,3	8,7	
JOAQUIM VASQUES LANDIM, E. E. F.	105,9	2	66,7	0,0	50,0	0,0	0,0	
JOSE ALVES DE FIGUEIREDO, EEF	56,9	23	79,3	87,0	0,0	4,3	8,7	
JOSE ANDRE DA SILVA, EEF	70,8	13	92,9	69,2	15,4	0,0	0,0	
LEAO SAMPAIO, EEF	122,7	11	84,6	27,3	27,3	9,1	27,3	
LOURIVAL DANTAS RIBEIRO, EEF	113,2	9	56,3	22,2	22,2	22,2	22,2	
LUIS CORREIA SANTANA, E. E. F.	57,1	12	92,3	75,0	0,0	0,0	0,0	
LUIZA MA, E. E. F. IRMÃ	56,0	3	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	
MA FECHINE ALENCAR, EEF	80,4	18	94,7	72,2	0,0	5,6	11,1	
MA LUIZA DE JESUS RIBEIRO, E. E. F.	60,7	5	100,0	80,0	0,0	0,0	0,0	
MANOEL FAUSTINO DO NASCIMENTO, E. E. F.	99,9	12	80,0	41,7	8,3	16,7	16,7	
NOEMIA CRUZ LANDIM, E. E. F.	121,8	11	68,8	27,3	0,0	9,1	27,3	
PEDRO LUIS PEREIRA, EEF	47,3	6	75,0	83,3	0,0	0,0	0,0	
PEDRO RDO DA CRUZ, C DE EDUCACAO RURAL	91,5	21	91,3	33,3	4,8	19,0	9,5	
POMPEU PAES SOARES, EEF	52,0	9	100,0	77,8	0,0	0,0	0,0	

Continuação - ANEXO U

Desempenho SPAECE-Alfa 2007 - CREDE BREJO SANTO
2º Ano do ensino fundamental

1.4

ESCOLA	PROFICIÊNCIA	ALUNOS	PARTICIPAÇÃO (%)	DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR PERFIS DE PROFICIÊNCIA (%)			
				Até 75	100 - 125	125 - 150	acima de 150
SÃO JOSÉ, EEF	65,8	9	81,8	66,7	22,2	0,0	0,0
SEBASTIAO PEDRO DE ARAUJO, E. E. F.	76,8	18	85,7	44,4	5,6	5,6	5,6

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário de pesquisa para traçar o perfil das professoras	163
APÊNDICE B - Roteiro da entrevista realizada com as ex-professoras rurais, uma professora rural ainda em atividade, e a assessora da Prefeitura municipal.....	164
APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	165
APÊNDICE D - Quadro da Formação Profissional das Entrevistadas.....	166
APÊNDICE E - Ficha-resumo sobre a análise de entrevistas.....	167

APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA – UFPB
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Objetivo: Traçar o perfil das professoras rurais da década de 60 a 80-
Missão Velha – Ceará

Você aceita participar da nossa pesquisa, no sentido de colaborar com a história e memória das escolas rurais de Missão Velha ?

Sim ()

Não ()

Se afirmativo, responder as outras questões, se negativo, devolver o questionário.

1 - Nome completo: _____

2. Data de Nascimento: ____/____/____ Naturalidade _____

3 - Grau de Instrução: _____

3.1 – Endereço: _____

4- Escolas onde estudou: _____

5 - Estado civil: Casada () Solteira () Outros()

6- Casa: Própria () Alugada ()

7- Atualmente está:

Aposentada () Em atividade na educação ()

7.1 Período em que foi professora rural : _____

7.2 - Atividade que exerce atualmente:

8- Depois que se aposentou ainda fez algum curso, participou de algum movimento na comunidade? Assumiu algum cargo público? Se participou, qual?

Obrigada pela atenção:

Célia de Jesus Silva Magalhães
Pesquisadora responsável.

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista

Roteiro da entrevista realizada com as ex-professoras e uma professora rural ainda em atividade.

Temporalidade – 1963-1989

Objetivo: Pesquisa sobre a memória e história das escolas rurais de Missão Velha.

Universidade Federal da Paraíba

Mestranda em Educação – Célia de Jesus Silva Magalhães

Parte 1 – Dados Gerais do participante:

Nome: _____

Para o perfil do participante:

- a) Idade - _____
- b) Sexo: F () M ()
- c) Escolaridade: _____
- d) Local de trabalho: _____
Em atividade ()
Aposentada ()
- e) Tempo que atuou no Magistério no local de trabalho _____

Parte 2: Questões específicas:

Temas: Gênese das escolas rurais; Formação Profissional (trajetória de formação)
Práticas Pedagógicas: Organização das salas – Sala multisseriada;
Espaço; O papel da mulher;
Cotidiano escolar: aulas, planejamentos, eventos e doutrina religiosa; Alfabetização

1 – Como foi a trajetória de sua formação? Como ingressou no serviço público?

2- Para você o que é ser professora?

2.1– Se reportando a época que você foi professora, como era ser professora, em um tempo tão difícil?

2.2- Como foi que a escola começou. Sua criação, construção, etc.

3- Como eram as práticas pedagógicas das escolas rurais?

4-Como era a organização das salas? Fale sobre as salas multisseriadas. Como era utilizado o tempo para ensinar vários conteúdos a alunos de várias séries numa sala só?

4.1 – Uso do livro didático e materiais didáticos.

5 –Fale sobre o espaço físico da escola.

6 Qual foi o papel da mulher no processo de construção e formação das escolas rurais?

7- Como era o calendário escolar nessas escolas?

8- Cotidiano: Como eram as aulas e os planejamentos e eventos comemorativos?

8.1 – Como era o relacionamento entre você e os alunos, a escola e os pais?

9- Você tem algum documento ou foto da escola ou de algum evento?

Parte 3

Perguntas finais da entrevista.

9- Quais outros tipos de trabalho você desenvolveu ou desenvolve?

10- Que mensagem você deixaria para quem é professora hoje?

11 – O que gostaria de acrescentar?

Obrigada pela atenção.

APÊNDICE C – Termo de Consentimento
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Professor (a),

Esta pesquisa trata sobre a História e memória das escolas rurais municipais de Missão Velha-CE, está sendo desenvolvida por Célia de Jesus Silva Magalhães, aluna do Programa de Pós-graduação (Mestrado) em Educação da Universidade Federal da Paraíba, Linha de Pesquisa- História da Educação sob a orientação do(a) Prof.º Dr.Wojciech Andrzej Kulesza.

Os objetivos do estudo são: Estudar a gênese das escolas rurais municipais de Missão Velha, no seu processo de construção diferenciada no sistema educacional municipal, saber como organizavam nessas escolas o tempo e espaço, conhecer pela voz das professoras, a história do cotidiano da sala de aula e levantar a memória no que se refere as práticas pedagógicas das professoras e o seu percurso de formação. A finalidade deste trabalho é contribuir para uma melhor compreensão da construção e formação da história das escolas rurais municipais e a importância da formação dos professores a fim de conhecer as mudanças e permanência de muitas escolas isoladas e assim, despertar outros estudos nesta área da pesquisa educacional rural, que ora passa por muitas mudanças.

Neste sentido, solicitamos a sua colaboração no preenchimento um questionário referente ao levantamento do perfil dos professores rurais e participar de entrevista referente ao fenômeno estudado pela pesquisa, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo ou divulgado, conforme a sua autorização.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Autorizo Divulgar ()

Prefiro manter o sigilo do nome()

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura da Testemunha

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor contactar a pesquisadora Célia de Jesus Silva Magalhães através do e-mail: celiamagalhaesmv@yahoo.com.br pelos números: (88) 9990-4265 (88) 3542- 1648 ou através do endereço: Av. Cel. José Dantas,1268 – Centro – Missão Velha/CE

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE D - Formação das professoras entrevistadas

Nomes	Formação	Escola onde trabalhou
Celina Martins	Curso Normal - Ens.Superior - Licenciatura em História	Escola São José – Sítio Camelo
Vicência de Jesus	Ens. Fundamental - Curso de Qualificação para professores rurais	Escola Afonso Ribeiro – Sítio Cachoeira
Tereza Nicolau	Ens. Fundamental	Escola Afonso Ribeiro – Sítio Cachoeira
Antonia Neves	Curso Normal Colegial	Escola José Pedro de Amorim – Sítio Logradouro
Maria Pinheiro	Ens. Fundamental - Curso de Qualificação para professores rurais	Escola José Pedro de Amorim – Sítio Logradouro
Raimunda Frassinete	Ens. Fundamental - Curso de Qualificação para professores rurais	Escola Dr. Leão Sampaio – Sítio Arraial do Meio
Maria Luzinete	Ensino Fundamental - Curso de Aperfeiçoamento para professores leigos	Escola Dr. Leão Sampaio – Sítio Arraial do Meio
Lucimar Lopes	Licenciatura para Ensino Fundamental	Escola Pe. Francisco Luna Tavares – Sítio Retiro
Luzia Luzilmar	Ens.Superior - Licenciatura em História	CERU – Missão Nova
Ednúbia Rolim	Ens.Superior - Licenciatura em História e Pós-graduada em Geografia	CERU – Missão Nova
Wilma Quinderé	Ens.Superior - Licenciatura em História e Pós-graduada em História	Escola Normal - Assessora de Educação do Município de Missão Velha

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 - Maria Pinheiro e a autora.....	169
Foto 2 - Frassinete Ribeiro e a autora.....	169
Foto 3 - Tereza Nicolau e a autora.....	170
Foto 4 - Vicência de Jesus e a autora.....	170
Foto 5 - Wilma Quinderé e a autora.....	171
Foto 6 - Luzinete Ribeiro e a autora.....	171
Foto 7 - Luzia Luzilmar e a autora.....	172
Foto 8 - Ednúbia Rolim e a autora.....	172
Foto 9 - Celina Martins e a autora.....	173
Foto 10 - Lucimar Lopes e a autora.....	173
Foto 11 - Antonia Neves e a autora.....	174
Foto 12 - Encontro pedagógico com os professores rurais de Missão Velha-CE.....	174
Foto 13 - Grupo Escolar Afonso Ribeiro.....	175
Foto 14 - Fachada da E.E.F. Afonso Ribeiro.....	175
Foto 15 - Sala de aula da E.E.F. Afonso Ribeiro.....	176
Foto 16 - E.E.F. Dr. Leão Sampaio.....	176
Foto 17 - E.E.F. Dr. Leão Sampaio.....	177
Foto 18 - Sala de aula da E.E.F. Dr. Leão Sampaio.....	177
Foto 19 - Parte interna do Centro de Educação Rural Pedro Raimundo da Cruz.....	178
Foto 20 - Desfile de 7 de setembro do Centro de Educação Rural Pedro Raimundo da Cruz.....	178
Foto 21 - Livro de Portaria 1963/1967.....	179
Foto 22 - Livro de Portaria 1967/1963.....	179
Foto 23 - Livreto da Prefeitura Municipal de Missão Velha – Administração Ana Ester	180

Fotos das professoras rurais entrevistadas e da autora



Foto 1 - Maria Pinheiro e a autora



Foto 2 - Frassinete Ribeiro e a autora



Foto 3 - Tereza Nicolau e a autora



Foto 4 - Vicência de Jesus e a autora



Foto 5 - Wilma Quinderé e a autora



Foto 6 - Luzinete Ribeiro e a autora



Foto 7 - Luzia Luzilmar e a autora



Foto 8 - Ednúbia Rolim e a autora



Foto 9 - Celina Martins e a autora



Foto 10 – Lucimar Lopes e a autora



Foto 11 – Antonia Neves e a autora



Foto 12 - Encontro Pedagógico com os professores rurais de Missão Velha-CE

Nesta foto da década de 1960. Não foi identificada a data exata.

Podemos identificar as seguintes pessoas: (Da esquerda para a direita) – as professoras Wilma – assessora do prefeito, entrevistada neste trabalho. Ana Cleide (minha primeira professora), Stela Silva, Manoel Dantas (prefeito da época), Gildásio (técnico em agropecuário e era Chefe do Escritório da ANCAR, hoje EMATER-CE, Joca Fechine, Rodrigo Roberto, Valmir Ribeiro .

Das professoras sentadas que estão de costas, identificamos a professora rural Luzinete Ribeiro – entrevistada neste trabalho e a conhecida Dona Dori, que está com um lenço na cabeça, muito conhecida pelo uso da palmatória.

Fonte: Arquivos de Wilma Quinderé Ribeiro



FOTO 13 - Grupo Escolar Afonso Ribeiro – Sítio Cachoeira – Missão Velha
Dia de um evento na Escola – Anos 60

Fonte: Arquivo próprio da autora.

Na foto acima vemos a frente do Grupo Escolar Afonso Ribeiro, no dia de um evento comemorativo não identificado. Nela podemos identificar algumas pessoas, dentre as quais a professora Vicencia de Jesus, trajando vestido, de pé do lado esquerdo, na segunda fila. É uma das professoras entrevistadas nesta pesquisa. Na última fila, à esquerda, entre às colunas identificamos Valmir Ribeiro, o mesmo foi Supervisor de Ensino.



FOTO 14 - Fachada da Escola de Ensino Fundamental Afonso Ribeiro (2010)
Fonte: Arquivo próprio da pesquisadora



Foto 15 - Sala de aula da Escola de Ensino Fundamental Afonso Ribeiro - 2011

Fonte: Acervo próprio da pesquisadora

Vemos na foto 8 Professoras. Da esquerda para direita: Socorro Moreira, Cecília Silva, Janimeiry Roberto e a Diretora Cícera Romana. As professoras citadas e a diretora reuniram-se para serem fotografadas em uma das minhas visitas à escola. Outras fotos foram tiradas, para ficarem no arquivo da autora para futuros trabalhos.



FOTO 16 - Escola de Ensino Fundamental Dr. Leão Sampaio - 2011

Parte interna da escola.

Fonte: Acervo próprio da pesquisadora



FOTO 17 - Escola de Ensino Fundamental Dr. Leão Sampaio - 2011

Fonte: Acervo próprio da pesquisadora



FOTO 18 - Sala de aula da Escola Dr. Leão Sampaio – 2011

Fonte: Acervo próprio da pesquisadora

Na foto 11, o professor Francisco Renan com os seus alunos em plena atividade de leitura, pausa para este momento de minha visita à escola.



Foto 19 - Centro de Educação Rural Pedro Raimundo da Cruz- 2011

Parte interna da escola

Fonte : Arquivo próprio da autora



FOTO 20 - Desfile de 7 de setembro 1989/94 ?

Centro de Educação Rural Pedro Raimundo da Cruz - CERU

Fonte : Arquivo da professora Ednúbia Rolim

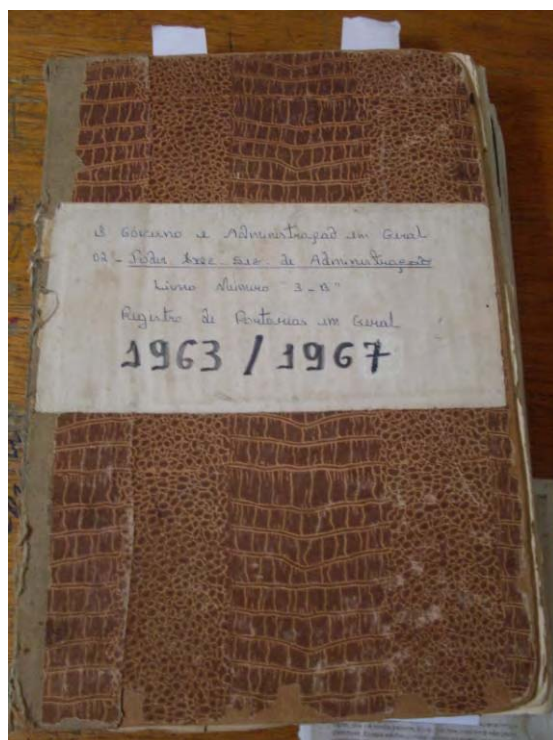


FOTO 21 - Livro de Portaria - 1963/1967



FOTO 22 - Livro de Portaria – 1967-1973

Nesses Livros estão algumas das Portarias de Nomeação das professoras entrevistadas.

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Missão Velha – CE



Foto 23 - Livreto da Prefeitura Municipal – Administração Ana Ester

Capa do livreto publicado na primeira gestão da ex- prefeita Ana Ester Jucá Maia Soares. Nesse livreto foram divulgados realizações da referida administração e destaque ao ex-governador Cel. Virgílio Távora (1977-1983).

Fonte: Arquivo particular de George S. Januário